



**CLAUDIA REGINA DE CASTRO**

**EXISTIR E RESISTIR:  
UM ESTUDO PRELIMINAR DE CURSINHOS POPULARES DE  
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MINAS GERAIS**

**LAVRAS – MG**

**2025**

**CLAUDIA REGINA DE CASTRO**

**EXISTIR E RESISTIR:**

UM ESTUDO PRELIMINAR DE CURSINHOS POPULARES DE EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA EM MINAS GERAIS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, na área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Eliasf Rodrigues de Assis  
Orientador

**LAVRAS – MG**

**2025**

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo(a) autor(a) através do Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA.**

Castro, Claudia Regina de.

Existir e resistir : Um estudo preliminar de cursinhos populares de extensão universitária em Minas Gerais / Claudia Regina de Castro. 2025.  
107 p. : il.

Orientador: Eliasaf Rodrigues de Assis

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2025.  
Bibliografia.

1. Cursinho pré-vestibular popular. 2. Cursinho técnico popular. 3. Extensão universitária. 4. Educação popular. 5. Formação de professoras e professores. I. Assis, Eliasaf Rodrigues de. II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

**CLAUDIA REGINA DE CASTRO**

**EXISTIR E RESISTIR:**

UM ESTUDO PRELIMINAR DE CURSINHOS POPULARES DE EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA EM MINAS GERAIS

**EXIST AND RESIST:**

A PRELIMINARY STUDY ON POPULAR UNIVERSITY EXTENSION PREPARATORY  
COURSES IN MINAS GERAIS

**EXISTIR Y RESISTIR:**

UN ESTUDIO PRELIMINAR SOBRE LOS CURSOS PREPARATORIOS DE  
EXTENSIÓN UNIVERSITARIA POPULAR EN MINAS GERAIS

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, na área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2025  
Dra. Symaira Poliana Nonato UFMG  
Dr. Luiz Fernando De Oliveira CEFET-MG e UFLA

Prof. Dr. Eliasaf Rodrigues de Assis  
Orientador

**LAVRAS – MG**

**2025**

Às educadoras e educadores populares, em especial, àquelas e àqueles que colaboraram com este estudo.  
Dedico.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela saúde para seguir firme neste caminho.

Agradeço a vocês, que conviveram com minhas ocupações acadêmicas, que acreditaram no meu potencial, foram pacientes e compreensivos quando inúmeras vezes estive ausente.

Agradeço aos meus Pais pela vida, pelo exemplo e por traçarem caminhos de força e resistência.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Eliasaf Assis, por ter acolhido minha proposta na seleção do mestrado e ter me guiado neste percurso formativo, desafiador e gratificante.

Agradeço ao meu esposo, Douglas, por todo amor, apoio e confiança para seguir neste sonho.

Agradeço aos Familiares, Amigas e Amigos, por todo carinho e auxílio.

Agradeço à PRORH/UFMG pelo apoio financeiro para custear parte dos deslocamentos e estadias com as atividades presenciais em Lavras, Minas Gerais.

Agradeço às minhas companheiras e meus companheiros de trabalho de hoje e de ontem, que contribuíram e contribuem para meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

Agradeço à equipe da DDP/DRH, por apoiarem minha conquista e meu afastamento para a realização do mestrado.

Agradeço, em especial, à Sabrina, por ter me acompanhado antes e durante o mestrado, com leituras e sugestões, e à Raquel, pela escuta e pelos conselhos.

Agradeço ao meu irmão Flávio, que no decorrer do mestrado realizou leituras e me provocou com reflexões advindas de sua experiência na educação básica.

Agradeço às colegas e aos colegas da turma e convivência, a aprendizagem e o apoio.

Agradeço às educadoras e aos educadores populares que participaram desta investigação.

Agradeço às professoras e aos professores que aceitaram nosso convite, para participar da banca, em especial, à Profa. Dra. Symaira Nonato e ao Prof. Dr. Luiz Oliveira, que desde a qualificação enriqueceram nosso estudo.

## RESUMO

O foco desta pesquisa são Cursinhos Populares desenvolvidos como projetos de extensão das instituições de ensino superior públicas do estado de Minas Gerais. A pesquisa busca preencher uma lacuna de estudos que relacionem Cursinhos Populares e extensão universitária, especificamente, no que se refere à organização e ao funcionamento dos CPs que são projetos de extensão das instituições de ensino superior de Minas Gerais. A relevância social da pesquisa se deve ao papel educativo e político que os CPs têm para as camadas populares. Neste contexto, o problema de pesquisa que se delinea é: de que modo são organizados os Cursinhos Populares promovidos por instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais como projetos de extensão? Neste sentido, tomou-se como objetivo geral mapear e caracterizar, em termos de estrutura e organização, os Cursinhos Populares desenvolvidos como projetos de extensão vinculados a instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais. O referencial teórico e a revisão apresentada abordaram um breve histórico da articulação da extensão universitária com a educação popular e sua relação com a origem dos Cursinhos Populares, partindo de autoras e autores que se dedicaram a essa problematização e teorizaram sobre esses temas. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa com desenho descritivo/exploratório desenvolvido por meio das seguintes etapas: construção de referencial teórico-metodológico; levantamento das instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais, mapeamento dos Cursinhos Populares que são projetos de extensão dessas instituições, levantamento e análise dos dados desses Cursinhos Populares e elaboração da proposta de produto educacional. Por meio do portal do MEC foram identificadas vinte e quatro instituições de ensino superior públicas em Minas Gerais. A partir da busca no site dessas instituições, ligações telefônicas e o envio de e-mails, foram mapeados vinte e sete cursinhos populares (superior e técnico) desenvolvidos como projetos de extensão, que se relacionam a dezesseis dessas instituições. Doze cursinhos populares fizeram parte deste estudo e se referem a nove instituições. Os dados foram discutidos com as bases teóricas mobilizadas. Em relação ao produto educacional, foi elaborada uma proposta de curso de formação *online* para as/os educadoras/es por ser a opção demandada pelas coordenações. Entre os principais achados, identificou-se que os CPs compartilham de desafios comuns tais como: escassez de recursos, evasão, formação de educadoras/es, material didático. Por outro lado, promovem e incentivam as/os estudantes a participarem de atividades educativas diversas dentro e fora dos CPs. Espera-se que o trabalho possa alargar o conhecimento sobre estratégias de democratização da educação e embasar eventuais outros projetos e políticas públicas.

**Palavras-chave:** cursinho pré-vestibular popular; cursinho pré-técnico popular; extensão universitária; educação popular; formação de professoras e professores.

## ABSTRACT

The focus of this research is on Popular Pre-University Courses developed as extension projects by public higher education institutions in the state of Minas Gerais. The study aims to fill a gap in research that connects Popular Preparatory Courses and university extension, specifically regarding the organization and functioning of these courses when developed as extension projects by public higher education institutions in Minas Gerais. The social relevance of this research lies in the educational and political role that Popular Preparatory Courses play for lower-income communities. In this context, the research problem is formulated as follows: How are Popular Preparatory Courses promoted by public higher education institutions in Minas Gerais organized as extension projects? Accordingly, the general objective of this study is to map and characterize, in terms of structure and organization, the Popular Preparatory Courses developed as extension projects linked to public higher education institutions in Minas Gerais. The theoretical framework and literature review provide a brief historical overview of the connection between university extension and popular education, as well as its relation to the origins of Popular Preparatory Courses, drawing from scholars who have analyzed and theorized on these themes. This is a qualitative study with a descriptive and exploratory design, conducted through the following stages: (1) construction of a theoretical-methodological framework; (2) survey of public higher education institutions in Minas Gerais; (3) mapping of Popular Preparatory Courses developed as extension projects by these institutions; (4) data collection and analysis on these courses; and (5) development of a proposal for an educational product. Through the Ministry of Education (MEC) portal, twenty-four public higher education institutions were identified in Minas Gerais. Based on website searches, phone calls, and email inquiries, twenty-seven Popular Preparatory Courses (higher education and technical level) were mapped as extension projects, linked to sixteen of these institutions. Twelve Popular Preparatory Courses were included in this study, associated with nine institutions. The data were analyzed in light of the theoretical framework adopted. Regarding the educational product, an online training course was proposed for educators, as this was the option most requested by the coordinators.

**Keywords:** popular pre-university courses; popular pre-technical courses; university extension, popular education, teacher training.

## RESUMEN

El foco de esta investigación son los Cursos Populares desarrollados como proyectos de extensión por instituciones de educación superior públicas en el estado de Minas Gerais. El estudio busca llenar un vacío en la literatura en cuanto a la relación entre los Cursos Populares y la extensión universitaria, específicamente en lo que respecta a la organización y el funcionamiento de estos cursos cuando se desarrollan como proyectos de extensión en instituciones de educación superior públicas en Minas Gerais. La relevancia social de esta investigación radica en el papel educativo y político que desempeñan los Cursos Populares para las comunidades de bajos ingresos. En este contexto, la pregunta de investigación se formula de la siguiente manera: ¿Cómo se organizan los Cursos Populares promovidos por instituciones de educación superior públicas de Minas Gerais como proyectos de extensión? En consecuencia, el objetivo general de este estudio es mapear y caracterizar, en términos de estructura y organización, los Cursos Populares desarrollados como proyectos de extensión vinculados a instituciones de educación superior públicas en Minas Gerais. El marco teórico y la revisión bibliográfica presentan un breve panorama histórico sobre la relación entre la extensión universitaria y la educación popular, así como su vínculo con el origen de los Cursos Populares, basándose en autores y autoras que han analizado y teorizado sobre estos temas. Se trata de un estudio cualitativo con un diseño descriptivo y exploratorio, desarrollado a través de las siguientes etapas: (1) construcción del marco teórico-metodológico; (2) levantamiento de instituciones de educación superior públicas en Minas Gerais; (3) mapeo de los Cursos Populares desarrollados como proyectos de extensión en estas instituciones; (4) recolección y análisis de datos sobre estos cursos; y (5) elaboración de una propuesta de producto educativo. A través del portal del Ministerio de Educación (MEC), se identificaron veinticuatro instituciones de educación superior públicas en Minas Gerais. Mediante búsquedas en sitios web, llamadas telefónicas y envío de correos electrónicos, se mapearon veintisiete Cursos Populares (de nivel superior y técnico) desarrollados como proyectos de extensión, vinculados a dieciséis de estas instituciones. Doce Cursos Populares formaron parte de este estudio y están asociados con nueve instituciones. Los datos fueron analizados a la luz del marco teórico adoptado. En cuanto al producto educativo, se elaboró una propuesta de curso de formación en línea para educadores, ya que esta fue la opción más demandada por los coordinadores.

**Palabras clave:** cursos preuniversitarios populares; cursos pretécnico populares; extensión universitaria; educación popular, formación de profesores.

## **INDICADORES DE IMPACTO**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre cursinhos populares e a extensão universitária, destacando como esses espaços educativos podem ser desenvolvidos como projetos de extensão em instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais. O quadro teórico adotado relaciona a história dos cursinhos populares no Brasil e suas conexões com a extensão acadêmica. O trabalho também elabora, como produto educacional, uma proposta de formação docente à distância, voltada para educadoras e educadores populares. Esta pesquisa apresenta impactos sociais relevantes na subárea "Tópicos Específicos de Educação", na área da Educação, e enquadra-se na temática da Política Nacional de Extensão, atendendo o nono objetivo: "Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho". Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), também se enquadra na categoria quatro: Educação de qualidade.

## **IMPACT INDICATORS**

This research aims to analyze the relationship between popular preparatory courses and university extension, highlighting how these educational spaces can be developed as extension projects in public higher education institutions from Minas Gerais. The theoretical framework adopted relates the history of popular preparatory courses in Brazil and their connections with academic extension. The work also develops, as an educational product, a proposal for distance teacher training aimed at popular educators. This research presents relevant social impacts in the subarea "Specific Topics in Education," within the field of Education, and falls under the theme of the National Extension Policy, addressing the ninth goal: "Prioritize practices aimed at meeting social needs (for example, housing, food production, job generation, income redistribution), related to the areas of Communication, Culture, Human Rights and Justice, Education, Environment, Health, Technology and Production, and Work." In relation to the United Nations (UN) Sustainable Development Goals (SDGs), it also fits within category four: Quality Education.

## **INDICADORES DE IMPACTO**

Esta investigación tiene como objetivo analizar la relación entre los cursos populares y la extensión universitaria, destacando cómo estos espacios educativos pueden ser desarrollados como proyectos de extensión en instituciones de educación superior públicas de Minas Gerais. El marco teórico adoptado relaciona la historia de los cursos populares en Brasil y sus conexiones con la extensión académica. El trabajo también elabora, como producto educativo, una propuesta de formación docente a distancia dirigida a educadores y educadoras populares. Esta investigación presenta impactos sociales relevantes en la subárea "Temas Específicos de Educación", en el área de Educación, y se enmarca en la temática de la Política Nacional de Extensión, atendiendo al noveno objetivo: "Priorizar prácticas orientadas a la atención de necesidades sociales (por ejemplo, vivienda, producción de alimentos, generación de empleo, redistribución de la renta), relacionadas con las áreas de Comunicación, Cultura, Derechos Humanos y Justicia, Educación, Medio Ambiente, Salud, Tecnología y Producción, Trabajo". En relación con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), también pertenece a la categoría cuatro: educación de calidad.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Trabalhos Selecionados de 2008 a 2023. ....	46
Quadro 2 - Dissertações selecionadas de 2009 a 2023.....	50
Quadro 3 - Trabalhos das Reuniões Científicas da ANPEd Levantados.....	54
Mapa 1 - Mesorregiões de MG e a Distribuição da Sede de IES públicas de MG.....	58
Quadro 4 - Cursinhos Populares - Projetos de Extensão Mapeados em IES públicas de MG. .....	60
Mapa 2 - Mesorregiões de MG e a Distribuição dos CPs projetos de extensão das IES públicas de MG.....	63
Quadro 5 - Levantamento das Informações dos CPs de MG. ....	64
Quadro 6 - Seleção de Professoras/es: Critérios e Etapas. ....	74
Quadro 7 - Seleção de Estudantes: Critérios e Etapas.....	77
Quadro 8 - Levantamento Produto Educacional.....	81
Quadro 9 - Levantamento de Temas de Formação.....	83
Quadro 10 - Etapas da proposta do curso. ....	85
Quadro 11 - Proposta de Mapa de atividades.....	86

## LISTA DE SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses de Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPs	Cursinho Populares
CPVP	Cursinho Pré-vestibular Popular
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GTs	Grupos de Trabalhos
GEs	Grupos de Estudos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MG	Minas Gerais
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PVNC	Pré-vestibular para Negros e Carentes
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UPT	Programa Universidade para Todos
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 MARCO REFERENCIAL DA PESQUISA</b> .....	19
2.1 Extensão universitária: conceitos e implicações para a educação popular.....	20
2.1.1 Um breviário das origens da extensão universitária na América Latina .....	20
2.1.2 Freire e suas contribuições para a extensão.....	23
2.2 Contextualização dos Cursinhos Populares: origem e principais aspectos .....	24
2.2.1 Cursinhos Populares: Um Breve Panorama das Publicações das Reuniões da ANPEd. .....	24
2.2.2 Cursinhos Populares: aspectos históricos e principais características.....	34
2.2.3 Aproximações entre Cursinhos Populares e a extensão universitária .....	38
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	41
3.1 Caracterização e elaboração metodológica da pesquisa .....	41
3.2 Levantamento bibliográfico em Repositórios.....	44
3.3 Mapeamento de Cursinhos Populares ações de extensão em Instituições de Ensino Superior Públicas de Minas Gerais.....	57
3.4 Identificação da proposta de produto .....	65
<b>4 CONHECENDO OS CURSINHOS POPULARES - PROJETOS DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DE MINAS GERAIS</b> .....	66
4.1 Localização dos cursinhos pesquisados.....	66
4.2 Modo de trabalho e funcionamento dos cursinhos pesquisados.....	67
4.3 Equipe de trabalho e estrutura administrativa dos cursinhos pesquisados .....	72
4.4 Ingresso e Acompanhamento das/os Estudantes .....	76
4.5 Proposta de produto educacional.....	80
4.5.1 Apresentação do produto educacional.....	84
4.5.2 Descrição .....	84
4.5.3 Resultados Esperados .....	89
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	93
<b>APÊNDICE A - Questionário 1</b> .....	103
<b>APÊNDICE B - Questionário 2</b> .....	106

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma sociedade eivada de desigualdades, no contexto educacional, o que se discute com ênfase, são as classes de origem das/os estudantes e as chances para acessar o ensino superior. Segundo André Salata<sup>1</sup> (2018), apesar das mudanças que ocorreram devido a políticas públicas nas duas últimas décadas, ainda são “os jovens provenientes de classes com maior acúmulo de capital econômico e cultural aqueles que apresentam as maiores vantagens no acesso ao Ensino Superior” (Salata, 2018, p. 236). Há, portanto, uma relação estreita e imbricada entre desigualdades sociais e a garantia do direito educativo, consolidado na forma de uma educação pública e de qualidade acessível às camadas populares.

Corroborando para este cenário, alguns fatores favoreceram o surgimento de iniciativas voltadas para o acesso ao ensino superior para um público que é historicamente oprimido na sociedade brasileira. Nadir Zago (2008), Thiago Pereira, Leandro Raizer e Mauro Meirelles (2010) e Luís Groppo, Ana Oliveira e Fabiana Oliveira (2019) destacaram a universalização da educação básica sem ampliação de vagas no ensino superior, complementando Pereira, Raizer e Meirelles (2010), Dulce Whitaker (2010) e Rosa Teixeira e Lícia Jesus (2020) reforçaram o argumento sobre a falta de qualidade da educação básica.

Whitaker (2010), Groppo, Oliveira e Oliveira (2019) ainda ponderam acerca do surgimento de cursos pré-vestibulares pagos para as famílias que pudessem arcar, o que denota como o ingresso e a formação no ensino superior elitizaram-se no país, tornando-se uma mercadoria.

Dito isso, e buscando compreender os espaços tomados por aqueles que não são provenientes dos grupos recorrentemente privilegiados e que, em algum momento, almejam ingressar no ensino superior, o tema deste estudo são os Cursinhos Populares (CPs). Para tal, o foco do presente trabalho está nos Cursinhos Populares desenvolvidos como projeto de extensão de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de Minas Gerais (MG). A pesquisa, portanto, insere-se no campo da educação e, mais especificamente, em suas interseções com a extensão universitária.

---

<sup>1</sup> Buscando visibilizar mulheres e homens como produtoras/es de conhecimento científico, a primeira vez que cada autor/a for citado/a, o primeiro e o último nome serão referenciados. Essa posição decorre de uma maior aproximação com os estudos feministas, de gênero, e por compreender que “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças” (Guacira Louro, 2014, p. 69).

O estudo se justificou por diferentes motivos; um deles se referiu à própria história da pesquisadora do projeto. Eu<sup>2</sup> sou uma mulher negra, oriunda das camadas populares e fui estudante de um cursinho que era projeto social. Essa experiência foi uma oportunidade para o acesso ao ensino superior público e gratuito de qualidade. A participação nesse cursinho popular representou um espaço relevante por também propor releituras do meu próprio contexto social e auxiliar na formação que desenvolvi posteriormente como educadora. A partir deste contexto, surgiram indagações em relação a esses espaços vinculados às IES de MG, dentre elas: Quais CPs são desenvolvidos? Onde estão localizados? Como são organizados?

Em relação à minha trajetória profissional, a minha atuação esteve relacionada à educação fora do contexto escolar, tais como hospital, museu e desenvolvimento de pessoas. Relacionando meu percurso profissional e educacional ao local escolhido para esta presente pesquisa, trata-se de um espaço de educação não-formal<sup>3</sup> desenvolvido dentro de uma instituição formal, a universidade; essa relação me instiga quanto aos meandros de seu potencial de formação crítica e reflexiva. A formação em Pedagogia e o interesse em trazer o assunto para debate em uma dissertação de mestrado também se justifica por poder proporcionar uma melhor visão sobre uma ação extensionista, em especial desse espaço que, geralmente, tem um papel político e social. Acrescento ainda, a minha atuação em projetos de extensão que me chamaram a atenção para o potencial das ações desenvolvidas na universidade, em razão do que estas proporcionaram à sociedade, extrapolando as práticas de ensino e pesquisa.

Considerando as motivações acima, para problematizar a trajetória escolar, vale advertir que pertencer às classes menos favorecidas financeiramente pode significar uma inserção precoce no mercado de trabalho. A necessidade, muitas vezes, faz com que se priorize o trabalho em detrimento do estudo. Percebe-se isso na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua<sup>4</sup>, do segundo trimestre de 2023, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontou a necessidade de trabalhar como o principal motivo de as

---

<sup>2</sup> Considerando a relevância de apontar de quem parte a pesquisa proposta e situar a motivação em investigar os assuntos abordados, os dois parágrafos que se seguem foram escritos em primeira pessoa.

<sup>3</sup> Segundo Maria Gohn (2006, p.29) “a educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais”.

<sup>4</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua substituiu a extinta PNAD e tem, como critérios interpretativos “a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades, por meio de indicadores que visam contemplar a heterogeneidade da sociedade brasileira sob a perspectiva das desigualdades sociais”. O livro que apresenta a análise pode ser acessado neste link: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>. Acesso em: 25 jan. 2025.

peessoas de 15 a 29 anos de idade, com ensino médio completo ou superior incompleto, para não frequentarem escola ou curso de educação profissional ou de pré-vestibular (IBGE, 2024). Já para aquelas, com ensino médio incompleto, no caso dos homens, o motivo primordial foi a necessidade de trabalhar, e para as mulheres, as tarefas domésticas (IBGE, 2024).

Além disso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontou que o Brasil tem um percentual elevado de estudantes, de 15 anos, que afirmou o desejo em ingressar no ensino superior. Em 2018 eram 83,1% daqueles que participaram do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Apesar da expectativa alta, a realidade é bem diferente. Ainda em 2018, apenas 21,3% da população entre 25 a 34 anos no país possuía o ensino superior (INEP, 2020). Em 2020, os dados apontaram que jovens de 18 a 24 anos não estudaram em razão de sua inserção no mercado de trabalho; ou seja, estão ocupados com as atividades laborais quarenta ou mais horas por semana.

No caso das mulheres o percentual foi de 69,7%, e dos homens em torno de 60% (INEP, 2021). Essas informações sugerem a importância de investigar iniciativas que visam compreender a dinâmica e apoiar a transição de estudantes da educação básica das camadas populares para o ensino superior.

Nesse sentido, faz-se necessário antecipar, a título de justificativa da pesquisa, um dos nossos aportes teóricos, especificamente aquele que condensa os estudos a respeito de Cursinhos Populares. A exiguidade de pesquisas publicadas sobre o tema é, por si só, um indicador da necessidade de esforços investigativos, que são ainda mais necessários quando se considera, de acordo com Zago (2009), que os Cursinhos Populares são espaços cujo foco principal e explícito é oferecer inserção no ensino superior e/ou ensino médio técnico, de forma gratuita, ou com taxas simbólicas.

Compreendido dessa forma, como dedicados a uma educação popular emancipadora, os Cursinhos Populares veem-se inseridos na tematização da exclusão (Fabiola Zioni, 2006), e responderiam a grande dificuldade de uma parte da população em ter acesso ao ensino superior, principalmente “negros, famílias de baixa renda, moradores de bairros populares e egressos de escolas públicas” (Zago, 2009, p. 262).

A busca realizada nas bases de dados será detalhada na subseção “3.2 Levantamento bibliográfico em repositórios”, porém, é preciso fazer alguns apontamentos. Como se viu até aqui, estudar mais detidamente os Cursinhos Populares para ingresso em instituições de ensino já se justificaria pelo potencial de ações emancipatórias que seriam desveladas em uma investigação com esse objetivo. Indo além, a presente pesquisa também se justifica por sua relevância acadêmica, pois há lacunas sobre o assunto, uma vez que nas buscas por pesquisas

na área, identificaram-se poucos estudos que abordam, como tema central, Cursinhos Populares e extensão universitária.

Além disso, esses estudos focam frequentemente nas experiências dos sujeitos que participaram de alguma forma dos CPs (Zago, 2009; Danilo Kato, 2011, Ana Magalhães, 2018; Tawani Paiva, 2019; Maísa Soares, 2019; Izabella Alves, 2023; Paiva; Carmem Eiterer, 2022) e não especificamente na estrutura e funcionamento desses espaços.

Os que mapearam os CPs se concentraram em CPs no estado de SP (Kato, 2011) ou iniciativas em universidades públicas de SP (Felipe Simão, 2020) ou de uma universidade de SP ou de MG (Daniela do Nascimento, 2013; Raul Casaut, 2019; Alves, 2023). Não foram localizados estudos que fizessem o mapeamento e caracterização dos CPs que são projetos de extensão em instituições de ensino superior públicas em MG.

Os estudos recentes de que os Cursinhos Populares e a extensão universitária são objetos, com frequência, concentram-se na organização das atividades (Simão, 2020; Casaut, 2019). Nesses estudos, os sujeitos prioritários são estudantes ou egressos desses espaços, em especial aqueles que ingressam em cursos superiores (Magalhães, 2018; Soares, 2019). Trabalhos como os de Simão (2020) e Casaut (2019) analisam o desenvolvimento das atividades de Cursinhos Populares vinculados a universidades públicas em São Paulo.

Enquanto Simão (2020) identificou os Cursinhos Populares como iniciativas extensionistas que promovem relações de troca transformadora entre a universidade e a sociedade, Casaut (2019) apontou os desafios para essa aproximação, como o processo de institucionalização desses espaços.

Magalhães (2018) ao investigar que apoio fornece um cursinho popular para as/os estudantes além das disciplinas, coloca a questão de como elas contribuem também para as/os egressas/os. Neste sentido, em trabalhos que se dedicam aos egressos de Cursinhos Populares, há uma maioria que foca em compreender a percepção de egressos ingressantes nos cursos superiores acerca de diversos aspectos de sua experiência pregressa no cursinho popular.

Como exemplo, Soares (2019) investigou as narrativas de seis egressos de um cursinho popular que ingressaram em cursos superiores. A pesquisa foi realizada por meio da história oral e outros métodos, contextualizando suas experiências com a residência em uma cidade marcada pela produção industrial. Magalhães (2018) e Soares (2019) convergiram para o fato de constatarem a relevância desses espaços, ao passo que detectam também a continuidade de impasses e dilemas nas trajetórias dos sujeitos investigados.

Ao delinear, ainda que brevemente, algumas noções essenciais sobre como os Cursinhos Populares podem ser desenvolvidos tendo como cerne a extensão universitária, cimenta-se

nesta introdução seu papel na educação popular, em contraste com um senso comum em que eles são compreendidos como lugares meramente transitórios e de impulsionamento para uma carreira acadêmica. Antes, estudar como esses espaços formativos podem ser gestados e como se distribuem e se organizam em um determinado território, pode contribuir com a produção de conhecimentos e reflexões aplicáveis à formação de professora/es que atuam nas camadas populares.

E, a propósito, ao tratar de formação docente, importa reconhecer como os Cursinhos Populares se configuram, também, como um espaço de formação inicial para estudantes de licenciatura. O que oportuniza a essas/esses novas/os professora/es que se engajem na luta contra a desigualdade educacional, em especial aquela que é percebida no ensino superior. Esta atuação pode conduzir licenciados em formação à reflexão e à compreensão, entre outros aspectos, de que “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível” (Paulo Freire, 2018, p. 40).

Neste contexto, o problema de pesquisa que se delinea no presente trabalho é: de que modo são organizados os Cursinhos Populares promovidos por instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais como projetos de extensão? Para atender a tal questionamento adotou-se, como ver-se-á a seguir, o referencial teórico em que se analisaram textos atinentes à área da Educação, balizando-se naqueles que, em específico, discutem o papel e o conceito da extensão universitária e sua relação com os Cursinhos Populares.

Considerando o exposto, foi elencado como objetivo geral: mapear e caracterizar, em termos de estrutura e organização, os Cursinhos Populares desenvolvidos como projetos de extensão vinculados a instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais. Derivando-se desse objetivo, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: 1) Contextualizar os Cursinhos Populares pesquisados, considerando os aspectos relacionados ao modo de trabalho e ao funcionamento desses espaços educativos; 2) Caracterizar os Cursinhos Populares pesquisados, considerando a equipe de trabalho e a estrutura administrativa; 3) Identificar como acontece o processo de ingresso e o acompanhamento dos estudantes nos CPs pesquisados; e 4) Elaborar proposta de produto educacional que atenda às demandas apresentadas pelas coordenações dos Cursinhos Populares pesquisados.

A dissertação<sup>5</sup> foi dividida em cinco seções, que aqui são apresentadas em uma perspectiva introdutória.

---

<sup>5</sup> Esta pesquisa, quando ainda em andamento, foi apresentada na 16ª Reunião Regional de Pesquisa em Educação da ANPEd-Sudeste. Também foi produzido um resumo expandido que está disponível em: <https://base.pro.br/sites/regionais5/trab.php?cod=15874>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Na primeira seção, que é esta, realizou-se uma introdução ao tema e à problemática.

Já na segunda seção, o marco referencial adotado na pesquisa é apresentado, abordando aspectos fundamentais sobre extensão universitária e uma contextualização histórica e descritiva dos Cursinhos Populares. Também são discutidos os imbricamentos possíveis entre os Cursinhos Populares e a extensão universitária.

Na terceira seção, a metodologia da pesquisa, descritiva/exploratória, é apresentada e formulada, alinhando-se com o objeto da análise quando fundamenta, dentre outras ações, dois arcos investigativos: 1) O levantamento bibliográfico em repositórios; e também 2) O mapeamento de Cursinhos Populares que são ações de extensão em instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais. Ainda é importante notar que, nesta mesma seção, por consequência lógica, teve início a identificação da proposta do produto educacional a ser apresentado.

Na quarta seção elaborou-se uma análise dos dados obtidos na seção anterior, fornecendo subsídios para pautas e possíveis ações extensionistas em Cursinhos Populares, especificamente para a formação com educadoras e educadores populares, formatada como um curso de formação docente a distância. Essa proposta de formação é o produto educacional (ou recurso pedagógico) apresentado nesta dissertação, de forma a satisfazer às exigências de um mestrado profissional em educação.

Na quinta e última seção são tecidas as considerações finais possíveis ao escopo desta pesquisa.

A seguir, como anunciado, será apresentado o quadro teórico adotado de forma a atender os objetivos da pesquisa.

## 2 MARCO REFERENCIAL DA PESQUISA

Realiza-se nesta seção a apresentação do quadro teórico adotado no presente trabalho. Ele foi elaborado de forma a contemplar dois aspectos fundamentais: o primeiro é encetar uma apresentação do conceito de extensão universitária; já o segundo é uma contextualização histórica, que também é descritiva, dos Cursinhos Populares. Sobre o primeiro tema, que preenche a subseção 2.1, convém adiantar: há uma abordagem sobre a temática da extensão universitária em suas intersecções com a educação popular. O objetivo principal desse enfoque foi analisar as contribuições da educação popular para uma prática pedagógica em direitos humanos. Também são discutidos os imbricamentos possíveis entre os Cursinhos Populares e a extensão universitária.

A partir da segunda subseção, a 2.2, ainda que se assuma a premissa de que os CPs<sup>6</sup> podem ser desenvolvidos de formas diferentes, aprofunda-se a análise sobre esses espaços educativos como desenvolvimento de projetos de extensão de IES públicas. A fim de justificar a pesquisa sobre Cursinhos Populares, será apresentado um quadro teórico que expõe os campos correlatos quando se busca compreender a gênese dos Cursinhos Populares. Tais campos são: a descrição histórica dos CPs, seus principais aspectos, sua presença no meio acadêmico e científico e sua relação intrincada com a extensão acadêmica, que é abordada nas subseções 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3.

Logo, faz-se necessário introduzir conceitualmente a extensão universitária e sua problemática.

---

<sup>6</sup> Em alguns pontos do texto, utilizaremos apenas a abreviatura, CPs.

## **2.1 Extensão universitária: conceitos e implicações para a educação popular**

A expressão “extensão universitária”, embora largamente utilizada na fraseologia do ensino superior (em razão da tríade ensino-pesquisa-extensão, que caracteriza a educação superior) figura como um conceito que resiste à univocidade, sofrendo distorções e apropriações teórico-políticas a depender do cenário (Laís Silveira Fraga, 2024). É um conceito tornado ainda mais rarefeito quando se constata a aguda idealização de que a extensão universitária é alvo, condição que é diagnosticada pela autora:

O esvaziamento do conceito de extensão contribui para uma visão romantizada e pouco reflexiva sobre o tema. A história da extensão nos mostra que, sob esse guarda-chuva, movimentos importantes contribuíram com a construção da autonomia e da democracia universitária e com a transformação das próprias IES, tornando-as mais diversas e democráticas. No entanto, ao mesmo tempo, movimentos conservadores e autoritários se apropriaram de expressões, termos e práticas extensionistas em nome de projetos políticos diversos (Fraga, 2024, p. 158).

Como se vê na citação, a prática da extensão é um campo teórico-metodológico em disputa, com tendências políticas que variam entre aquelas que buscam promover ações extensionistas emancipadoras, oportunizando às IES uma pauta fundamentalmente autônoma e democrática, e tendências outras que são orientadas por objetivos autocráticos que servem a projetos políticos diversos.

Essas contraposições estão no âmago do surgimento histórico da extensão, que pode ser rastreado a mais de uma origem, como se verá na subseção a seguir. Nela, em um intento de exemplificação, serão abordadas duas experiências fundantes para o conceito de extensão na cultura universitária brasileira. Cada uma apresenta contornos peculiares, por vezes mesmo opostos, sobre o que é extensão universitária; e se não contribuem para mitigar os conflitos conceituais, auxiliam na compreensão deste campo em disputa.

### **2.1.1 Um brevírio das origens da extensão universitária na América Latina**

No presente trabalho, a busca pelas origens das práticas extensionistas em IES, em um recorte, limita-se ao escopo das vertentes latino-americanas. Em termos históricos, na América do Sul, dois casos se destacam, ordenados aqui por sua notoriedade, e não cronologia temporal, o que se justificará mais adiante. O primeiro caso é o da extensão universitária iniciada em 1918 pelo Movimento Reformista de Córdoba, na Argentina. O segundo caso, em terras brasileiras, é aquele observado na Universidade Livre de São Paulo, que foi criada em 1912.

Tratando do primeiro caso, convém afirmar que a Reforma Universitária de Córdoba foi, primeiramente, um movimento estudantil que produziu influências de longo alcance no ensino superior da América Latina. Suas principais proposições eram a democratização das universidades, que deveriam defender-se das ingerências estatais afirmando sua autonomia institucional. Essa autonomia previa uma gestão democrática em que estudantes, docentes e técnico-administrativos decidissem os rumos da universidade.

Essa propensão política para a autonomia democrática balizou as práticas de extensão universitária do Movimento Reformista de Córdoba, quando, para além dos integrantes internos da universidade, também foram abrangidos os trabalhadores das regiões adjacentes. Essa ação foi realizada em um esforço para atingir a sociedade e difundir a cultura universitária (Gustavo Menon, 2021).

Essa orientação politizada e inclinada para as classes trabalhadoras e populares faz com que pesquisadoras/es do tema elegessem a extensão universitária do Movimento de Córdoba como o exemplo historicamente mais notável da América Latina (Silveira Fraga, 2024). Sua influência alastrou-se aos países vizinhos, e embora não tenha se tornado a teoria (ou a prática) universitária hegemônica, fundamentou o papel social da universidade em relação à sociedade que a cerca.

Essa função social foi enfatizada por intelectuais como o docente José Ingenieros, um professor argentino que procurou condensar a relevância que as ações extensionistas populares tinham na reforma de Córdoba. Ele teceu suas considerações em forma de um livro, ousadamente intitulado “La Universidad del Porvenir”, em um exercício de futurismo, antes mesmo que tal conceito freireano fosse enunciado (Carlos Paro; Mirian Ventura; Neide Silva, 2020).

O livro foi publicado em 1920, em Buenos Aires, apresentando um forte clamor para que as IES desenvolvessem ações de transformação social, prestando serviços à sociedade que extrapolassem apenas o ensino dos ingressantes. Para Ingenieros, como dito em seu livro<sup>7</sup>, a universidade deveria renovar-se pelas ações extensionistas populares; renovação essa, que como veremos, não era tão inédita assim.

A educação popular entranhava-se nas propostas da Reforma de Córdoba, pois como afirmava Ingenieros, a educação não poderia permanecer circunscrita às pessoas eruditas ou de

---

<sup>7</sup> “La universidad del porvenir”, referenciado ao final deste trabalho está disponível no link: [https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16656/1/LA\\_UNIVERSIDAD\\_DEL\\_PORVENIR.pdf](https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16656/1/LA_UNIVERSIDAD_DEL_PORVENIR.pdf). Acesso em: 05 fev. 2025.

classes elevadas, antes era um fator essencial “para a elevação intelectual e técnica de todo o povo” (Ingenieros, 1920, p. 79). Irradiada pelos movimentos estudantis e universitários latino-americanos, sobre os quais o autor teve grande influência, a concepção sobre extensão universitária popular encontrou eco em práticas extensionistas coordenadas por Paulo Freire na década de 1960, tendo inspirado algumas de suas obras (Silveira Fraga, 2024).

O segundo caso de extensão na América Latina teve lugar no Brasil em 1912, ano da criação da Universidade Livre de São Paulo. A instituição durou pouco tempo, sendo encerrada em 1917. Em uma ação extensionista ela elaborou um espaço nomeado Universidade Popular, em uma atividade voltada, como diz o nome, à população da cidade. Autoras e autores que estudam a temática da extensão popular afirmam que a Universidade Popular foi a pioneira em extensão universitária no Brasil (Ana Sousa, 2000; Roberto Gurgel, 1986).

Ela tinha como referência os paradigmas adotados pelas universidades da Inglaterra, em que as ofertas de cursos para a população existiam, mas o conteúdo era decidido arbitrariamente pelos docentes. A experiência britânica de ações extensionistas teve um caráter inaugural nas universidades europeias, sendo citada, por vezes, como a gênese da extensão universitária. Ela ocorreu derivada das Universidades Populares, estabelecidas durante o século XIX em algumas nações europeias (Timothy Ireland, 2002).

Ainda segundo o autor, essas iniciativas, embora objetivassem aproximar as universidades da sociedade em benefício para a população, não eram fundamentadas em um processo dialógico. As universidades decidiam os conteúdos formativos do que seria praticado na extensão e quando essas formações educativas aconteceriam, em um processo rígido de transmissão de conhecimento sem valorização do repertório e cultura das comunidades locais.

Seguindo o mesmo procedimento, seria previsível que a extensão universitária da Universidade Livre de São Paulo não fosse, de fato, dedicada às camadas populares. Outros fatores agravavam a situação: segundo Luiz Antônio Cunha (2007) o corpo docente não era sempre o mesmo e os interesses das classes populares não eram considerados. Aparentemente, o que ocorria era uma espécie de ostentação da erudição acadêmica, como os programas de cursos parecem atestar:

Os cursos eram sobre os mais variados assuntos [...] como O fogo sagrado da Idade Média, Grandes viagens e grandes viajantes do Brasil, Importância e progresso da otorrinolaringologia... e outros mais. Numa época em que as lutas de classes explodiam em greves e repressões policiais, não se entendia por que a Universidade Popular era infelizmente ainda mal compreendida ou, talvez, ignorada pelas classes populares a que ela se destina (Cunha, 2007, p. 205).

Apesar de sua pequena duração e orientação teórico-metodológica não adequada à educação popular, a Universidade Livre de São Paulo inspirou as IES brasileiras posteriores na adoção de projetos de extensão. No cenário brasileiro tais projetos atendiam mais aos modelos vistos na Europa ou Estados Unidos, daquele defendido pela Reforma de Córdoba. Eram, portanto, mais centrados no que a universidade queria propor e dizer, como ato civilizatório, do que baseados em uma relação dialógica com as camadas populares. No entanto, é um fato que houve certo avanço, com as universidades recepcionando o ideal de ações de extensão que atendessem o público externo (Zenilde Batista; Maria Kerbauy, 2018).

### **2.1.2 Freire e suas contribuições para a extensão**

Se por um lado o atendimento às populações que não estavam no interior das instituições foi se sedimentando como uma prática necessária, a concepção sobre a extensão universitária como uma relação horizontalizada entre as IES e as camadas populares palmilhou um longo caminho. Para Paulo Freire (1983), a concepção sobre o que é extensão universitária está eivada pela unilateralidade.

Isto é, os detentores do conhecimento acadêmico o impõem sobre a comunidade sem consultá-la. É justamente essa ausência de um processo dialógico entre a universidade e as camadas populares que torna as ações extensionistas (quando existem), uma imposição educativa, e não, de fato, um processo relacional entre a universidade e a comunidade. Permanece, nessa relação verticalizada, a concepção bancária de um processo educativo regido pela hierarquia e pela transmissão do conhecimento. Há de se relativizar essa constatação porque nem todo possuidor do conhecimento acadêmico age nesta perspectiva de extensão.

Logo, Freire vê na dialogia uma possibilidade de envolver-se com as camadas populares de uma forma que, em ato inaugural, as emancipa, reconhecendo-as como tão geradoras de saberes como a universidade. É no contexto desse raciocínio, isto é, em uma reflexão sobre a extensão popular, que Freire elucubra uma de suas afirmações mais conhecidas: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Paulo Freire, 1983, p. 68).

Concluindo, a extensão universitária é freireanamente concebida como uma construção coletiva, um “fazer com” (Freire, 2018). Ela não é apenas uma relação da universidade com as comunidades que lhe são adjacentes, mas uma relação qualificada pela troca e diálogo, um comungar de saberes que se complementam e não disputam entre si. Ou

como diria o autor: “O conhecimento de senso comum, como o conhecimento científico, é um conhecimento do mundo. O que se impõe, assim, não é estender conhecimentos, mas buscar sua comunicação” (Freire, 1983, p. 114).

Essa perspectiva emancipatória da extensão universitária permeia a origem e a atuação dos Cursinhos Populares, como se verá a seguir.

## **2.2 Contextualização dos Cursinhos Populares: origem e principais aspectos**

Tendo em vista que o *locus* desta pesquisa são os Cursinhos Populares, é relevante compreender a gênese desses espaços, suas principais características, bem como sua relação com a extensão universitária. Para tanto, esta subseção apresenta o levantamento bibliográfico e exploratório sobre os CPs em um evento científico, aqueles da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)<sup>8</sup>. Intenta-se com essa sondagem visualizar a diversidade apresentada nas atuações dos CPs. Além disso, esta seção ainda aborda uma sucinta caracterização dos Cursinhos Populares. Para tanto, elaborou-se uma breve apresentação histórica desses espaços de educação popular e alguns contextos de sua expansão.

Os CPs têm uma relevância política e social poderosa. E quando se constata essa relevância, uma pergunta se impõe: de que forma a temática é contemplada nos eventos científicos? A subseção seguinte busca uma resposta possível a essa questão, descrevendo um levantamento bibliográfico e exploratório no intuito de começar a contextualização dos CPs a partir do que foi problematizado em um dos principais eventos da área da educação realizados no país, as reuniões científicas da ANPEd.

### **2.2.1 Cursinhos Populares: Um Breve Panorama das Publicações das Reuniões da ANPEd<sup>9</sup>**

Esta subseção é dedicada a apresentar um levantamento bibliográfico e exploratório que procurou mapear o tema “Cursinhos Populares” enquanto objeto de estudo nos grupos de trabalho e estudo da referida associação. Com este objetivo, realizaram-se buscas e tabulações

---

<sup>8</sup> Exceto quando o nome por extenso se fizer necessário, a partir desse ponto será utilizada a sigla.

<sup>9</sup> Esta subseção foi elaborada na forma de artigo e publicada como capítulo de livro, disponível no link [https://www.reconnectasolucoes.com.br/\\_files/ugd/db03c2\\_cd9d4c364bde415b9c76de6207f4670a.pdf](https://www.reconnectasolucoes.com.br/_files/ugd/db03c2_cd9d4c364bde415b9c76de6207f4670a.pdf). Acesso em: 21 jan. 2025. O trabalho foi apresentado no II Congresso Internacional de Países de Língua Portuguesa sobre Educação. O texto atual sofreu adaptações e inserções desde então.

dos registros no site da ANPEd, atentando-se para os anais das reuniões científicas, tanto as nacionais quanto as regionais, a partir de 2017<sup>10</sup>.

Este esforço investigativo, investido em um repositório tão abrangente, resultou no conteúdo desta subseção, que para além de aferir a quantidade de trabalhos dedicados aos CPs, também realiza uma análise crítica de suas contribuições para a problemática. Como, diante de um repositório tão amplo, delinea-se a expectativa de enumerar um vasto catálogo de trabalhos, antecipa-se um resultado: o presente levantamento concluiu que há escassez de abordagens do tema, requerendo-se mais pesquisas e levantamentos de outros repositórios de encontros científicos.

Tais resultados escassos já se viam ratificados nas seções anteriores, como por exemplo, na introdução. A título de apresentar a problemática da pesquisa, já se observou que os Cursinhos Populares, um fenômeno relevante da educação popular, ainda obtém pouca visibilidade nas pesquisas e produções acadêmicas. Essa exiguidade, por si só, já se constitui como uma convocatória para mais pesquisas e estudos sobre os CPs e os quadros contextuais nos quais eles se veem mergulhados. Procurar dimensionar e mapear o tema é um exercício valorativo, que produz conhecimento buscando retratar as ações educativas, sejam da sociedade civil ou extensionistas, que promovem os CPs na proporção de sua relevância.

Afinal, os Cursinhos Populares surgiram como uma resposta à necessidade premente de promover a democratização do ensino superior, especialmente entre jovens das camadas populares, historicamente excluídos desse espaço de formação. Ao oferecerem acesso gratuito à preparatórios para vestibulares e cursos técnicos, esses projetos de extensão desempenham um papel crucial na quebra de barreiras socioeconômicas e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Analisados sob essa perspectiva, os CPs são agentes que contribuem, em certa medida, para a transformação social e educacional.

Retornando ao levantamento, a indagação pertinente configurou-se em: como os Cursinhos Populares são abordados em um evento científico? Foi a partir deste questionamento, em um desdobramento metodológico, que se definiu como objetivo identificar e analisar os trabalhos relacionados aos CPs no repositório de um evento científico específico, a ANPEd. Aquilatando tal objetivo, consolidou-se a pesquisa como exploratória, com uma abordagem qualitativa, que também inventaria descritivamente o tema “Cursinhos Populares”, apurando o que foi encontrado nesses trabalhos.

---

<sup>10</sup> Embora a presente seção pronuncie algumas características metodológicas da pesquisa, os procedimentos que pautaram o levantamento serão tratados, de forma detalhada, na seção 3.2, quando se aborda a metodologia utilizada nesta dissertação.

A relevância da temática exige introduzir, a este ponto, uma apresentação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Fundada em 16 de março de 1978, com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro. A ANPEd é uma instituição sem fins lucrativos que se destaca, dentre outras iniciativas, por promover as reuniões científicas nacionais, e cinco regionais, que contam com um tema central. As reuniões são realizadas a cada dois anos, alternadamente.

As reuniões nacionais são coordenadas pela Diretoria da ANPEd, já as reuniões regionais são realizadas em parceria com Fóruns Regionais de Pós-Graduação e os Programas de Pós-Graduação das instituições de ensino superior (ANPEd, 2024). Essa periodicidade, como se verá, reordenou-se devido à pandemia. Em razão disso, a 40ª reunião nacional e a reunião regional sul XIV foram totalmente a distância. Já a regional sul XII, foi híbrida. Além disso, a realização bienal também foi alterada, tendo a reunião regional sul acontecido em dois momentos: 2020 e 2021; e a reunião regional norte foi realizada em 2021, conforme será observado nos próximos parágrafos.

Para proporcionar uma visão ampliada, apresenta-se, a seguir, um quadro mais atual. Em 2024, a ANPEd salientou que atua em vinte e três grupos de trabalhos<sup>11</sup> (GTs) e três grupos de estudos<sup>12</sup> (GEs). Esses agrupamentos se relacionam com as áreas do conhecimento e determinam as ações das reuniões nacionais e regionais (ANPEd, 2024). Como se verá, esses agrupamentos nem sempre são precisos ao limitar o recorte temático dos GTs e GEs. No mapeamento em relação às reuniões regionais observou-se uma variação de nomenclaturas, com a aglutinação de alguns GTs ou a criação de outros. Face ao exposto e aos desafios enfrentados, a subseção 3.2 tratará como o levantamento foi desenvolvido, e os próximos parágrafos apresentarão os trabalhos localizados e como se deram as análises desses estudos. Os últimos parágrafos discorrerão sobre os apontamentos finais desta parte da pesquisa.

Partindo das reuniões nacionais, o estudo iniciou com a 41ª/2023, intitulada: “Educação e Equidade: Bases para Amar-zonizar o país”, sediada na Universidade do Estado do Amazonas e na Universidade Federal do Amazonas. Foi localizado nos anais um resumo expandido de um

---

<sup>11</sup> GT02 – História da Educação; GT03 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos; GT04 – Didática; GT05 – Estado e Política Educacional; GT06 – Educação Popular; GT07 – Educação de Crianças de 0 a 6 anos; GT08 – Formação de Professores; GT09 – Trabalho e Educação; GT10 – Alfabetização, Leitura e Escrita; GT11 – Política da Educação Superior; GT12 – Currículo; GT13 – Educação Fundamental; GT14 – Sociologia da Educação; GT15 – Educação Especial; GT16 – Educação e Comunicação; GT17 – Filosofia da Educação; GT18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas; GT19 – Educação Matemática; GT20 – Psicologia da Educação; GT21 – Educação e Relações Étnico-Raciais; GT22 – Educação Ambiental; GT23 – Gênero, Sexualidade e Educação; GT24 – Educação e Arte.

<sup>12</sup> GE Cotidianos – éticas, estéticas e políticas; GE Educação e Povos Indígenas; GE Corpo e Educação.

trabalho em andamento, GT 06 - Educação Popular. O trabalho, intitulado “Os cursos pré-vestibulares populares de Porto Alegre durante a pandemia de covid-19” foi uma produção relacionada ao Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A autora e o autor realizaram um levantamento no site da UFRGS, onde registram-se as ações afirmativas dos CPs localizados na cidade de Porto Alegre, para entender como se organizaram durante a pandemia. Foram levantados quatorze CPs, seguindo dois critérios, que são: “não visa lucro” e “atende quem tem baixo nível econômico”. Baseando-se na análise dos documentos desses espaços educativos, foram escolhidos três CPs, que possuem formas de assistência e configurações diferentes: um partido político, um centro comunitário e um projeto de extensão. O estudo identificou que os CPs continuaram suas atividades por meio da “utilização dos recursos de videoconferência, disponibilização de listas de exercícios ou transmissão de lives nas redes sociais” (Victor Jesus; Elisabete Búrigo, 2023, p. 3).

Por se tratar de um trabalho em andamento, as entrevistas semiestruturadas e os grupos focais ainda não foram realizados. Espera-se que essas técnicas demonstrem detalhadamente como foi esse processo do ponto de vista das/os coordenadoras/es e das/os educadoras/es e que seja incluído o referencial metodológico que sustenta o estudo. É importante mencionar que pesquisas como essas evidenciam a importância desses espaços educativos para as camadas populares, além de publicizar as práticas desenvolvidas para integrantes de outros CPs e pesquisadoras/es no assunto. Neste sentido, como sugestão para estudo futuro a partir do que foi exposto, seria possível identificar como foram essas mudanças para as/os estudantes.

A Reunião Nacional 40ª/2021, “Educação como prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo”, foi realizada virtualmente e transmitida a partir da Universidade Federal do Pará em Belém, devido ao contexto pandêmico. Foram identificados: um resumo expandido, com o trabalho “O Papel Político dos Pré-vestibulares populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública”, no GT 06 - Educação Popular; e um minicurso: “Os Cursos pré-vestibulares para negros e pobres: movimento social e educação popular”, do GT 17 - Filosofia da Educação.

Sobre o primeiro trabalho, “O Papel Político dos Pré-vestibulares populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública”, convém comentar que é de uma autora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua pesquisa busca compreender o percurso escolar e formativo de quatro egressas negras do Pré-vestibular Popular Pedro Pomar.

O trabalho menciona o CP como um “movimento social urbano” (Adrielle Lisboa; Maria Tavares, 2022, p. 2) que visa o acesso às universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. A metodologia contemplou entrevistas compreensivas e escrevivências (Conceição Evaristo, 2016), pressupostos teórico-metodológicos que embasaram o estudo, que é também uma conclusão de mestrado. Nele comprova-se o valor do CP para além da aprovação no vestibular, como atestado pelas quatro mulheres negras entrevistadas.

Logo, abrem-se possibilidades para investigações em outros CPs e outros grupos (ou até com esse mesmo grupo) para compreender como esses espaços impactam as trajetórias das pessoas egressas. Em seguida, o segundo trabalho “Os Cursos pré-vestibulares para negros e pobres: movimento social e educação popular”, não foi apreciado por se tratar de um minicurso, por não ter informações suficientes. No entanto, vale salientar que a ação é de autoria da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Finalizando a análise das reuniões nacionais verificou-se a 39ª/2019, “Educação Pública e Pesquisa: ataques, lutas e resistências”, sediada na Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ; e também a 38ª/2017, “Democracia em Risco - a pesquisa e a pós-graduação em contexto de resistência”, ocorrida na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís. Não foram localizados estudos que tratem da temática.

Dando continuidade ao levantamento, serão abordadas as reuniões regionais, conforme antecipado. Essas reuniões acontecem sob a coordenação dos Fóruns Regionais<sup>13</sup> de Pós-Graduação da ANPEd e os programas de pós-graduação. Partindo da regional sudeste, houve a 15ª/2022, “Educação, democracia e justiça social no desafio urgente da reconstrução nacional”, assumida por instituições federais de ensino superior mineiras. Ela foi realizada em Belo Horizonte/MG. Nos anais foram localizados três resumos expandidos: um do GT 06 - Educação Popular, um do GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas e um do GT 14 - Sociologia da Educação. Seguem abaixo os comentários, na ordem dos GTs apresentados neste parágrafo.

O primeiro resumo expandido, “Movimentos sociais e a educação popular: o pré-vestibular popular Pedro Pomar e a educação como prática de liberdade”, é da mesma autora que produziu, na 40ª Reunião Nacional, o estudo: “O Papel Político dos Pré-vestibulares populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública”.

Vale relembrar que a autora é da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Percebe-se que ela utiliza um referencial teórico comum que fundamentam as pesquisas em CPs (Miguel Arroyo, 2012; Paulo Freire, 2016; bell hooks, 2017). No trabalho da reunião regional, que

---

<sup>13</sup> Essa é a configuração de todas as reuniões regionais retratadas neste texto.

estudou o Pré-vestibular Popular Pedro Pomar (PVPPP) por meio de pesquisa qualitativa, de cunho participativo e documental, a pesquisadora consegue demonstrar, a partir das/os autoras/es estudadas/os, que o PPVV é um espaço educativo e político para todos que dele participaram.

No segundo resumo expandido, “Os pré-vestibulares populares como inéditos-viáveis para egressos da EJA<sup>14</sup>”, as/o autoras/or são da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e elaboraram um recorte da problematização de um estudo de pós-graduação. Os egressos da EJA são os sujeitos em foco, e os CPs, o local que pode permitir o acesso desse grupo, tanto ao ensino superior, como a uma formação crítica da realidade. Embasados no trabalho de Angela Santos (2021), as autoras e o autor verificaram a baixa procura da EJA pelos CPs e a escassez de estudos no GT 18 sobre essa relação.

O caráter político e educativo dos CPs é visto nesta pesquisa com afinidade aos pressupostos de Freire (2016) sobre “inéditos-viáveis” para vencer as “situações-limites”. Neste sentido é que as autoras e o autor entenderam os CPs, pois as/os egressas/os da EJA não realizaram essa ação de tentar acessar o ensino superior, que lhe é inédita, no entanto, acessível, ou seja, viável. Aconselham uma proposta de conscientização e divulgação às/aos egressas/os dessa modalidade com o intuito do aumento da procura pelos CPs e outros estudos que possam colaborar com os CPs para acolher essas/es sujeitas/os.

O terceiro resumo expandido, “Projetos de vida de jovens egressos de um curso pré-técnico: repercussões do cursinho popular Equalizar/UFMG”, trata de uma parte da pesquisa “Repercussões do Cursinho Popular Equalizar da UFMG” na formação escolar e nos projetos de vida de jovens egressos do Curso Pré-Técnico.

As autoras são da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e apresentaram os achados de como três jovens foram impactadas/os em sua vida profissional, escolar e no seu autoconhecimento pelo CP que frequentaram. A pesquisa faz emergir aspectos recentes, como o fato de os CPs estarem voltados também para o acesso ao ensino médio técnico (além do acesso ao nível universitário), enfatizando como já há muitos estudos focando nos CPs voltados para o acesso ao ensino superior. Logo, o trabalho optou por um CP que, como projeto de extensão, oferta o preparatório tanto para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) quanto para o ensino médio técnico. Vale mencionar como o texto está articulado em relação aos CPs, fundamentando-se no que se viu da literatura, embora não faça menção às/aos autoras/es dos trabalhos.

---

<sup>14</sup> Educação de Jovens e Adultos.

Na 14<sup>a</sup>/2020 Reunião Regional Sudeste: “Direito à vida, direito à educação em tempos de pandemia”, coordenado por três programas de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foram encontrados três trabalhos completos: um do GT 21 - Gênero, Sexualidade e Educação e dois do GT 23 - Educação e Relações Étnico-Raciais. São eles respectivamente: “Os cursinhos para pessoas trans e travestis na trajetória dos pré-vestibulares sociais”, “Mulheres negras e educação: diferenças na experiência no ensino médio e em pré-vestibular social” e “Os sentidos construídos por estudantes da unidade pré-vestibular popular Educafro Aimorés em relação às práticas de letramentos acadêmicos”. Na reunião 13<sup>a</sup>/2018: “Em defesa da educação pública, laica e gratuita: políticas e resistências”, realizada pelos Programas de Pós-Graduação da região sudeste, que ocorreu na Universidade Estadual de Campinas, não foram encontradas investigações relacionadas ao assunto.

Comentando os trabalhos do parágrafo anterior, é notável como o primeiro “Os cursinhos para pessoas trans e travestis na trajetória dos pré-vestibulares sociais” foi elaborado por um autor na Universidade Federal de Minas Gerais. O autor relembra como há oito anos a travesti Luma de Andrade foi pioneira ao apresentar sua tese de doutorado. Neste contexto, o estudo dedicou-se a levantar as iniciativas de CPs no Brasil voltados para trans e travestis. Há de se observar o caráter de informalidade da maior parte desses CPs, que realizam seus levantamentos e divulgações nas redes sociais, principalmente no *Facebook*.

O estudo parte de um breve histórico dos CPs do país, amparando-se nas/os teóricas/os do assunto, abordando o tema desde o ano de 2015, quando se iniciaram os primeiros cursinhos voltados para esse grupo. Foram mapeados dezoito CPs em diferentes localidades do país e dois online, estes últimos criados durante a pandemia. Aguarda-se que outros estudos possam investigar cada um dos CPs, retratando os sujeitos envolvidos.

O segundo trabalho, “Mulheres negras e educação: diferenças na experiência no ensino médio e em pré-vestibular social”, foi produzido por uma autora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Evidenciaram-se as “histórias de resistência de seis mulheres negras cotistas” de licenciatura em Química de um Instituto Federal, todas elas oriundas do ensino médio público e de cursos pré-vestibulares sociais.

O trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, em que os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados entrelaçou os marcadores sociais de diferença: raça, gênero e território. Os relatos demonstram como as experiências escolares das pessoas entrevistadas reforçavam, no ensino médio, a desigualdade social e racial, e como, ao contrário, a vivência no CP foi gratificante e as impulsionou nas trajetórias sociais e acadêmicas.

O terceiro trabalho, “Os sentidos construídos por estudantes da unidade pré-vestibular popular EDUCAFRO Aimorés em relação às práticas de letramentos acadêmicos”, é de uma autora da Universidade Federal de Minas Gerais. No texto, busca-se demonstrar os sentidos do letramento para os participantes de um CP, sejam educadoras/es ou estudantes. O estudo tem um caráter exploratório e etnográfico por meio de observação participante. Foi realizado em um CP da rede EDUCAFRO no período de março de 2019 a janeiro de 2020.

Os dados coletados foram: entrevistas em áudios, registro em vídeos de aulas relacionadas às disciplinas do ENEM e observação das aulas “Negritude, Cultura e Cidadania”, uma disciplina que trata da temática norteadora das atividades no local. Identificou-se que as práticas de letramento circundam os temas das relações étnico-raciais e ENEM. Apesar de se referir a um trabalho completo, trata-se de um trabalho ainda em andamento, cujos dados ainda não foram analisados, restando ainda entender como os temas aparecem e são abordados. A autora espera que o evento traga provocações que auxiliem esse recorte do estudo.

Partindo para as Reuniões Regionais Nordeste, a XVI/2022: “Pós-graduação em Educação: resistência, desafios e perspectivas”, foi organizada por dois programas de pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão em São Luís. Já a XIV/2018: “Educação e democracia em risco: o papel da pós-graduação em tempo de crise”, foi recebida por três Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, e foi realizada na Universidade Federal do Paraíba, em João Pessoa. Não foram localizados trabalhos nos anais das duas reuniões.

Já a reunião XV/2020, “Educação e (Re)Existência: desafios da pesquisa e produção do conhecimento”, realizada em Salvador/BA, foi acolhida por dois programas da Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Há um trabalho completo sobre o tema CP no GT 05 - Estado e Política Educacional: “Cursos preparatórios para o ingresso na educação superior: o caso do programa universidade para todos (UPT)”. Ele foi desenvolvido por duas autoras da Universidade Federal da Bahia. O estudo demonstrou os desfechos parciais de uma pesquisa de mestrado que versa sobre o Programa Universidade Para Todos (uma política pública do governo da Bahia), por meio de um cursinho que prepara para o exame do ENEM e outros vestibulares. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que relata os antecedentes do programa e as principais características do preparatório, que é executado pelo governo em parcerias com universidades públicas do Estado.

Há semelhanças e diferenças do curso preparatório aludido no estudo quando comparado aos CPs comentados anteriormente. É importante destacar que se aproxima desses últimos por promover atividades que vão além das aulas das disciplinas do ENEM, mas se

afasta por ser mantido por recursos do governo estadual. A próxima etapa apontada pela investigação é delinear quem foram as/os estudantes que passaram pelo UPT. O texto também ressalta as políticas de acesso, permanência e democratização do ensino superior, mas não deixa de lado a conclusão de que os cursos preparatórios voltados para aquelas/es oriundos das escolas públicas nascem, dentre outros aspectos, de lacunas na qualidade da educação básica, lacunas que requerem também esforços políticos para melhorias.

Em seguida, as reuniões regionais Sul, a XIV/2022: “Formação e trabalho docente: tensões e perspectivas na Educação Brasileira acolhida pelos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná”, dos campi de Cascavel e Francisco Beltrão, foram conduzidas de forma síncrona. Já a reunião XIII/2020 e 2021 “Educação: direitos de todos e condição para a democracia”, foi virtual em 2020; e em 2021 ocorreu em Blumenau/SC. A reunião XII/2018: “Educação, Democracia e Justiça Social: pesquisar para quê?” ocorreu no Campus Centro da UFRGS, em Porto Alegre. Em nenhuma delas localizou-se trabalhos sobre a categoria pesquisada.

Nas Regionais Norte houve as seguintes reuniões: na Universidade Federal do Amapá em Macapá, 4ª/2022: “Amazônia com Justiça Social e Garantia do Direito à Educação Macapá/AP”; a 3ª/2021: “Direito à educação na Amazônia: diversidade, inclusão e resistência”, em Palmas/TO e a 2ª/2018: “Desafios da Educação na Amazônia: ultrapassar fronteiras e superar limites Rio Branco/Acre”. Não houve produções identificadas sobre o tema. Igualmente nas reuniões regionais centro-oeste XVI/2022: “Poder, política e democracia: desafios para a pós-graduação em educação”, XV/2020: “Educação e pesquisa: impactos, responsabilidade social, perspectivas” e XIV/2018: “Educação e Democracia: desafios e resistências da pós-graduação” não houve pesquisas sobre o assunto.

No que diz respeito à ausência de estudos, como mencionado no parágrafo anterior e em outros acima, pode-se levantar hipóteses tais como: a pouca publicização do que se tem produzido sobre o tema, dificultada pela escassez de pesquisas que se tem sobre o assunto. Há de se considerar, também, que em termos históricos a temática é recente e ocupa poucas pautas de discussões.

Esse quadro sugere que são necessárias mais pesquisas, com o objetivo de investigar as causas da inexistência da categoria em algumas edições das reuniões científicas. Também convém ampliar o leque de eventos analisados. No que concerne às limitações deste levantamento, tais limites demonstraram a ausência de estudos mais amplos sobre esses espaços, os CPs, que ainda que complexos, são relevantes para as camadas populares e deveriam contar com mais empenho e subsídios investigativos.

Em vias de consolidar o conhecimento apurado na ANPEd, foram obtidos nove trabalhos. Após uma análise de seus conteúdos, abordagens teóricas, vínculos institucionais e engajamento na problemática dos Cursinhos Populares, percebeu-se que a temática é abordada por autorias vinculadas às instituições públicas de ensino superior do Brasil, em especial aquelas localizadas na região sudeste (UERJ - quatro e UFMG - três). Há dois trabalhos (Alex Vieira; Edilaine Souza; Marcia Alvarenga, 2022; Jeferson Santos, 2020) que foram financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que permite inferir o reconhecimento da importância do tema.

Em relação ao embasamento teórico que é comum às/aos autoras/es citadas/os, ele compreende: estudos dos cursos pré-vestibulares populares; a atuação docente nesses espaços (Zago, 2008, 2009); a contribuição do movimento negro para a educação popular (Nilma Gomes, 2017); o CP como movimento social (Gohn, 2000); e uma pedagogia libertadora, ou a educação como prática da liberdade (Freire, 2016; hooks, 2017). Ainda que as obras teóricas sejam percebidas de forma sucinta, é curioso notar como em alguns casos elas podem ser recorrentes, orientando as abordagens da construção histórica e a fundamentação da atuação dos CPs.

Ainda há de se ponderar que o esforço do presente levantamento bibliográfico recortou as reuniões científicas da ANPEd. A mesma metodologia adotada pode potencializar pesquisas exploratórias e qualitativas, que com outras abordagens e aprofundamentos, venham a se debruçar sobre outros eventos relevantes na área de educação, buscando por mais trabalhos. Há de se fazer, porém, uma prevenção.

Quando se elabora um este tipo de estudo, pesquisadoras e pesquisadores envolvidas/os empenham-se em um esforço desafiador diante da quantidade de trabalhos e dados a serem processados. Uma investigação semelhante realizada em outros repositórios, pode ver-se diante de possíveis frustrações. Afinal, mesmo em vastos catálogos de eventos científicos, talvez se verifique que a temática dos Cursinhos Populares tem produção incipiente, como o que foi percebido no evento analisado, isto é, a ANPEd.

No entanto, o levantamento também revelou experiências e enfoques variados, como aqueles que buscam abranger a diversidade de marcadores sociais da diferença que envolve o público atendido. Dessa forma, entende-se que este levantamento, além de acrescentar reflexões, pode contribuir com outros estudos na área, assinalando a importância e urgência da temática.

Por fim, e atendendo a um princípio esperado, este levantamento não tem como teor exaurir a análise do assunto. Antes, ao adentrar os estudos e trabalhos publicados, o que se

pretende é recrutar novos interesses e recortes de pesquisa, incentivando novas investigações sobre o assunto e propondo redes investigativas dedicadas a toda a complexidade do fenômeno que são os CPs.

Concebido como agentes da educação popular e com a essência emancipatória, sugere-se que pesquisas da educação lhes deem atenção, articulando-se coletivamente e compartilhando conhecimento. Tais ações abririam portas para que outros trabalhos sejam produzidos, outros repositórios fossem analisados e outras investigações problematizem a multiplicidade de elementos que atravessam esses espaços, desvelando seu significado social, que é tanto educativo, quanto também político.

Depois dessa contextualização dos CPs a partir de um evento científico significativo no campo educacional brasileiro, julga-se relevante adentrar em outras fontes, atentando-se a isso, a próxima subseção se propõe em compreender a origem e os elementos fundamentais dos CPs.

### **2.2.2 Cursinhos Populares: aspectos históricos e principais características**

De acordo com Zago (2008), as primeiras iniciativas dos Cursinhos Populares no Brasil são datadas da metade dos anos 1980 e se expandem nos anos 1990, com função de tornar acessível o ensino superior; já que as vagas foram ampliadas, mas as discrepâncias ao acesso ao ensino superior permaneceram. Os Cursinhos Populares no país “contam com iniciativas e participação de diferentes grupos, mas destaca sobretudo a igreja católica, o movimento negro em diferentes vertentes, o movimento estudantil, movimento sindical e o movimento comunitário” (Zago, 2008, p. 152).

Além disso, a autora destaca que surgem iniciativas vinculadas aos estudantes e a outros setores das universidades, bem como de parceiras e o trabalho docente e do pessoal administrativo, de caráter voluntário. Além de preparar para o acesso, estão frequentemente voltados para formação crítica e reflexiva de seus participantes, como apontam alguns autores (Zago, 2008).

Ademais, os cursinhos populares ligados a entidades estudantis e ao movimento negro resistem às desigualdades de acesso ao ensino superior, conforme explicitado por Groppo Oliveira e Oliveira (2019, p. 5):

As pautas políticas giram em torno do ideal da democratização da educação superior, por meio de demandas que se acabaram tornando vitoriosas, como a isenção de taxas para inscrição em vestibulares e ENEM, a lei n. 10.639/2003 (sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira), cotas sociais e raciais, além de outras que ainda estão no horizonte de algumas redes de cursinhos,

como o acesso universal à educação superior pública, o concomitante fim dos exames de acesso e políticas consistentes de permanência de jovens que vêm de grupos social e racialmente marginalizados.

Neste sentido, as políticas afirmativas de acesso ao ensino sinalizam as lutas dos Cursinhos Populares. Entretanto, não se pode romantizar a existência dos cursinhos populares porque existem devido à precariedade da educação básica oferecida às camadas populares. Neste sentido, é importante fazer uma distinção entre um cursinho preparatório comercial que atua na revisão ou reforço do que o estudante já aprendeu durante a educação básica. Enquanto os cursinhos populares agem ensinando ou revisando o que pouco foi visto durante este nível de ensino e ainda resistem buscando uma formação que foque na atuação transformada na sociedade. Vale mencionar que é possível encontrar as camadas populares em cursinhos comerciais por meio de bolsas de estudos ou pelo esforço das famílias para arcarem com os custos.

É importante direcionar para experiências de CPs no Brasil a fim de compreender a história e os elementos básicos desses espaços. Entre as/os autoras/es que tratam de experiências, Pereira, Raizer e Meirelles (2010) relatam as vivenciadas em CPs em Porto Alegre. Neste sentido, compreenderam o cursinho pré-vestibular popular (CPVP) como um local de enfrentamento às desigualdades de acesso ao ensino superior. Na breve apresentação da gênese dos CPVPs no Brasil, apontaram os anos 1970 como o início dessas iniciativas, mas que o Pré-vestibular para negros e carentes (PVNC), nos anos 1990, no Rio de Janeiro, que representou uma orientação para atualidade.

Além disso, fizeram menção a quatro fases dos CPs apoiados em Clóves Castro (2005). São elas: 1950, ocorrida a partir da junção de duas experiências da Universidade de São Paulo (USP); 1964-1984 relacionada ao movimento da igreja católica; 1980-1990 vinculadas às universidades públicas e a partir dos anos 1990 a diversos movimentos comunitários.

As características destacadas pelos autores são: preparação para o conteúdo das provas, mas também a função de debater sobre o contexto atual dos estudantes para a transformar a realidade, a diversidade pedagógica e política das/os integrantes, locais variados para as aulas, relações horizontais. Descrevem como surgiram as iniciativas em Porto Alegre, demonstrando as parcerias que foram possíveis e as que não foram viáveis.

Dando continuidade, Márcio de Carvalho e Maria de Freitas (2013) trataram das experiências de dois CPs da Região da Zona da Mata de Minas Gerais, projetos de extensão da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que foram escolhidas porque as atividades são desenvolvidas orientadas pela educação popular, autogestão e interdisciplinaridade. O Cursinho

Popular DCE-UFV, localizado na cidade de Viçosa, e Cursinho Popular Paula Cândido, localizado na cidade Paula Cândido, atuam na formação acadêmica e cidadã dos estudantes da universidade e é um espaço de troca de saberes com a comunidade.

O surgimento, o funcionamento desses espaços foram abordados durante o relato de experiência. Visam atender, preferencialmente, as classes populares para o acesso às universidades públicas, e ainda proporcionar uma visão crítica da realidade. Além disso, demonstram que a aproximação desses espaços é importante para compartilhar práticas, discutir dificuldades e perspectivas, buscando a construção de uma base teórica em prol da educação pública e de qualidade.

Nessa direção, Geisa Mozzer, Alessandra Vieira e Filipe Boechat (2021) discorreram sobre o Cursinho Popular Comunidade FazArte, um dos projetos de extensão mais longevos da Universidade Federal de Goiás (UFG). As/Os autoras/es estabelecem uma diferenciação conceitual em cursinho pré-vestibular comunitário e popular. De acordo com essas/es autoras/es, o primeiro está voltado para a preparação dos estudantes da educação básica de baixa renda ao ingresso nas IES públicas brasileiras.

O segundo, além disso, pretende conscientizar sobre a condição de seus participantes e fomentar a atuação política e a formação cultural. É possível identificar que as/os estudantes desse CP fazem parte da juventude trabalhadora. Dentre suas características destacam-se o uso de estratégias que viabilizaram a discussão crítica e o trabalho em grupo.

Mozzer, Vieira e Boechat (2021) partiram da gênese do CPs no Brasil fundamentados pela socióloga brasileira Dulce Whitaker (2010), que remonta aos 1960 com duas experiências em São Paulo, e a expansão dos pré-vestibulares comunitários nos anos 1990 relacionados aos movimentos sociais ligados a diversos setores sociais. A autora se preocupa com as práticas pedagógicas ou “antipedagógicas” desenvolvidas nestes espaços que se relacionam somente à memorização dos conteúdos, chamada por Freire (2016) de “educação bancária”.

Mozzer, Vieira e Boechat (2021) destacam os desafios enfrentados pelo CP ao longo de sua história, tais como, perdurar o envolvimento das/os educadoras/es, desenvolver e entregar o material, evasão dos estudantes, distância da sala de aula da coordenação docente. Relataram, ainda, a evolução do CP estudado com o objetivo de proteger sua história e promover a discussão de temas relevantes à construção de uma universidade mais igualitária e popular.

Whitaker (2010) contribuiu com o estudo dos CPs ao abordar a “invenção” dos exames vestibulares e, por conseguinte, dos cursos preparatórios comerciais e posteriormente dos CPs. Além disso, faz menção ao “efeito cursinho” utilizado mais adiante por autores/as da temática, sendo que a maior parte dos ingressantes nas IES passaram por um ou dois cursinhos.

Considera o cursinho preparatório uma “anomalia”, já que confirma o insucesso da educação básica pública ou particular. Para a autora, os CPs são uma ação afirmativa.

Identifica-se que a breve apresentação da gênese dos CPs no Brasil constitui um elemento comum em trabalhos pesquisados (Zago, 2008; Pereira; Raizer; Meirelles, 2010; Mozzer; Vieira; Boechat, 2021), apesar de apresentarem algumas divergências quanto ao período de surgimento, como citado em parágrafos anteriores.

Os três trabalhos acima que se dedicaram a descrever experiências têm como norteador de sua ação o referencial de educação popular fundamentado na concepção freireana, corroborando uma perspectiva emancipatória, pelo menos nos aspectos conceituais. Os trabalhos incluem, ainda, a origem, de forma sucinta da/s experiência/s estudadas (Pereira; Raizer; Meirelles, 2010; Mozzer; Vieira; Boechat, 2021).

Percebe-se publicações acerca dos CPs nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste do Brasil, alguns vinculados às universidades federais como projetos de extensão (UFV, UFG), assim como o *locus* desta pesquisa e outros ligados a diferentes setores da sociedade como o estudo de Pereira, Raizer, Meirelles, 2010. Vale mencionar que mesmo aqueles que são desenvolvidos como projetos de extensão podem apresentar formas de organização diferenciadas ao se comparar com outras instituições. Por exemplo: nos CPs pesquisados por De Carvalho e De Freitas (2013) os estudantes da IES recebem bolsa, na maioria dos CPs são voluntários ou somente a minoria recebe bolsa.

Nesses trabalhos, os CPs atuam num movimento de preparação para as provas, mas também para uma visão crítica e transformadora da realidade de suas/seus estudantes. No que se refere às/aos discentes das licenciaturas que participam do processo como docentes, sua atuação é motivada por uma formação acadêmica e cidadã, que se realize em um espaço de troca de saberes com a comunidade (De Carvalho; De Freitas, 2013; Mozzer; Vieira; Boechat 2021).

Esse mergulho, que futuras e futuros docentes fazem em sua profissionalidade, é determinante para sua formação e pode ser oportunizado pela atuação estudantil em projetos de extensão baseados na educação popular. De certa forma, o envolvimento de graduandos e graduandas com seu futuro campo de atuação profissional produzirá efeitos apontados como positivos, como comprovam relatos que retratam o envolvimento de egressos de licenciaturas com programas de extensão semelhantes (Kebler Carneiro, Fábio Reis e Jean Ribeiro, 2023).

Carece de informações sobre quais fatores influenciam para o engajamento dos discentes nessas ações. Algumas possibilidades são o interesse pela proposta da educação popular, a necessidade de uma bolsa ou a recente obrigatoriedade com a extensão durante a

graduação a partir da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Esta legislação impõe que no mínimo 10% da carga horária do currículo seja em atividades de extensão articuladas com as atividades de ensino e pesquisa.

Como se notará na seção seguinte, as ações extensionistas em forma de CPs (para além de sua finalidade de preparar para o ingresso no ensino superior) colaboram de forma determinante com o desenvolvimento crítico e reflexivo da população atendida. Esse caráter não assistencialista é o que torna possível compreender os CPs como instrumentos de emancipação, que se propõem a atender os objetivos esperados em uma extensão popular.

### **2.2.3 Aproximações entre Cursinhos Populares e a extensão universitária**

Como mencionado anteriormente, de acordo com Zago (2008), os Cursinhos Populares extrapolam o mero processo preparatório para vestibulares e ingresso no ensino superior, atuando, frequentemente, para a formação crítico-reflexiva de seus participantes. Tal formação crítica-reflexiva não acontece em um campo neutro, mas conquista avanços ou sofre recuos diante de um campo tensionado, como são as IES públicas. Se por um lado os cursinhos ganham estabilidade ao se consolidarem com algum subsídio financeiro e apoio institucional, sua institucionalização o torna passível de uma paulatina despolitização (Groppo; Oliveira; Oliveira, 2019).

Ainda assim, no contexto da extensão universitária, Simão (2020) valida o papel emancipatório dos CPs ao afirmar que “os cursinhos pré-vestibulares populares, ligados aos projetos e programas de extensão universitária, vêm desempenhando ações que possibilitam o desenvolvimento político-social das classes populares” (Simão, 2020, p.52).

Nesse estudo a universidade foi tratada como um local complexo que é visto pelos jovens com desejo de ingressar, mas que também reproduz traços da exclusão social. Esse quadro se torna ainda mais intrincado ao incluir o fato de que, nos cursinhos promovidos pela universidade, há um movimento interno que encontra, por meio da extensão, possibilidades de agir na busca de diminuir suas próprias desigualdades.

Como visto anteriormente<sup>15</sup>, o conceito e a prática da extensão universitária ao longo da história já passaram por fases distintas. Convém lembrar que Moacir Gadotti (2017) argumenta que, na prática, é possível entender duas vertentes da extensão universitária: uma

---

<sup>15</sup> Subseção 2.1.

mais assistencialista e outra não assistencialista; a primeira compreende a transferência do conhecimento como vertical, um processo estabelecido em uma relação hierarquizada.

Já a segunda concebe o processo de ensino-aprendizagem como uma comunicação dos saberes, em que educandas/os e educadoras/es relacionam-se de forma horizontalizada. A segunda vertente corresponde à concepção de Freire (1983), quando afirma que a extensão deve ser uma forma de comunicação, de diálogo, e não o estender de um conhecimento de quem o detém, para quem não tem nenhum.

Como coloca Gadotti (2017), o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) vem buscando superar o viés assistencialista e, deste modo, conceitua: “extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.28).

Em consonância com esses autores, Leonardo Paes Niero, André Pereira da Silva e João Nogueira Leroux (2022) expõem, em pesquisa sobre a experiência do Cursinho Popular Carolina de Jesus, um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos, que não pode ser conduzido “somente com um viés assistencialista onde a Universidade, detentora de todo conhecimento, simplesmente fosse capaz de levar ‘boas ações’ para o território”.

Adotou-se essa perspectiva no presente estudo, em busca de observar as articulações das ações da universidade para com a democratização do acesso a ela; afinal, como coloca Casaut (2009), é ao inserir as demandas sociais em seu contexto que a universidade, ao motivar o que é estudado e investigado, constrói conhecimentos relacionados à realidade. Logo, ao debruçar-se sobre um tema como a extensão popular que se consubstancializa em CPs, pesquisadoras e pesquisadores veem-se diante de um objeto de estudo que, ao defrontar-se com o real vivido e experimentado, desconstrói a captação ingênua da realidade, favorecendo o surgimento da consciência crítica, isto é um estranhamento da situação (Freire, 2016b). Ou, como dito pelo autor:

(...) a conscientização é o teste de realidade. Quanto mais nos conscientizamos, mais ‘desvelamos’ a realidade, e mais aprofundamos a essência fenomênica do objeto diante do qual nos encontramos, com o intuito de analisá-lo. Por essa razão, a conscientização não consiste num ‘estar diante da realidade’ assumindo uma posição falsamente intelectual. Ela não pode existir fora da práxis, ou seja, fora do ato ‘ação-reflexão’. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser, ou de transformar o mundo, e que é próprio dos homens (Freire, 2016b, p. 56-57).

Esse desvelar da realidade, apontado por Freire, é alcançado por um aprofundamento na realidade que pressupõe análise e práxis, em um defrontar dialético que, para além do academicismo, também dedique um olhar às possibilidades transformadoras do fenômeno estudado. Especificamente para a compreensão das extensões populares, como já aventado anteriormente, há de se destacar a conexão necessária que a prática extensionista é potente para gerar com as camadas populares, em um processo dialógico e uma “busca de sentido do fazer acadêmico” (Silveira Fraga, 2024, p. 158). Dito isso, na seção seguinte será detalhado o percurso metodológico adotado na presente pesquisa.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Esta seção trata do caminho percorrido para o desenvolvimento do estudo, descrevendo as escolhas metodológicas e etapas desenvolvidas ao longo do trabalho. Justificam-se, também, os percursos adotados diante dos desafios da problemática pesquisada, bem como as ações que contribuem para alcançar os objetivos de pesquisa.

Nesta perspectiva, convém lembrar a questão pertinente que se estabeleceu como o problema central para a presente pesquisa, explicitada da seguinte forma: de que modo são organizados os Cursos Populares promovidos por instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais como projetos de extensão? Essa problemática conduziu a um objetivo geral: mapear e caracterizar, em termos de estrutura e organização, os Cursos Populares desenvolvidos como projetos de extensão vinculados a instituições de ensino superior públicas de Minas Gerais.

E os objetivos específicos são: 1) contextualizar os Cursos Populares pesquisados, considerando os aspectos relacionados ao modo de trabalho e ao funcionamento desses espaços educativos; 2) caracterizar os Cursos Populares pesquisados, considerando a equipe de trabalho e a estrutura administrativa; 3) Identificar como acontece o processo de ingresso e o acompanhamento dos estudantes nos CPs pesquisados; e 4) Elaborar proposta de produto educacional que atenda às demandas apresentadas pelas coordenações dos CPs pesquisados.

As próximas subseções detalharão o caminho percorrido, partindo das escolhas metodológicas.

#### **3.1 Caracterização e elaboração metodológica da pesquisa**

Neste contexto, em relação à caracterização da pesquisa, quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva/exploratória, uma vez que visualizou de maneira geral uma temática pouco apreciada em outros estudos e descreveu as características de uma realidade, neste caso dos CPs pesquisados (Antônio Gil, 2002).

Já quanto a abordagem adotada, foi a qualitativa, pois como argumentou Mirian Goldenberg (2001, p. 49), essa forma de lidar com os dados é importante para uma “compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior

relevância do aspecto subjetivo da ação social”. Heloísa Martins (2004, p. 292) corroborou com Goldenberg (2001) ao afirmar que as:

metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la (Martins, 2004, p.292).

Desta forma, a pesquisa qualitativa foi adequada para estudar o problema, pois ao retratar sobre como se organizam e se contextualizam os CPs, há uma ação investigativa que perpassa fatores distintos e complexos.

O desenho básico da presente pesquisa foi transversal, já que os dados foram coletados em uma ação única, ainda que realizada em momentos diferentes. O procedimento de coleta que se adequou aos objetivos foi o levantamento, e o instrumento utilizado foram os questionários enviados por e-mails, e tal instrumento foi escolhido, pois, “pode ser aplicado a um grande número de pessoas ao mesmo tempo” (Goldenberg, 2001, p.87). Além disso, optou-se pelos questionários porque os CPs se localizavam em oito mesorregiões<sup>16</sup> de Minas Gerais com realidades e demandas diversas, podendo desta forma respondê-lo no momento oportuno para a coordenação.

O local do estudo foram os CPs desenvolvidos como projeto de extensão das IES públicas de Minas Gerais, por se tratar de um mestrado em educação localizado no estado de Minas Gerais, identificou-se a necessidade de conhecer os CPs localizados neste entorno geográfico. Além disso, sua escolha deveu-se à importância desses espaços educativos e políticos às camadas populares. A fonte dos dados nos CPs foram, majoritariamente, as/os coordenadoras/es, que podem ser docentes ou discentes, ou técnico-administrativos das universidades pesquisadas.

Em alguns casos, as coordenações reuniram-se com a equipe para responder ao questionário de uma forma que contemplasse a participação coletiva. O critério de inclusão para participar da pesquisa tinha início neste ponto, aquele em que a coordenadora ou coordenador do CP manifestasse interesse, respondendo ao questionário. O critério de exclusão é “não se tratar de um CP projeto de extensão da IES pública de MG”.

Os dados foram coletados de janeiro a maio de 2024, consolidando-se os seguintes resultados: em um universo de 28 CPs mapeados, obteve-se uma amostra de 12 que

---

<sup>16</sup> Na seção 3.3 será apresentada os CPs inventariados em relação às mesorregiões de MG.

responderam ao primeiro questionário e cinco ao segundo questionário. O primeiro questionário era composto de 15 questões abertas e uma questão com três alternativas, era dividido em seis partes relacionadas à organização, ao funcionamento dos CPs e ao produto educacional.

O segundo questionário continha uma parte sobre a proposta do produto educacional com sete opções de escolha, e a segunda parte sobre percepção dos CPs sobre juventudes com seis perguntas abertas. O primeiro questionário seguiu modelo adaptado do roteiro de entrevista de Casaut (2019), e refere-se ao Apêndice A. O segundo questionário foi construído de modo a complementar os dados anteriormente levantados, trata-se do Apêndice B. Os questionários foram compilados em planilhas que tabularam os dados colhidos.

Diante da greve ocorrida no ano de 2024, o contato com os CPs foi dificultado e não foi possível levantar outros elementos sobre os CPs. Neste sentido, os aspectos relacionados às juventudes não foram abordados nesta pesquisa tendo em vista que para compreensão seriam necessários trazer mais aspectos por meio de outros questionários e/ou entrevistas, mas que poderão ser realizados em estudos posteriores. Além disso, percebeu-se que os demais dados coletados já atendiam os objetivos propostos neste estudo.

A técnica de análise de dados utilizada foi a análise de conteúdo (Laurence Bardin, 2011), aliada à análise temática. Segundo a autora, o objetivo da análise de conteúdo “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (Bardin, 2011, p. 52). Neste sentido, a técnica foi escolhida porque as respostas foram agrupadas em categorias para atender ao objetivo de caracterizar os CPs quanto à sua estrutura e organização.

Optou-se pela análise temática, buscando aproximações e distanciamentos entre os resultados encontrados e o referencial utilizado, aspectos mais relevantes e a justificativa ou não para o contexto apresentado. Seguindo o modelo proposto por Bardin (2011), a análise contemplou as três etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Com base nos questionários, foram definidas 5 categorias e 15 subcategorias de modo a caracterizar os CPs estudados. A primeira categoria é a “localização”. A segunda, “modo de trabalho e funcionamento” contempla quatro subcategorias: funcionamento, atividades pedagógicas extras às aulas e simulados, atividades de caráter formativo/cultural/conscientização e material didático. A terceira, “equipe de trabalho e estrutura administrativa” é composta por cinco subcategorias: cargos e funções, voluntariado, processo seletivo de professoras/es ou educadoras/es, formação de professoras/es ou educadoras/es e representação discente.

A quarta, “ingresso e acompanhamento das/os estudantes” é subdividida em quatro subcategorias, a saber: processo seletivo, contagem de evasão, contagem de aprovação, acompanhamento de egressos. A quinta, “proposta de produto educacional” é compreendida por duas categorias: tipo de proposta de produto educacional e temas da proposta de formação. No que se refere às etapas da pesquisa, o procedimento será discorrido a seguir.

### **3.2 Levantamento bibliográfico em Repositórios**

Inicialmente, de modo a obter sustentação teórica ao trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre CPs e extensão universitária. Foram utilizados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses de Dissertações - BTDD, o Portal CAPES de Periódicos e as Bibliotecas das UFLA e UFMG, os anais das reuniões científicas nacionais e regionais da ANPEd, além dos sites das legislações relacionadas à temática.

Os trabalhos identificados disponíveis online foram organizados em pastas por assunto, devidamente catalogados após a leitura do resumo e palavras-chave. Só após tal triagem temática, é que foi definida a pertinência (ou não) do trabalho e efetuada a sua leitura na íntegra. Neste sentido, foram criadas subpastas “sim” ou “não”.

Os materiais impressos foram analisados na própria biblioteca, já os pertinentes foram levados para aprofundamento e composição do embasamento teórico e metodológico. De acordo com Gil (2002), essa fase do levantamento bibliográfico da literatura permite conhecer as diferentes pesquisas relacionadas ao tema, momento em que se mergulha nas colaborações de trabalhos anteriores e na sustentação teórica.

Partindo para os repositórios, numa busca exploratória pelo tema em 2022 na BTDD com o termo “cursinho popular”, foram encontrados 37 trabalhos datados de 2005 a 2021. Ao utilizar os possíveis sinônimos (“cursinho pré-vestibular popular” OR “cursinho alternativo” OR “cursinho comunitário”) encontrou-se mais 9 trabalhos no mesmo período, totalizando 46. Já na base de dados Scielo, no mesmo período foram encontrados cinco trabalhos sobre “cursinho popular” ou sinônimos no período de 2011 a 2019. Este levantamento permitiu o primeiro contato com o tema e o que estava em discussão para identificar as possíveis lacunas de pesquisa.

Em 08/03/2024 foi empreendido ainda um levantamento bibliográfico realizado no Portal CAPES de Periódicos. Neste levantamento, foram encontrados 135 trabalhos com os descritores: “cursinho popular” OR “cursinho alternativo” OR “cursinho pré-vestibular” OR

“cursinho popular” OR “cursinho comunitário” OR “cursinho pré-ENEM”. A busca contemplou os títulos e os resumos, com pesquisas datadas de 1991 a 2023. Após a etapa acima, optou-se por restringir o período de busca para artigos publicados de 2018 a 2023, focalizando o que se tem mais recente sobre estes espaços educativos. O resultado do período totalizou 50 estudos científicos. O que demonstrou o aumento dos estudos da temática nos últimos anos. Para uma seleção mais precisa foi realizada a leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave, visando identificar aqueles artigos que pudessem colaborar com esta investigação.

Também foram analisadas as referências bibliográficas, que apontaram para autoras e autores basilares e com trabalhos publicados em anos anteriores ou em outras bases. Logo, a pesquisa destes autores e autoras demandou que se ampliasse a pesquisa para trabalhos publicados a partir de 2008.

Foram então identificados mais 17 trabalhos que não eram da base pesquisada inicialmente, que após passarem pelo mesmo escrutínio (isto é, a leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chave), resultaram na seleção de 9 artigos (Zago, 2008; Zago 2009; Alan Costa; Tatiane Gomes, 2017; Simão; Amanda Pardinho, 2018; Simão; Nathanael Silva Neto; Julio Torres, 2020; Mozzer; Vieira; Boechat, 2021; Paes Niero; Pereira da Silva; Nogueira Leroux, 2022; Paiva; Eiterer, 2022; Gabriela Castro; Cristhianny Barreiro, 2022) para uma leitura detalhada.

Com o propósito de consolidar os números e períodos dos trabalhos selecionados, em relação à base selecionada foram escolhidos: de 2018 a 2023, 5 estudos (Eduardo Bonaldi, 2018; Lucas Costa; Rigler Aragão, 2018; Groppo; Oliveira; Oliveira, 2019, Josely Rimoli; Ana Spatti; Mateus Campos; Flavia Lima, 2019; Casaut, Amadeu Bego, 2021). E do período de 2010 a 2017: 7 estudos (Pereira, Raizer, Meirelles, 2010; Whitaker, 2010; Kato, 2011; Whitaker, 2013; De Carvalho, De Freitas, 2013; Rigler Aragão; Pablo Silva; Arlêto Silva Neto; Diemison Alencar, 2015; Adevailton Santos; Gláucia Gomes; Sirlei Ferreira, 2017) totalizando 12 trabalhos. O quadro abaixo demonstra os vinte e um trabalhos selecionados e suas principais informações:

Quadro 1 - Trabalhos Seleccionados de 2008 a 2023.

(Continua)

Ano	Título	Autoras/Autores	Palavras-chave	Aspectos Relevantes para a Pesquisadora
2008	Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas	Nadir Zago	Ensino superior-Seleção. Vestibulandos-Aspectos sociais.	Breve histórico dos CPs e os principais aspectos.
2009	Pré-Vestibular Popular e Trabalho Docente: Caracterização Social e Mobilização	Nadir Zago	Acesso ao Ensino Superior. Trabalho docente. Desigualdades educacionais.	Quem são, porque estão e como atuam os docentes de um CP no Rio de Janeiro.
2010	A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares	Thiago Ingrassia Pereira, Leandro Raizer e Mauro Meirelles	Pré-vestibular popular. Democratização do ensino superior. Inclusão social. Pedagogia emancipatória.	Breve histórico dos CPs e experiências de CPs em Porto Alegre.
2010	Da “invenção” do vestibular aos Cursinhos Populares: Um desafio para a Orientação Profissional	Dulce Consuelo Andreatta Whitaker	Vestibular. Curso pré-vestibular. Ação afirmativa. Orientação em Cursinhos Populares.	Como surgiram os exames vestibulares e os cursos preparatórios. Além disso, entendeu os CPs como ação afirmativa, que pode se valer da orientação profissional.
2011	O Papel dos Cursinhos Populares nos Acessos e Mudanças de Perspectivas de seus Participantes (ensaio)	Danilo Seithi Kato	Cursinho. Popular. Capital social. Capital cultural.	Levantamento de CPs no Estado de São Paulo e a análise de alguns deles.

(Continuação)

Ano	Título	Autoras/Autores	Palavras-chave	Aspectos Relevantes para a Pesquisadora
2013	Educação, Sociologia e Cursinhos Populares (entrevista)	Dulce Consuelo Andreatta Whitaker	não se aplica	Elementos dos Cursinhos Populares.
2013	Perspectivas e desafios dos Cursinhos Populares da Zona da Mata Mineira	Márcio Francisco de Carvalho e Maria Célia de Freitas	Articulação. Cursinhos Populares. Educação popular. Extensão universitária.	Princípios que norteiam o trabalho dos Cursinhos Populares da Zona da Mata Mineira que são projetos de extensão da Universidade Federal de Viçosa.
2015	Cursinho Popular Emancipa: movimento de educação popular	Rigler da Costa Aragão, Pablo Souza da Silva, Arlêto Vilhena da Silva Neto e Diemison Ladislau de Alencar	Educação Popular. Extensão. Cursinho Popular.	Embasamento que fundamenta o cursinho popular Emancipa, projeto de extensão da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.
2017	Contribuições da obra de Paulo Freire nos encontros de cursos pré-universitários populares: redes de indignação e esperança	Alan Ricardo Costa e Tatiane Fernanda Gomes	Educação Popular. Curso Pré-Universitário Popular. Sociedade em Rede.	Encontros entre os CPs para troca de experiências e fortalecimento dessas iniciativas. Detalhamento do IV encontro de Pré-Universitários Populares realizado em 2016 na Universidade Federal de Rio Grande.
2017	Ações Formativas Integradas (AFIN): resultados e desafios do curso preparatório para ingresso no ensino superior na Universidade Federal de Uberlândia	Adevailton Bernardo dos Santos, Gláucia Carvalho Gomes e Sirlei Aparecida Martins Ferreira	Ações Formativas. Democratização. Cursinho Popular. Ensino Médio	Programa extensionista da Universidade Federal de Uberlândia, Ações Formativas Integradas (AFIN), que visa o acesso ao ensino superior das/dos estudantes em situação de vulnerabilidade e ainda é um espaço para a formação dos discentes das licenciaturas da universidade.

(Continuação)

Ano	Título	Autoras/Autores	Palavras-chave	Aspectos Relevantes para a Pesquisadora
2017	Ações Formativas Integradas (AFIN): resultados e desafios do curso preparatório para ingresso no ensino superior na Universidade Federal de Uberlândia	Adevailton Bernardo dos Santos, Gláucia Carvalho Gomes e Sirlei Aparecida Martins Ferreira	Ações Formativas. Democratização. Cursinho Popular. Ensino Médio	Programa extensionista da Universidade Federal de Uberlândia, Ações Formativas Integradas (AFIN), que visa o acesso ao ensino superior das/dos estudantes em situação de vulnerabilidade e ainda é um espaço para a formação dos discentes das licenciaturas da universidade.
2018	Tentando “chegar lá”: As experiências de jovens em um Cursinho Popular	Eduardo Vilar Bonaldi	Sociologia da educação. Habitus. Jovens de camadas populares. Acesso ao ensino superior. Cursinhos populares.	Expansão do ensino superior, surgimento dos Cursinhos Populares e a experiência de um CP na zona norte de SP.
2018	A Escola Preparatória da UFABC: política de extensão permanente para o ingresso de alunos da rede pública no ensino superior	Felipe Pinto Simão e Amanda Santos Pardinho	Extensão universitária. Cursinho popular. Formação de professores. Políticas educacionais.	Experiência de um cursinho popular, projeto de extensão da Universidade Federal do ABC.
2018	Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais? Um estudo do Cursinho Popular Emancipa em Marabá, Pará	Lucas de Sousa Costa e Rigler Costa Aragão	Educação. Cursinho Popular. Movimento Social.	Princípios da educação popular e visão de cinco professoras/es sobre emancipação ou assistencialismo em um cursinho popular Emancipa em Marabá no Pará.
2019	Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente	Luís Antonio Groppo, Ana Rosa Garcia de Oliveira e Fabiana Mara de Oliveira	Cursinho popular. Formação política. Formação docente.	O campo dos Cursinhos Populares e as características da Rede Emancipa.

(Continuação)

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autoras/Autores</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Aspectos Relevantes para a Pesquisadora</b>
2019	Cursinhos comunitários e o direito à educação: a história do cursinho pré-vestibular Colmeia	Josely Rimoli, Ana Carolina Spatti, Matheus Leite de Campos e Flavia Traldi de Lima	Educação superior. Cursinho popular. Cidadania. Democracia.	Breve histórico dos CPs e a experiência do Cursinho Colmeia em Limeira - SP.
2020	Pré-Vestibulares Populares e a Democratização do Acesso ao Ensino Superior	Felipe Pinto Simão, Nathanael da Cruz e Silva Neto e Julio Cesar Torres	Educação. Cursinhos Populares. Ensino superior.	Características dos CPs.
2021	Cursinho Popular Comunidade FazArte: Uma Experiência no Campo da Extensão Popular	Geisa Nunes de Souza Mozzer, Alessandra Oliveira Machado Vieira e Filipe Milagres Boechat	Educação. Educação Popular. Extensão Popular. Formação de Professores.	Breve histórico dos CPs e a história do Cursinho Popular Comunidade FazArte um projeto de extensão da Universidade Federal de Goiás.
2021	Práticas Hegemônicas nos Cursinhos Populares Universitários e os objetivos institucionalizados: aproximações e afastamentos para o caso da UNESP	Raul da Costa Casaut e Amadeu Moura Bego	Extensão Universitária. Programas de Ação Afirmativa. Universidades e faculdades - vestibular.	A metodologia utilizada para levantar informações sobre os CPs da UNESP e as características desses CPs projetos de extensão.
2022	Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus: a extensão universitária inserida em um trabalho de educação popular	Leonardo Paes Niero, André Pereira da Silva e João Pedro Nogueira Leroux	Sudoeste Paulista. Paulo Freire. Território. Democratização da educação.	Experiência do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus, um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos, no interior de São Paulo.

(Conclusão)

Ano	Título	Autoras/Autores	Palavras-chave	Aspectos Relevantes para a Pesquisadora
2022	Movimentos sociais e formação: as experiências e aprendizados de educadores e educadoras do Cursinho Popular Quilombola – Córrego do Meio	Tawani Mara de Sousa Paiva e Carmem Lúcia Eiterer	Cursinhos Populares. Movimentos sociais. Aprendizado educacional.	A dimensão da formação do Cursinho Popular Quilombola – Córrego do Meio para as/os educadoras/es.
2022	Educação popular: as pesquisas sobre cursos pré-vestibulares populares e seus educadores	Gabriela Oliveira de Castro e Cristhianny Bento Barreiro	Educação. Educador. Formação.	A metodologia utilizada para analisar o que se tem produzido sobre CPs.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em 2024, a busca na BDT foi atualizada e além do descritor “cursinho popular” e seus sinônimos foi incluído “AND”<sup>17</sup> e o descritor “extensão universitária”, foram localizadas nove dissertações no período de 2009 a 2023. O quadro abaixo retratou as dissertações analisadas.

Quadro 2 - Dissertações selecionadas de 2009 a 2023.

(Continua)

Ano	Título	Autoras/Autores	Palavras-chaves	Aspectos Relevantes para a Pesquisadora
2009	Cursinho Pré-Vestibulares Populares e o caso da UNESP: Alguns Condicionantes à Sua Criação e Transformação	Fernanda Furtado Camargo	Cursinhos pré-vestibulares populares. Política social. Políticas públicas. Parcerias.	Breve histórico dos CPs.

<sup>17</sup> “AND” é um operador de pesquisa, que significa “com todas palavras da busca”.

(Continuação)

Ano	Título	Autoras/Autores	Palavras-chaves	Aspectos Relevantes para a Pesquisadora
2013	Política de Acesso ao Ensino Superior: Uma Análise dos Cursinhos Pré-Vestibulares da UNESP	Daniela do Nascimento	Políticas Públicas. Ensino Superior. Cursinhos Pré-Vestibulares UNESP	Breve histórico da extensão universitária e características do CPs da UNESP
2014	Limites e Possibilidades de uma Proposta de Gestão Coletiva: Cursinho Popular da UNESP- Franca	Vitor Hugo Costa Carvalho	Autogestão Coletiva. Cursinhos Populares. Pedagogia Libertária. Anarquismo.	Breve histórico dos CPs e características do CP da UNESP- Franca
2018	Cursinhos Populares e o Acesso ao Ensino Superior: Contribuições para além do Conteúdo	Ana Thereza Reis Magalhães	Cursinhos. Ensino superior. Camadas populares.	Dimensões do CPs a partir dos sujeitos: coordenação, docentes e estudantes.
2019	Cursinhos Populares da UNESP: Histórico, Conquistas e Desafios	Raul da Costa Casaut	Universidades e faculdades - Vestibular. Programas de ação afirmativa. Extensão universitária. UNESP. Educação popular	Breve histórico da extensão universitária e as características dos CPs da UNESP.
2019	Travessia: As Experiências de Educandas e Educadores no Cursinho Popular Quilombola – Córrego do Meio	Tawani Mara de Sousa Paiva	Cursinhos Populares. Comunidade Quilombola. Educandas e educadores/as.	Breve histórico dos CPs e a experiência do Cursinho Popular Quilombola – Córrego do Meio

(Conclusão)

Ano	Título	Autoras/Autores	Palavras-chave	Aspectos Relevantes para a Pesquisadora
2019	Cursinho Popular da UNESP de Franca: Vivências e Perspectivas de Estudantes Trabalhadores	Maísa Stefani Soares	Juventudes. Educação Superior. Cursinho Popular. Franca-SP. História Oral.	Narrativas de seis egressos do Cursinho Popular da UNESP de Franca.
2020	Pré-Vestibulares Populares em Universidades Públicas no Estado de São Paulo	Felipe Pinto Simão	Educação. Pré-vestibular. Cursinhos Populares. Extensão universitária. Ensino superior.	Breve histórico da extensão universitária e as características dos CPs desenvolvidos nas universidades públicas de São Paulo.
2023	Jovens Voluntários(as) de um Cursinho Popular de uma Universidade Pública: Os Sentidos e Significados da Experiência	Izabella Rodrigues Alves	Jovens. Cursinhos Populares. Extensão universitária. Movimentos sociais. Ações coletivas.	Histórico dos CPs e da extensão universitária, mapeamento do CPs desenvolvidos como projeto de extensão da UFMG.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nem todos os trinta trabalhos foram detalhados durante esta pesquisa, mas contribuiram para alargar os conhecimentos sobre os CPs e suas interseções com a extensão universitária e poderão servir de base para outros estudos.

Dando continuidade, buscou-se o que tem sido publicado e divulgado em um evento científico, de relevância nacional na área de educação no país, as reuniões nacionais e regionais da ANPED. Em relação ao levantamento nos anais dos eventos, foi identificado em 04/03/2024 que, foram disponibilizados no site da associação os anais das reuniões científicas nacionais a partir do ano de 2017, e os das reuniões científicas regionais a partir da data de 2018. Neste sentido, optou-se por selecionar aqueles trabalhos das reuniões científicas nacionais e regionais

que possuem os anais online. Foram selecionados os anais dos anos de 2023, 2021, 2019 e 2017 das reuniões nacionais; e os anais das reuniões regionais de 2022, 2020 e 2018, com as variações que aconteceram devido à pandemia.

O desenvolvimento da pesquisa nos anais referidos fez uso dos seguintes descritores: “curso popular” OR<sup>18</sup> “cursinho popular” OR “curso preparatório” OR “cursinho preparatório” OR “curso Pré-ENEM” OR “cursinho Pré-ENEM” OR “curso alternativo” OR “cursinho alternativo” OR “curso pré-vestibular” OR “cursinho pré-vestibular”, “curso comunitário” OR “cursinho comunitário” OR “curso pré-universitário” OR “cursinho pré-universitário” OR “pré-vestibular popular” OR “pré-vestibular social” OR “curso preparatório”.

Os descritores também foram pesquisados em seus respectivos plurais e a busca foi realizada no campo de título dos trabalhos. Inicialmente, selecionou-se o GT 08 - Formação de Professores, em razão da compreensão de que os Cursinhos Populares são espaços que recebem como docentes voluntários estudantes em formação para docência ou profissionais diversos, que não possuem licenciatura. Essa investigação pretendia identificar se as produções trazem a relação dos CPs como um espaço de formação docente. Posteriormente, o GT 06 – Educação Popular e o GT 03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, tornam-se relevantes pela relação com o *locus* da pesquisa no que se refere aos fundamentos que se esperam desses espaços formativos e pela sua origem histórica.

Nesse momento, foram encontrados três trabalhos relacionados ao GT 06 - Educação Popular. Diante do número reduzido de produções, optou-se por procurar a categoria em todos os grupos de trabalho das referidas reuniões nacionais e regionais. Essa nova tentativa totalizou dez trabalhos, três relacionados ao GT 06 - Educação Popular, dois ao GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais. Os outros cinco trabalhos relacionados aos GTs: 05 - Estado e Política Educacional, 17 - Filosofia da Educação, 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas, 14 - Sociologia da Educação, 23 - Gênero, Sexualidade e Educação. Essa dispersão do tema nos GTs em perspectivas variadas, permite inferir como a temática em estudo permeia várias áreas do conhecimento, um sinal de sua complexidade e relevância no contexto educacional.

Também é necessário destacar que os tipos de trabalhos, por sua vez, concentraram-se em quatro trabalhos completos, quatro resumos expandidos, um resumo expandido (de um trabalho em andamento) e um minicurso. Apesar da importância do minicurso para a temática em questão, a atividade foi excluída por sua limitação de informações. Conforme observado, a

---

<sup>18</sup> “OR” é um operador de pesquisa, que significa “com qualquer uma dessas palavras”.

investigação deteve-se em analisar nove trabalhos, como detalhado na seção 2.2.1, que contribuíram com a caracterização, a contextualização e o debate acerca dos CPs. O quadro 3 abaixo sintetiza os achados deste percurso destacando as/os autoras/autores e as palavras-chave desses estudos:

Quadro 3 - Trabalhos das Reuniões Científicas da ANPED Levantados.

(Continua)

<b>Nº/Ano Reunião</b>	<b>Tipo de Reunião</b>	<b>Tema Central</b>	<b>Título Trabalho</b>	<b>Autoras/Autores /IES</b>	<b>Palavras chave</b>	<b>GT</b>	<b>Tipo Trabalho</b>
41ª /2023	Nacional	Educação e Equidade: Bases para Amar-zonizar o país	Os cursos pré-vestibulares populares de Porto Alegre durante a pandemia de Covid-19	Victor Paiva de Jesus e Elisabete Zardo Búrigo - UFRGS	Cursos pré-vestibulares. Pandemia. Acesso ao Ensino Superior.	06 - Educação Popular	Resumo Expandido Trabalho em Andamento
40ª/2021	Nacional	Educação como prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo	O Papel Político dos Pré-vestibulares populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública	Adrielle Karolyne de Sousa Lisboa - UERJ	Movimentos Sociais. Educação Popular. Trajetórias de mulheres negras.	06 - Educação Popular	Resumo Expandido Trabalho
40ª/2021	Nacional	Educação como prática de Liberdade: cartas da Amazônia para o mundo	Os Cursos pré-vestibulares para negros e pobres: movimento social e educação popular	Paulo Henrique Fernandes Silveira - USP	não se aplica	17 - Filosofia da Educação	Minicurso

(Continuação)

<b>Nº/Ano Reunião</b>	<b>Tipo de Reunião</b>	<b>Tema Central</b>	<b>Título Trabalho</b>	<b>Autoras/Autores /IES</b>	<b>Palavras chave</b>	<b>GT</b>	<b>Tipo Trabalho</b>
15ª/2022	Regional Sudeste	Educação, democracia e justiça social no desafio urgente da reconstrução nacional	Movimentos sociais e a educação popular: o pré-vestibular popular Pedro Pomar e a educação como prática de liberdade	Adrielle Karolyne de Sousa Lisboa e Maria Tereza Goudard Tavares Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Direito à Educação. Educação Popular. Pré-vestibular Populares. Movimentos Sociais.	06 - Educação Popular	Resumo Expandido Trabalho
15ª/2022	Regional Sudeste	Educação, democracia e justiça social no desafio urgente da reconstrução nacional	Os pré-vestibulares populares como inéditos-viáveis para egressos da EJA	Alex Luiz de Oliveira Vieira, Edilaine de Melo Souza e Marcia Soares de Alvarenga - UERJ	Inéditos-viáveis. Pré-vestibulares sociais. Direito à Educação.	18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas	Resumo Expandido Trabalho
15ª/2022	Regional Sudeste	Educação, democracia e justiça social no desafio urgente da reconstrução nacional	Projetos de vida de jovens egressos de um curso pré-técnico: repercussões do cursinho popular equalizar/UFMG	Izabella Rodrigues Alves e Álida Angélica Alves Leal - UFMG	Cursos preparatórios Pré-técnicos. Juventude. Projetos de vida.	14 - Sociologia da Educação	Resumo Expandido Trabalho
14ª/2020	Regional Sudeste	Direito à vida, direito à educação em tempos de pandemia	Os cursinhos para pessoas trans e travestis na trajetória dos pré-vestibulares sociais	Jeferson Reis Santos - UFMG	Pré-Vestibular Social. Travesti. Trans. Ensino Superior. Transexualidade.	23 - Gênero, Sexualidade e Educação	Trabalho Completo
14ª/2020	Regional Sudeste	Direito à vida, direito à educação em tempos de pandemia	Mulheres negras e educação: diferenças na experiência no ensino médio e em pré-vestibular social	Larissa Fernandes Pereira - UERJ	Ensino médio público. Pré-vestibular social. Mulheres negras. Racismo estrutural.	21 - Educação e Relações Étnico-Raciais	Trabalho Completo

(Conclusão)

<b>Nº/Ano Reunião</b>	<b>Tipo de Reunião</b>	<b>Tema Central</b>	<b>Título Trabalho</b>	<b>Autoras/Autores /IES</b>	<b>Palavras chave</b>	<b>GT</b>	<b>Tipo Trabalho</b>
14º/2020	Regional Sudeste	Direito à vida, direito à educação em tempos de pandemia	Os sentidos construídos por estudantes da unidade pré-vestibular popular EDUCAFRO aimorés em relação às práticas de letramentos acadêmicos	Andreza Barroso Gonçalves - UFMG	Novos Estudos do Letramento. Letramentos acadêmicos. Cursinhos pré-vestibulares populares. Relações raciais. Enem.	21 - Educação e Relações Étnico-Raciais	Trabalho Completo
XV/2020	Regional Nordeste	Educação e (Re)Existência: desafios da pesquisa e produção do conhecimento	Cursos preparatórios para o ingresso na educação superior: o caso do programa universidade para todos (UPT)	Rosa Helena Ribeiro Teixeira e Lícia Teles Brito de Jesus - UFBA	Educação Superior. Curso Pré-Vestibular. Política Educacional. UPT.	5 - Estado e Política Educacional	Trabalho Completo

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Dando continuidade, a próxima subseção demonstrará o levantamento das IES públicas para mapear quais contemplavam em suas ações extensionistas os CPs. Em seguida, os CPs foram identificados e serão contextualizados na seção 4. É necessário notar que esta etapa dos contatos com as instituições de ensino que promovem os CPs demandou múltiplas formas de comunicação. Foram realizadas pesquisas na Internet, tentativas em ligação telefônica e, na maior parte, rodadas de e-mail, partindo de explicações do objetivo da pesquisa e procurando identificar quem poderia responder pela coordenação do CP, uma informação nem sempre evidente.

### 3.3 Mapeamento de Cursos Populares ações de extensão em Instituições de Ensino Superior Públicas de Minas Gerais<sup>19</sup>

Nesta seção será apresentado desde o levantamento das IES públicas de MG até o mapeamento dos CPs vinculados a essas instituições. Em 08/01/2024 realizou-se a busca no Portal e-MEC<sup>20</sup> das IES de Minas Gerais. Foram selecionados os seguintes filtros: Busca - Instituição de Ensino Superior; UF: Minas Gerais, categoria administrativa - pública municipal, pública estadual e pública federal; a situação ativa já estava em destaque, os demais filtros não foram marcados. O portal permitia que os dados fossem gerados em uma planilha Excel e salvos neste formato.

Direcionando para as informações do portal e-MEC, no que tange às IES públicas no estado, a busca resultou em vinte e quatro IES, sendo seis estaduais e dezoito federais. Em relação à organização acadêmica, as instituições incluem uma Escola de Governo, quatro Faculdades, cinco Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e treze Universidades. Somente os institutos federais e as universidades são autorizados a oferecer ensino superior a distância e presencial.

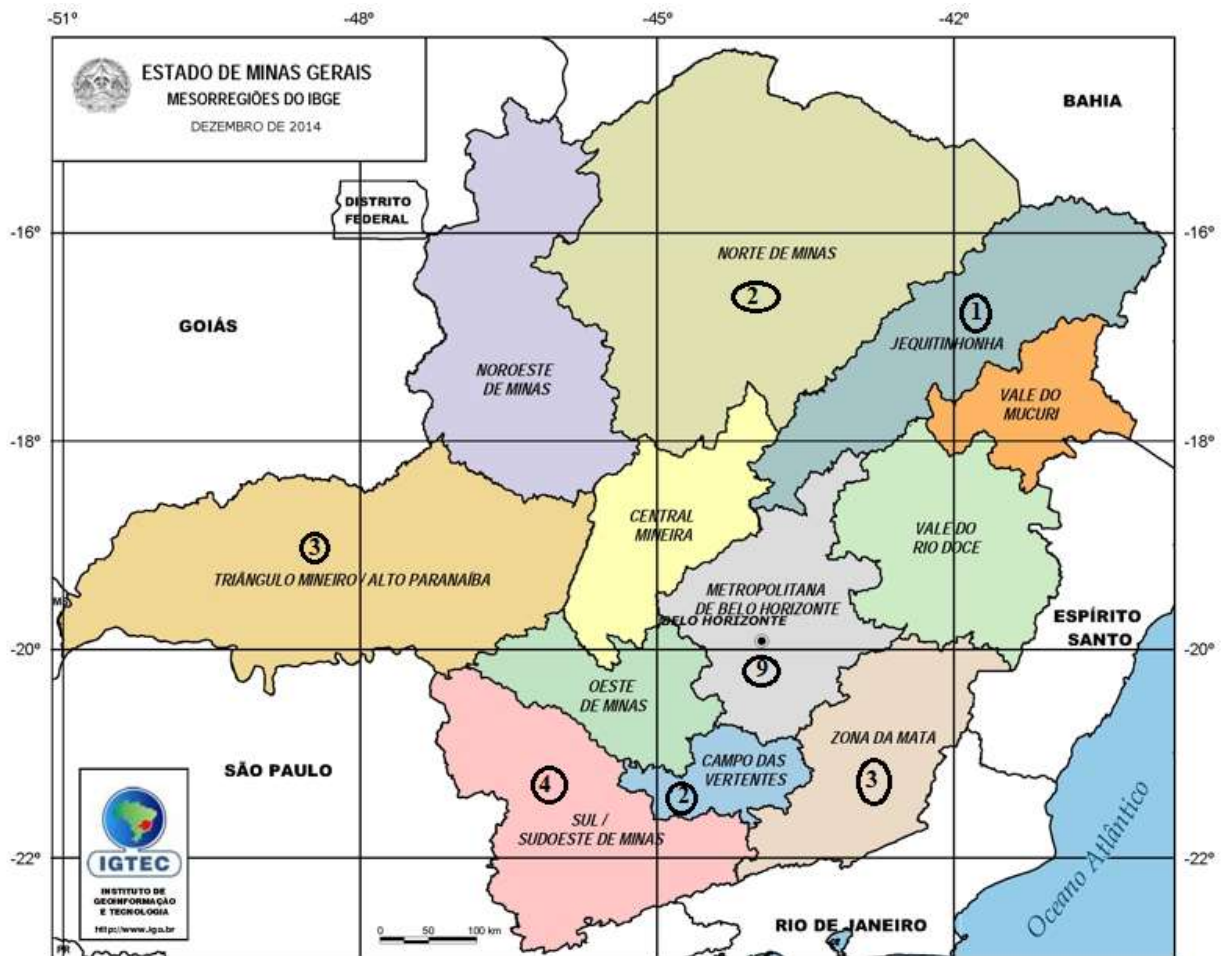
É oportuno trazer informações do Governo de Minas Gerais (2024), a fim de situar o estado em que estão localizadas as IES públicas que foram identificadas e os CPs mapeados neste estudo. Minas Gerais é um dos vinte e sete estados do Brasil localizado na América do Sul. O estado está situado na região sudeste do país e conta com 853 municípios agrupados em 12 mesorregiões. Vale mencionar que algumas IES possuem multicampi, e no que se refere à sede, identificou-se que oito estão em Belo Horizonte, duas em Juiz de Fora, duas em Montes Claros e duas em Uberaba, as demais estão situadas nos municípios de Alfenas, Diamantina, Itajubá, Lavras, Ouro Preto, Pouso Alegre, São João Del Rei, Três Corações, Uberlândia e Viçosa. O mapa 1 abaixo apresenta a distribuição das sedes de IES públicas de MG nas mesorregiões de Minas Gerais.

---

<sup>19</sup> Foi produzido um resumo simples desta subseção, disponível no link: <https://www.even3.com.br/anais/xxxiii-congresso-da-pos-graduacao-ufla/951427-mapeamento-de-cursos-populares-projetos-de-extensao-em-instituicoes-de-ensino-superior-publicas-de-minas-gerai>. Acesso em: 21 jan. 2025. O trabalho foi apresentado no XXXIII Congresso de Pós-Graduação da UFLA.

<sup>20</sup> O link do site utilizado foi <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

Mapa 1 - Mesorregiões de MG e a Distribuição da Sede de IES públicas de MG.



Fonte: Governo de Minas Gerais (2024), adaptado de IGTEC (2014).

O mapa 1 acima demonstrou que cinco mesorregiões de MG não possuem sede de IES públicas (Noroeste de Minas, Central Mineira, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Oeste de Minas). A região que tem mais sedes de IES é a Metropolitana de Belo Horizonte (9)<sup>21</sup>, seguida da Sul/Sudeste (4), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (3), Zona da Mata (3), Norte de Minas (2), Campo das Vertentes (2) e Jequitinhonha (1).

Posteriormente, para identificar se as IES possuem (ou já possuíram) um CP, foi realizado um contato inicial por meio do telefone da IES que constava na planilha. Essa ação não foi bem-sucedida, pois a maioria não atendeu a ligação. Posteriormente, com o intuito de um contato mais direto, decidiu-se por tentar localizar os telefones específicos e os e-mails dos setores de extensão e/ou dos CPs. Não foram localizados no site todos os telefones e e-mails. Nessa ação de contatos por telefone, um respondeu que tinha, mas orientou a retornar o contato

<sup>21</sup>Durante a subseção 3.3 os números que aparecerem entre parênteses indicam a frequência do dado.

depois das férias escolares, direto para a coordenadora. Neste momento, foi modificada a forma do primeiro contato: decidiu-se que seria um e-mail, para fins de registro e formalização das informações. Vale mencionar que se incluíram na planilha as colunas: telefone extensão, e-mail extensão, informações site/contato telefônico e retorno do e-mail enviado.

Com base nas ações realizadas até esse ponto, elaborou-se um modelo de e-mail para ser enviado às IES. Ele resultou em retornos de 14 IES, dentre as 24 IES localizadas. A próxima etapa deste levantamento foi desenvolver outro e-mail, com o questionário para ser enviado para todas as IES. O objetivo era identificar mais CPs, bem como levantar as informações que se tornam relevantes para apresentar as principais características destas iniciativas mencionadas acima. Tendo em vista o período de férias, optamos por enviar o e-mail em 26 de março de 2024. E ainda foi necessário reenviar, em 11 de abril de 2024, colocando um prazo para o retorno, para que houvesse tempo hábil para a realização dos encaminhamentos necessários para a etapa da qualificação. Do primeiro e-mail, foram sete retornos, e após o segundo, mais oito retornos.

É preciso dizer que em cada rodada de e-mail, havia retornos que indicavam outros e-mails ou a necessidade de enviar direto para as unidades. Isso demandava buscar por outros e-mails, que algumas vezes não eram encontrados. E ainda havia o envio de mais mensagens, quando finalmente se localizava o e-mail correto ou ele era informado por algum dos contatos. Logo, convém notar que a tentativa por obter informações dos locais que não responderam as ações de contato podem ser realizadas por pesquisas posteriores. Novas buscas também podem ser feitas nos sites destas instituições que, afinal, deveriam ser os locais precisos para hospedar essas informações de contato.

Descreve-se aqui este empenho com os contatos de sondagem, para se aferir os resultados obtidos na proporção correta. Neste mapeamento com as IES, tivemos o retorno de dezenove, o que significou que cinco não responderam. Vale ainda mencionar que três informaram que não possuem CP. A partir do contato obtido, foram identificados 28 CPs, sendo 2 localizados no site e 25 por meio do retorno da IES. Vale mencionar que algumas IES possuem mais de um CP. É importante dizer que o Instituto Federal do Sul de Minas, Campus Poços de Caldas, informou que não oferece esse tipo de cursinho, mas, fornece infraestrutura para o funcionamento do cursinho popular Educafro. Apesar da importância do estudo dos CPs que não são projetos de extensão, este CP não foi investigado por não se tratar do escopo deste trabalho. Sintetizando esse percurso investigativo, por vezes cheio de percalços, o quadro 4 abaixo retrata a sondagem dos CPs relacionados ao estudo:

Quadro 4 - Cursinhos Populares Projetos de Extensão Mapeados em IES públicas de MG.

(Continua)

	<b>IES/Sigla</b>	<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Cursinhos Mapeados/Município/Setor IES</b>
1	Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (APM)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	Informou que não possui
2	Centro de Educação Técnica da UTRAMIG (UTRAMIG)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	Informou que não possui
3	Centro Federal De Educação Tecnológica De Minas Gerais (CEFET/MG)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	1 - Pró-Técnico/Belo Horizonte Campus II 2 - Pró-Técnico/Nepomuceno Campus Nepomuceno
4	Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	Informou que não possui
5	Escola De Governo Professor Paulo Neves De Carvalho (EG)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	3 - Cursinho Educar/Belo Horizonte Sede da ASSPROM
6	Escola de Sargentos das Armas (ESA)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	Não respondeu até o fechamento do levantamento dos dados
7	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	4 - Pré-IFMG e 5- Pré-Enem, a partir de uma plataforma de Ensino à Distância (EaD). Link: <a href="https://mais.ifmg.edu.br/maisifmg/">https://mais.ifmg.edu.br/maisifmg/</a>
8	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	Não respondeu até o fechamento do levantamento
9	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	6 - Pré IF/Juiz de Fora Campus Juiz de Fora
10	Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IF SUL DE MINAS)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	7 - Curso Introdutório do Ensino Médio/Machado Prédio da Administração
11	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	Não respondeu até o fechamento do levantamento dos dados
12	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	Não respondeu até o fechamento do levantamento dos dados
13	Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Estadual	Não respondeu até o fechamento do levantamento de dados
14	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	8 - Curso Preparatório para o ENEM da UNIFAL-MG/Alfenas Campus Sede, Varginha e Poços de Caldas

(Conclusão)

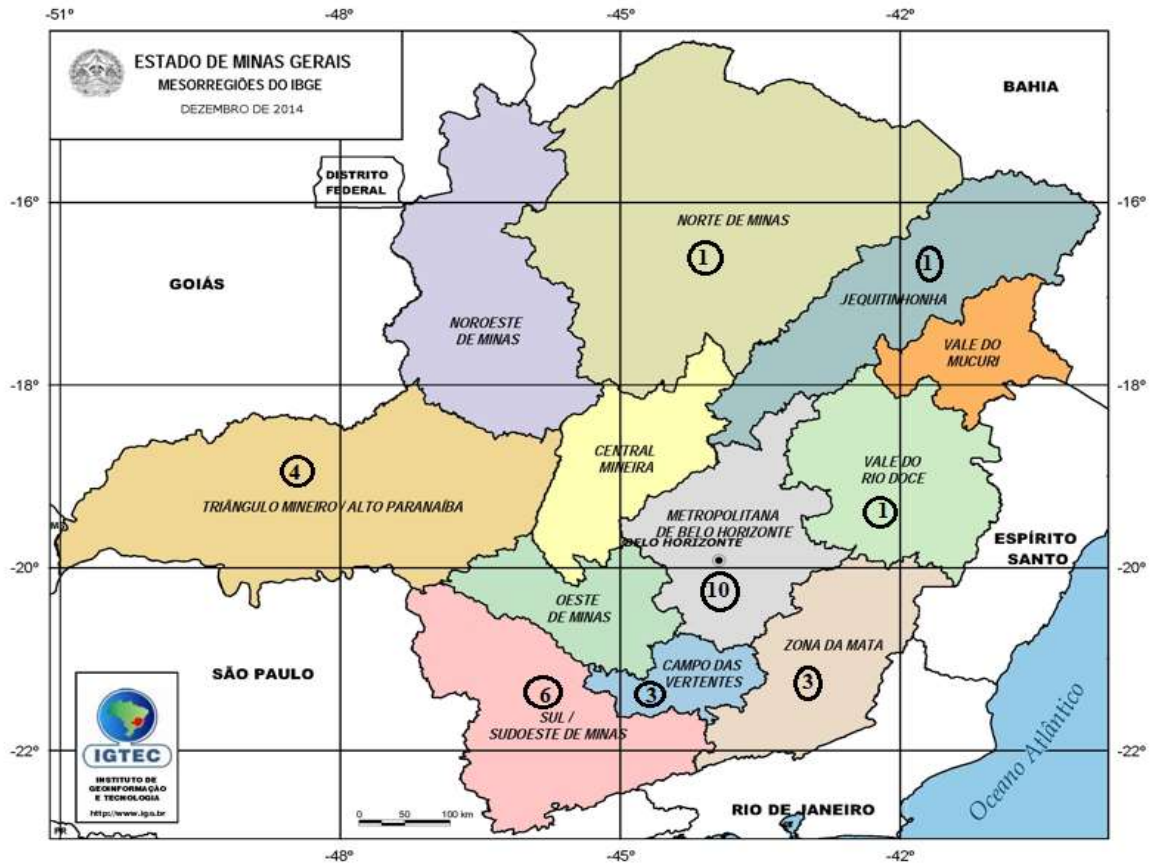
	<b>IES/Sigla</b>	<b>Natureza Jurídica</b>	<b>Cursinhos Mapeados/Município/Setor IES</b>
15	Universidade Federal De Itajubá - UNIFEI (UNIFEI)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	9 - CATS: Curso Assistencial Theodomiro Santiago/Itajubá Campus Itajubá 10 - CAAI: Curso Assistencial Amigos de Itajubá/Itajubá Complexo Histórico e Cultural
16	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	11 -Cursinho Comunitário Camponês e Popular/Governador Valadares Unidade São Pedro 12- Garra-Cursinho Popular/Juiz de Fora
17	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	13 - Pré-Uni/Lavras Campus Universitário
18	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	14 - Pró Imigrantes/Belo Horizonte - Faculdade de Letras 15- ENEM solidário/Centro Pedagógico (online) 16 - Guimarães Rosa/Belo Horizonte Faculdade de Medicina 17- Equalizar/Belo Horizonte Escola de Engenharia 18 - Dom Quixote/ Belo Horizonte Faculdade de Letras e Contagem Escola Estadual 19 - Humanizar/Belo Horizonte Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 20 - FACE Educa/Belo Horizonte Faculdade de Ciências Econômicas 21 – ComunICA/Montes Claros Instituto de Ciências Agrárias
19	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	22 - Pré-Universitário Humanista/Ouro Preto Campus Morro do Cruzeiro (site)
20	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	23 - Cursinho Popular Edson Luís/São João Del Rei Campus Dom Bosco
21	Universidade Federal De Uberlândia (UFU)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	24 - Programa AFIN/Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas e Uberlândia 25 - Tô Passada! Pré-ENEM/Uberlândia Campus Santa Mônica
22	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	26 - Cursinho Popular - Viçosa/Campus Viçosa
23	Universidade Federal Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	27 - Cursinho Popular Arandu/Diamantina Faculdade de Medicina (site)
24	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal	28 - Cursinho de Educação Popular - CEPOP/Uberaba

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O quadro 4 apontou as instituições IES públicas estaduais (APM, UTRAMIG, Escola de Contas e Capacitação Pedro Aleixo, EG, UEMG e UNIMONTES) e as federais (ESA, IFMG, IFNMG, IFSEMG, IF SUL DE MINAS, IFTM, UNIFAL, UNIFEI, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFSJ, UFU, UFV, UFVJM e UFTM). Além disso, demonstra as IES que não retornaram no prazo estipulado (ESA, IFNMG, IFTMG, UEMG e UNIMONTES), as IES que informaram não possuem CPs (APM, UTRAMIG, Escola de Contas e Capacitação Pedro Aleixo), as IES que possuem CPs (CEFETMG, EG, IFSEMG, IF SUL DE MINAS, UNIFAL, UNIFEI, UFJF, UFLA, UFMG, UFSJ, UFU, UFV e UFTM). As IES cujos CPS foram localizados no site (UFOP, UFVJM). No que tange aos CPs mapeados, o quadro trouxe informações do município onde estão localizados e do setor da IES que o CP funciona.

Em relação aos municípios descritos no quadro acima identificou-se que os CPs estão situados não somente onde estão as sedes do IES, mas também em campus presentes em outros municípios, como por exemplo, CEFET-MG, em Nepomuceno, UFJF, em Governador Valadares, UNIFAL, em Varginha e Poços de Caldas, dentre outros. O mapa 2 abaixo demonstra a distribuição dos CPs vinculados às IES públicas de MG nas mesorregiões de Minas Gerais.

Mapa 2 - Mesorregiões de MG e a Distribuição dos CPs projetos de extensão das IES públicas de MG.



Fonte: Governo de Minas Gerais (2024), adaptado de IGTEC (2014).

O mapa 2 acima demonstra que em quatro mesorregiões de MG não foram levantados CPs projetos de extensão (Noroeste de Minas, Central Mineira, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Oeste de Minas). Comparando os mapas 1 e 2 observou-se que um CP foi inventariado em uma mesorregião não identificada entre as sedes da IES públicas de MG, a região Vale do Rio Doce. A região em que foi registrada mais CPs é a Metropolitana de Belo Horizonte (10), seguida da Sul/Sudeste (6), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (4), Zona da Mata (3), Campo das Vertentes (3), Norte de Minas (2), Jequitinhonha (1) e Vale do Rio Doce (1). A concentração de CPs acontece de modo similar à sede de IES na maior parte das mesorregiões. Considerando as informações supracitadas, pode-se perceber uma distribuição não homogênea entre as mesorregiões mineiras. Isso, possivelmente, reflete às condições socioeconômicas de cada uma delas. Em outras palavras, os territórios com mais disponibilidade de CPs coincidem com os de melhores infraestruturas socioeconômicas. Problematizar essa desigualdade demandaria estudos mais detalhados no futuro.

No que diz respeito aos CPs pesquisados, 12 responderam ao primeiro questionário (Apêndice A) e a maioria se disse aberta para esclarecimentos de dúvidas. O quadro 5 demonstra os CPs MG que participaram do estudo por meio do questionário enviado por e-mail:

Quadro 5 – Levantamento das Informações dos CPs de MG.

	<b>IES/SIGLA</b>	<b>CP participou do estudo</b>	<b>Preparatório</b>
1	Centro Federal De Educação Tecnológica De Minas Gerais (CEFET/MG)	1 - Pró-Técnico Belo Horizonte	Técnico
2	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG)	2-Pré IF	Técnico
3	Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IF SUL DE MINAS)	3 - Curso Introdutório do Ensino Médio	Técnico
4	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)	4- Curso Preparatório para o ENEM da UNIFAL-MG	Superior
5	Universidade Federal De Itajubá - (UNIFEI)	5 - CATS: Curso Assistencial Theodomiro Santiago, 6 - CAAI: Curso Assistencial Amigos de Itajubá	Superior
6	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	7- Cursinho Comunitário Camponês e Popular	Superior
7	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	8 - Guimarães Rosa 9 - Dom Quixote 10 - ComunICA MOC	Superior
8	Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	11 - Cursinho Popular Edson Luís	Superior
9	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	12 - Cursinho Popular	Superior

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O quadro 5 acima demonstra que os CPs pesquisados se referem a nove IES públicas (CEFET/MG, IFSEMG, IF SUL DE MINAS, UNIFAL, UNIFEI, UFJF, UFMG, UFSJ e UFV), quanto à preparação ofertada, identificou-se superior (9) ou técnico (3).

Dando seguimento à coleta de dados, em 23 de abril de 2024 foi enviado um questionário complementar (Apêndice B) para os 12 que responderam ao primeiro questionário, perguntando acerca dos temas a serem abordados no curso de formação para as/os

educadoras/es e a percepção das coordenações sobre juventudes em seu CP. Desse e-mail, tivemos cinco retornos até o mês de maio/2024.

Os dados dos CPs pesquisados serão apresentados e debatidos na seção 4.

### **3.4 Identificação da proposta de produto**

Antes de concluir esta seção sobre os percursos metodológicos, é necessário ressaltar como a metodologia adotada também considerou as características específicas de um mestrado profissional em educação. Sob muitos aspectos, procura-se obter um retrato das necessidades de formação docente dos CPs analisados, e só então, a partir da reflexão sobre essas demandas, elaborou-se uma proposta de produto pedagógico que fosse voltada à docentes dos CPs.

Inicialmente, foi realizado um levantamento por meio de um questionário enviado por e-mail aos Cursinhos Populares pesquisados com o objetivo de determinar a proposta mais adequada às circunstâncias presentes nesses locais. Deu-se aos CPs três opções: formação online para professoras/es de CP, pesquisa com egressos que orientassem o processo, e uma opção aberta para que pudessem apresentar outras necessidades. A melhor opção para os CPs foi fazer uma proposta de formação online.

Em seguida, os temas relacionados à formação foram mapeados com os CPs da mesma maneira citada anteriormente. O detalhamento de como foi levantada a proposta será apresentado na subseção 4.3.

Isso posto, a próxima seção discutirá os resultados e a análise dos dados dos CPs pesquisados.

## **4 CONHECENDO OS CURSINHOS POPULARES PROJETOS DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DE MINAS GERAIS**

Como anunciado na introdução, nesta seção será elaborada uma análise dos dados sobre os CPs. Conforme demonstrou-se em seções anteriores, os CPs vinculados às IES foram mapeados, perfazendo um total de 28 CPs. Considerando os que se dispuseram a participar desta investigação, foram levantadas e tabuladas as principais características de 12 CPs. Os CPs serão identificados pelo número que consta no quadro 5.

Nesta seção serão apresentados e discutidos os CPs pesquisados a partir das categorias mencionadas anteriormente, quanto à sua localização, ao modo de funcionamento e de trabalho, à equipe de trabalho e estrutura administrativa, ingresso e acompanhamento dos estudantes e proposta de produto educacional e suas respectivas subcategorias, quando for o caso, a fim de atender aos objetivos propostos nesta pesquisa.

Cada subseção a seguir se atentará a uma categoria, na ordem apresentada no parágrafo anterior.

### **4.1 Localização dos cursinhos pesquisados**

No que tange à categoria “localização” dos Cursinhos Populares pesquisados, a maior parte (9)<sup>22</sup> se encontra nas dependências das IES públicas de Minas Gerais. Os outros três apresentam particularidades que merecem ser mencionadas: o primeiro, além de ter um CP em uma das faculdades da IES, tem uma unidade na região metropolitana da capital em parceria com uma escola estadual. O segundo, pela condição daquele campus da IES, funcionou inicialmente em uma escola estadual, depois em um centro pastoral e atualmente num prédio alugado destinado à instituição. O terceiro, além da unidade na sede, ao longo de sua existência avançou por meio de parcerias com turmas extras em escolas em bairros mais afastados e, posteriormente, também, nos *campi* fora da sede, em duas cidades, a aproximadamente 55 km e 75 km.

---

<sup>22</sup> Durante a seção 4 os números que aparecerem entre parênteses indicam a frequência do dado.

Entre os estudos (Fernanda Camargo, 2009; Kato, 2011; Nascimento, 2013; De Carvalho; De Freitas, 2013; Aragão *et al.*, 2015; Costa; Gomes, 2017) que se referiam a localização dos CPs, é frequente a menção a espaços cedidos por igrejas, centros comunitários, escolas públicas e nas universidades, tendo em vista não possuírem recursos financeiros. Um aspecto não retratado pelos CPs desenvolvidos fora da IES deste estudo é citado no trabalho de Mozzer, Vieira e Boechat (2021), sendo ele: o desafio do funcionamento de uma unidade de lotação que está distante da coordenação docente.

Foram observados ainda aspectos relacionados à infraestrutura dos CPs. Um dos CP acrescentou que tem uma sala de apoio para a administração onde armazena os materiais. Dois CPs mencionaram ao longo do questionário que possuem biblioteca popular (1) e minibiblioteca (1). Já outro CP avaliou com relevância um problema com o transporte público, já que o passe estudantil não contempla os cursinhos populares.

#### **4.2 Modo de trabalho e funcionamento dos cursinhos pesquisados**

Voltando para a categoria modo de funcionamento desses CPs, nos próximos parágrafos foram abordados elementos que contribuem para compreender suas principais características. Em relação à subcategoria funcionamento, seis CPs pesquisados mencionaram que seguem o calendário de sua instituição. Nesta questão, o CP4 apontou que “para as atividades seguimos o calendário acadêmico dos cursos de graduação, visto que os professores que atuam no cursinho são bolsistas de extensão, discentes de graduação”. Neste sentido, inferimos que seguir o calendário institucional pode ser uma característica recorrente, visto que foi uma característica já relatada desses CPs contar com o corpo discente da IES.

Ainda sobre o funcionamento, os cursinhos preparatórios para o ensino técnico (3) oferecem as aulas no período da tarde, a frequência dos encontros variou de uma (1) e três (1) naqueles que relataram esta informação. O CP1 mencionou que “... funcionamos apenas no período da tarde (contraturno do horário de aula dos alunos do nono ano da rede pública de ensino)”. É importante destacar essa informação, pois no preparatório para o ensino técnico as/os estudantes estão terminando o ensino fundamental, e no preparatório para o ensino superior é possível notar aqueles que estão no terceiro ano do ensino médio, mas também a classe trabalhadora tentando pleitear uma vaga.

Em relação aos cursinhos preparatórios para o ensino superior (9), somente um acontece no período da tarde por questões de logística. Nos demais (8), as aulas acontecem à noite, sendo

que um deles ainda tem uma aula semanal de manhã e outro oferece uma turma pela manhã também. Ainda sobre os CPs voltados para o ensino superior, quatro informaram que os encontros acontecem nos cinco dias da semana, um mencionou o sábado também com aulas online. O CP7 enfatizou que “com a pandemia, em 2020 e 2021 o projeto funcionou de forma remota”.

Sabendo que o trabalho é realizado de acordo com a disponibilidade de sua equipe, é de se entender que as turmas aconteçam em turnos variados. Isso poderá indicar perfis de turmas diferentes, uma indagação que surgiu foi se são observadas essas características na atuação desses CPs. Como preconizado na educação popular, estudos posteriores têm potencial para problematizar esse questionamento. É importante destacar que mesmo em uma turma com perfil semelhante, às/aos estudantes têm suas particularidades, sendo necessário considerá-las para um trabalho educativo e político, potente e transformador.

Quanto à subcategoria atividades pedagógicas extras às aulas (no que se refere aos plantões ou monitorias) a maior parte dos CPs pesquisados (11) disponibilizam este recurso. O CP que não oferece nenhuma atividade extra se justificou da seguinte forma: “aqui o ritmo de vida é muito corrido...o trânsito pesado...então as aulas ocorrem apenas de segunda a quinta-feira das 13:30 às 17:00 h. E muitos alunos só chegam em casa depois das 18:30 da noite.” Identificou-se que essas atividades são realizadas de modo presencial ou online de forma síncrona ou assíncrona, em dias e horários fixos ou flexíveis.

Um CP associou este arranjo à disponibilidade das/os educadoras/es, mas pode-se dizer também que é para facilitar o acesso da/o estudante do CP a essa atividade. O CP8 citou outras atividades pedagógicas desenvolvidas a saber: correção de redações, apadrinhamento de redações e tutoria em grupo. No que se refere à correção de redações, a/o estudante tem direito de enviar semanalmente por e-mail uma redação manuscrita no formato foto para retorno em até sete dias. O apadrinhamento de redações consiste no acompanhamento de estudantes com mais dificuldades por um voluntário com experiência na redação do ENEM. O contato é realizado pelo Whatsapp durante todo o período do preparatório com orientações individualizadas. Nas tutorias:

(...) são discutidos temas variados sobre a vivência dos alunos, como saúde mental, planejamento de estudos e outras demandas trazidas por eles. Na tutoria o aluno tem a oportunidade de conversar sobre diversos aspectos relacionados ao individual de cada um, além de levar demandas e possíveis problemas em relação ao cursinho. Nas tutorias também é feita a devolutiva dos simulados por meio dos tutores, que falam sobre o desempenho geral, dificuldade do simulado e outras questões levadas pelos alunos (CP8).

A atividade de acompanhamento e orientação profissional foi retratada somente por um CP que conta com psicólogos; conforme Whitaker (2010), este processo auxilia as/os estudantes a adequarem seu desejo à realidade, evitando o desânimo que conduz à desistência.

Casaut (2021), em seu estudo com os Cursinhos Populares que são projetos de extensão da Universidade Estadual Paulista (UNESP), observou a adoção do simulado, uma prática dos cursinhos particulares em todos os CPs pesquisados. De modo similar a subcategoria é recorrente nos Cursinhos Populares das IES públicas de MG (11), apresentando variação em relação à frequência, à obrigatoriedade (ou não) e ao horário de realização. A motivação para realização dos simulados é explicitada pelo CP8 da seguinte forma:

Por meio deles busca-se colocar os educandos em contato com a dinâmica das provas de ingresso no Ensino Superior, a fim de que possam se preparar para este momento refletindo e traçando estratégias no que diz respeito à identificação dos conteúdos, à gestão do tempo e à preparação física e psicológica mobilizadas pelas rotinas das avaliações (CP8).

A partir desta explicação, surgiram questionamentos sobre como são os resultados desses simulados, como as/os estudantes reagem após esta experiência e como os CPs lidam com isso. Trabalhos subsequentes poderão se dedicar a explorar esses aspectos.

Em relação à frequência dos simulados, destaca-se dois simulados por ano (6), seguido de uma vez ao mês (2), três simulados (1), dois a três (1) e um a três (1). Dos CPs que mencionaram a questão da obrigatoriedade ou não, obrigatório (3), não obrigatório (5). Um aspecto que não foi citado em relação a este ponto é o que acontece se a/o estudante não for, se pode justificar ausência. Apesar da não obrigatoriedade, dois CPs reforçaram com as/os estudantes a importância deste momento.

No que diz respeito ao horário, os simulados são realizados: no período das aulas (5), fora do período das aulas (3) e no período das aulas ou fora (1). Dos CPs que realizaram fora do período das aulas, somente um relacionou ao mesmo horário do ENEM, no final de semana. Dois CPs que realizavam o simulado fora do período das aulas, mudaram por causa da baixa adesão. Em relação às questões, foram de exames anteriores ou elaboradas pelas/os educadoras/es. Dependendo da forma como o simulado aconteceu, foram feitos ajustes em relação ao número de questões. Um CP relatou que após a prova as/os estudantes escolhem questões de maior dificuldade para elaboração de vídeo com a correção e o envio para eles/as. Um CP apontou que além do simulado geral, aplica testes periodicamente por disciplina.

No que concerne à subcategoria atividades de caráter formativo/cultural/conscientização, observou-se duas situações, as atividades realizadas pelos

CPs e as atividades realizadas pelas IES públicas e outros. Os CPs realizaram atividades tais como festas comemorativas (4), eventos em parcerias com outros CPs (3), visita monitorada no campus (2), palestras (2), saraus (2), oficinas (1), debates (1), aula inaugural com egressos (1), roda de literatura (1), semana de acolhimento (1), disciplina Cidadania e Atualidades (1) e Encontro Críticos (1), Grupos Focais Críticos (1). Dois CPs não promovem atividades desta natureza, mas um deles já ofertou. Para elucidar as atividades promovidas pelos CPs seguem alguns trechos das respostas:

No ano de 2024 já realizamos uma roda de conversa sobre a saúde da população negra e sobre o funcionamento e importância da política de cotas na universidade (CP8).

(..) momento com a fundação de apoio estudantil - FUMP<sup>23</sup> para conhecerem os benefícios da assistência estudantil (...) (CP10).

(...) disciplina chamada Cidadania e Atualidades, onde busca-se refletir sobre diversos temas como racismo, diversidade sexual e de gênero, meio ambiente, questão agrária e ambiental, relações de trabalho, etc. Neste espaço convidamos parceiros externos para contribuir com as reflexões, são coletivos, movimentos sociais, intelectuais e ativistas que trabalham com o tema em questão (CP7).

A construção de Encontros Críticos, com periodicidade mensal, busca formas diferenciadas de propiciar aos educandos meios para que se tornem mais autônomos na busca do conhecimento e atualizados nos debates agitados pela conjuntura na mídia e em sua realidade cotidiana. Inspirados nos Círculos de Cultura de Paulo Freire, os Encontros Críticos buscam o diálogo sobre as questões e atravessamentos que fazem parte das vivências individuais e coletivas dos educandos, incentivando-os a se expressarem por meio da produção de Fichas de Cultura que representam temáticas e situações cotidianas por eles vividas e que são lidas e problematizadas à luz da reflexão crítica. (...) temos construído uma práxis avaliativa a partir da composição de Grupos Focais Críticos como instrumentos dialógicos da Educação Popular, na perspectiva de uma escuta sensível feita à voz dos educadores e educandos que cotidianamente constroem essa experiência. Por meio dos grupos focais críticos, fomentamos momentos de diálogo e correção de rotas no que diz respeito às atividades e vivências no Cursinho, tanto para os educandos quanto para os educadores e buscamos garantir um espaço de discussão e troca de experiências sobre a Educação Popular, favorecendo o processo de formação e a construção de um ambiente educacional dialógico e dialético (CP11).

Pode-se perceber nas atividades realizadas e descritas acima como as práticas educativas desses cursinhos se aproximam da orientação político pedagógica freireana. Os traços mais

---

<sup>23</sup> “A Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) é uma instituição pública de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo executar a Política de Assistência e Permanência Estudantil da UFMG em seus princípios, eixos estruturantes, programas e ações”. Disponível em <https://fump.ufmg.br/> Acesso em 16 jan. 2025.

característicos são a ênfase na dialogicidade, expressa nos Círculos de Cultura e nos Encontros Críticos. Além disso, os excertos acima revelam ainda perspectivas semelhantes aos achados dos estudos de Casaut (2021), em que as atividades desenvolvidas, além da preparação para o vestibular, estão relacionadas à formação crítica transformadora da realidade em consonância com os perfis dos estudantes dos CPs. Mozzer, Vieira e Boechat (2021) encontram no CP vinculado à UFG atividades semelhantes como saraus, debates e rodas de conversas com o objetivo da criticidade. Simão, Silva Neto e Torres (2020) reforçam esta ideia ao destacar esta característica como uma diferenciação dos CPs em relação aos demais preparatórios.

Embora o cursinho pré-vestibular Educafro Aimorés não seja um projeto de extensão, ele cumpre um papel social. Segundo o estudo de Andreza Gonçalves (2020), esse CP se aproxima ao CP7 ao ofertar uma disciplina chamada “Negritude, Cultura e Cidadania”, que se refere ao tripé norteador das atividades educativas no local. Vale dizer que o detalhamento das atividades mencionadas ao longo desta subseção pode inspirar outros CPs em práticas pedagógicas para além do conteúdo do vestibular.

Em referência às atividades promovidas pelas IES públicas e outras instituições as/os estudantes são incentivados e convidados a participar. Dentre elas: mostra de profissões na IES (4); eventos livres das IES (4); cine-debates (3); feiras culturais (3); visita a museus (2), visita ao assentamento (1), visita a laboratório (1), visita a observatório (1) e ato político (1). Percebe-se nessas atividades a dimensão cultural e/ou científica e/ou política que também estão relacionadas à formação em sentido mais amplo como mencionado nas ações promovidas pelos CPs.

Acerca da subcategoria material didático, a maior parte dos CPs utiliza o material criado pela/o professora/or da disciplina (7), na sequência, material doado ou criado pela/o professora/or (3), doado (1), material próprio (1). Em relação ao material preparado pela/o professora/or, um CP apontou que o material elaborado é disponibilizado digitalmente, e em outro CP, além do material preparado pela/o professora/or, ainda sugerem material disponível na internet. Um CP retratou que disponibiliza o material para as/os estudantes na forma de empréstimo.

Três CPs mencionaram uma sugestão de organização para o uso do material didático, cronograma ou ementa ou planejamento. Mozzer, Vieira, Boechat (2021) verificaram em seu estudo o desafio em relação ao material didático para o funcionamento do cursinho, desafio esse que atrelaram aos cortes de verbas nas IES. O CP2 realça como foram impactados pelo contexto pandêmico neste sentido:

Desde a pandemia estamos sem gráfica e então não podemos mais ofertar nenhum material aos alunos. Temos algumas apostilas e nos reunimos constantemente para orientar o conteúdo, mas os professores são livres para fazerem como julgarem melhor, claro, sob a supervisão da coordenação, uma vez que os professores são bolsistas de extensão alunos dos cursos de graduação ou mestrado do CEFET (CP2).

É bom frisar que a liberdade de escolha na elaboração do material esteve presente em dez CPs. Camargo (2009) apontou argumentos de natureza similar em sua pesquisa ao afirmar que os CPs da UNESP, de modo geral, podiam escolher o material adequado à turma. Carvalho (2014) em sua pesquisa em um cursinho popular da UNESP, pondera como uma dificuldade o fato da/o própria/o professora/or atuar na elaboração porque intensifica seu trabalho. Apontando para a necessidade de repensar a carga de trabalho das/os professoras/es, Mozzer, Vieira e Boechat (2021) alertam que uma das dificuldades no CP da UFG é a continuidade da participação das/os professoras/es devido à alta demanda com seus cursos de graduação.

### **4.3 Equipe de trabalho e estrutura administrativa dos cursinhos pesquisados**

Na subcategoria cargos e funções foi possível notar o cargo docente em todos CPs, frequentemente chamado nesses espaços de “educador/a”. O CP1 destacou que às vezes tem mais de um/a professor/a por disciplina. Quatro CPs apontaram “monitores”, dois CPs “padrinho” ou “tutor de redação”, um CP “tutor”, dois CPs “corretor de redação”.

A coordenação também se faz presente, e em dois CPs aparecem também os servidores técnico-administrativos neste contexto. Quanto aos demais cargos e funções, observou-se: secretários administrativos, ou auxiliares adjuntos, ou assessores (5). E ainda, os CPs organizados em coordenações, ou núcleos, ou assessorias, ou diretorias (7). O CP8 enfatizou que a atuação acontece em mais de uma função em seu CP. O tamanho da equipe de trabalho foi abordada por sete CPs, onze (1), de treze a quatorze (1), dezesseis a vinte um (1), vinte e três (1), quarenta (1), quarenta e nove (1), e setenta (1).

Dois CPs mencionaram que a organização ou a direção é hierárquica; um CP apontou que as relações são horizontais; um CP as descreveu como relações colaborativas; dois CPs como relações horizontais e colaborativas. Sobre a hierarquia, os CPs salientaram:

Embora o cursinho tenha uma organização hierárquica por motivos de celeridade em tomadas de decisão, a coordenação tem uma postura de diálogo aberto, com pessoas designadas para coletar feedback dos beneficiados, voluntários e todos os outros envolvidos (CP9).

A direção hierárquica é dada pela ordem em que os cargos são apresentados, sendo a autoridade executiva superior o Presidente, o Coordenador exerce atividades de cunho burocrático e simbólico, relacionadas à UNIFEI. As decisões são horizontais e colaborativas (CP5).

Esses trechos reforçaram que o diálogo, a horizontalidade e a colaboração estão presentes mesmo naqueles espaços que fazem menção à hierarquia. Isso reafirma a presença dos princípios da educação popular nesses contextos. Dentre os CPs que não mencionaram a hierarquia, também é salientado esses princípios como observado no CP8 em:

A partir da perspectiva de Educação Popular, na qual o diálogo é fundamental para a construção coletiva de significados e conhecimentos que transformem a educação e a sociedade, faz-se necessário que as decisões cotidianas que permeiam as experiências político pedagógicas do cursinho sejam tomadas em espaços coletivos de decisão (CP8).

Em relação à estrutura administrativa, dois CPs apontaram duas instâncias que merecem visibilidade, a saber: Comissão Político e Pedagógica composta pelos “servidores, as bolsistas e mais três educadores voluntários e dois representantes dos educandos” CP7 e “o espaço assemblear denominado Coordenação Político-Pedagógica (CPP), onde ocorre o encontro de todos os núcleos e educadores populares” CP11. Outros estudos podem se debruçar em compreender sua dinâmica e importância para as ações nesses CPs.

Ao abordar a subcategoria “voluntariado”, identifica-se como a forma de trabalho predominante nos CPs, somente cinco CPs informaram que contam com bolsas, mas em quantidade reduzida, variando de 1 a 3 bolsas, pois esses CPs contam com equipes de 16 a 49 envolvidos. O número de bolsas é institucional e não se relaciona com o número de voluntários. Nessa perspectiva, Simão, Silva Neto e Torres (2020) atestam que CPs vinculados às IES depende de voluntários/os porque não conta com apoio financeiro dessas instituições. Em relação aos CPs que oferecem bolsas, três CPs informaram que destinam as bolsas para atividades administrativas.

O CP12 revelou dois aspectos que merecem ser realçados: o primeiro é que as/os educadoras/es possuem vínculo oficial de monitoria com a Universidade e atuam tanto na docência quanto na gestão. O segundo é que o tipo de bolsa que é ofertada é a “BAAP (Bolsa de Aprendizagem e Aprimoramento Profissional, destinada a graduandos em situação de vulnerabilidade econômica) que atua auxiliando algumas demandas administrativas.” Normalmente os membros dos CPs são voluntários e a bolsa disponibilizada é de extensão. Vale destacar que a obrigatoriedade legal da curricularização da extensão é observada neste

contexto, pois no texto do CP 5 afirma-se que “todos os participantes do projeto são voluntários e recebem como forma de pagamento apenas horas de extensão, caso sejam alunos de graduação.”

Em relação à subcategoria processo seletivo, foram observados os critérios e as etapas conforme quadro abaixo nos CPs estudados:

Quadro 6 - Seleção de Professoras/es: Critérios e Etapas.

CP	Critérios da Seleção	Etapas da Seleção
CP1	Ser aluno da graduação ou da pós-graduação, domínio do conteúdo e horário compatível	Análise de currículo, entrevista, indicação e uma aula teste.
CP2 <sup>24</sup>	Ter vontade de trabalhar no CP	Indicação, entrevista e análise de currículo
CP3 <sup>25</sup>	não se aplica	não se aplica
CP4	Discentes de graduação no caso de bolsista de extensão	Aula teste, entrevista e análise de currículo
CP5	Qualquer pessoa que tenha concluído o ensino médio	Entrevista e aula teste.
CP6	São aceitos voluntários vinculados ou formados em qualquer IES.	Entrevista, análise de currículo e aula prática.
CP7	Estudantes da graduação	prova escrita e entrevista
CP8	Ser estudante da graduação ou já ter completado algum curso de graduação, além de ter conhecimento na área que pretende atuar.	Carta de motivação, entrevista e aula curta.
CP9	Prioridade para discentes da licenciaturas ou já licenciados	comprovação da escolaridade, entrevista e formação de voluntários.
CP10	não mencionou	análise de currículo ou carta de intenção e entrevista.
CP11	Disponibilidade para participar das reuniões e dos horários das aulas, conhecimento da disciplina e desejo de tornar-se educador/a popular	currículo, carta de motivação e entrevista
CP12	Preferencialmente estudantes da graduação, ter cursado matéria específica e comprovar atuação anterior em alguma atividade de ensino	Prova didática (aula teste), entrevista, análise do histórico/currículo

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

<sup>24</sup> O CP não realiza processo seletivo, mas apontou critérios e etapas para a escolha de sua equipe.

<sup>25</sup> O CP não realiza processo seletivo.

O quadro acima demonstrou que o CP2 e CP3 não realizam processo seletivo, a justificativa apresentada é por alegarem baixa demanda, associado ao caráter de voluntariado desta prática docente, recebem suas/seus professoras/es indicadas/os ou convidadas/os ou que manifestam interesse em contribuir com o projeto de extensão. Em relação aos critérios de seleção, confirmam o que as pesquisas anteriores revelam sobre o perfil docente nesses espaços, em grande parte professoras/es em formação, mas também professoras/es iniciantes e experientes, além de profissionais sem formação pedagógica devido à baixa procura em algumas áreas do conhecimento. A maior parte é composta pela comunidade interna da própria IES, mas é possível encontrar estudantes e/ou profissionais de outras instituições.

Ainda, notou-se alguns critérios que aparecem de modo singular: terem cursado matérias específicas, comprovar atuação anterior em alguma atividade de ensino, dentre elas, PIBID, Residência Pedagógica, Monitoria, Tutoria; desejo de tornar-se educador/a popular.

No quadro 6 observou-se a recorrência de algumas etapas na seleção das/os professoras/es, entrevista (11), aula prática (6), análise de currículo (5) para definir a inclusão ou não em seu corpo docente. Outras aparecem de modo pontual tais como: carta de motivação ou intenção (3), indicação (2), prova escrita (1), comprovação de escolaridade (1), histórico/currículo (1). Alguns que realizam seleção aceitam indicação e interesse (CP7, CP10).

No que se refere à subcategoria formação de professora/es, quatro realizam formação inicial ou de acordo com a demanda. Surgiu a indagação de como esta demanda é levantada. Dois realizam formação continuada, O CP11 tem um grupo de estudos vinculado ao cursinho, o Grupo de Estudos Críticos do Discurso Pedagógico (GECDIP) “voltado para a proposição da leitura crítica da palavra e do mundo como ato político conscientizador na luta contra as múltiplas formas de opressão” (CP11).

Mozzer, Vieira e Boechat (2021) também encontraram um grupo de estudos de educadores no CP da UFG “buscando estimular sua qualificação, seu protagonismo e sua autonomia” (Mozzer; Vieira; Boechat, 2021 p. 5). Os CPs que realizam formação fazem menção a Paulo Freire e Educação Popular como norteadoras de suas formações. Seis não realizam. Dentre esses, um CP informou que “Temos aqui um curso de formação de docentes e também mestrado em educação... damos preferência para esses alunos pq já veem com essa bagagem e colocam em prática no cursinho.” Outros colocaram como uma necessidade a serem atendida. No que se refere à condução dessas formações, são feitas por docentes mais antigos dos CPs e/ou parcerias com instituições.

A partir disso, identificou-se a formação como mais um desafio desses locais, e também porque foi a demanda levantada como proposta de produto que será detalhada na subseção 4.5.

Observou-se que a formação continuada acontece em dois CPs, formação no início ou de acordo com a demanda em quatro CPs, e não é realizada em seis CPs. No que se refere à literatura norteadora da ação docente nos CPs, em grande parte, é fundamentada pela educação popular. Os temas mais escolhidos pelos CPs investigados para compor a proposta vão ao encontro deste embasamento, foram eles: práticas pedagógicas para a diversidade, Paulo Freire e educação popular, elaboração de material pedagógico, juventudes ou cidadania e sujeitos das classes populares.

A respeito da subcategoria “representação discente”, três CPs proporcionaram esses momentos em reuniões pedagógicas (1), Comissão Política Pedagógica (1) e dinâmica do Cursinho (1). Este CP explica da seguinte forma o que acontece:

Os educandos são recorrentemente convidados a participar das dinâmicas do Cursinho, inclusive com o espaço para comporem e participarem ativamente das discussões e implementação das atividades nos núcleos. Porém, em virtude de suas dinâmicas de vida, motivos pessoais e vivências no Ensino Básico, eles raramente fazem parte das instâncias de discussão e deliberação. Ainda assim, os educandos têm espaço de colocação e voz ativa nas conversas dentro de sala de aula, nos contatos com os educadores e nos canais de comunicação. As decisões que afetam diretamente os educandos como alteração de atividades, simulados e encaminhamentos do Cursinho são sempre dialogadas com os estudantes (CP11).

O CP4 compartilha da baixa participação dos estudantes e adotou a postura de não haver mais esta representatividade. Neste sentido, nove CPs não contemplam a representação discente, mas afirmam que o espaço está aberto para retorno das/os estudantes. Indaga-se até que ponto os estudantes se sentem à vontade para opinar, sugerir, criticar, propor, por meio de observações e/ou outros métodos investigativos que poderia entender os fatores que permeiam esta situação.

#### **4.4 Ingresso e Acompanhamento das/os Estudantes**

Nesta subseção serão apresentados as subcategorias, processo seletivo, contagem de evasão, contagem de aprovação e acompanhamento de egressos. Vale ressaltar que esses sujeitos são designados com frequência nesses locais por educandas/os.

No que tange à subcategoria “processo de seletivo”, notou-se os critérios e as etapas descritas no quadro abaixo.

Quadro 7 - Seleção de Estudantes: Critérios e Etapas.

CP	Critérios da Seleção	Etapas da Seleção
CP1	Estudantes do último ano do Ensino Fundamental de escolas públicas, interessados em cursar a Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio e cuja renda familiar bruta per capita até um salário mínimo	Prova português e matemática e análise socioeconômica
CP2	Estudante de escola estadual ou municipal	Sorteio e prova de Português e matemática
CP3	Estudantes que estão cursando o 9º ano do Ensino Fundamental	Ordem de inscrição
CP4	Egresso de escola pública ou cursando 3º ano	Selecionados de acordo com a idade
CP5	Ter concluído o Ensino Médio ou que esteja cursando o 3º ano do Ensino Médio e renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo	Prova, análise socioeconômica e entrevista
CP6	Jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica que já concluíram o Ensino Médio ou estarão matriculados a partir do 2º ano do mesmo, em qualquer instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.	Prova de conhecimentos, análise socioeconômica e entrevista
CP7	Estudantes do terceiro ano do ensino médio em escola pública ou que já concluíram o ensino médio em escola pública e em situação de vulnerabilidade socioeconômica	Análise socioeconômica
CP8	Estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas e renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo	Redação, sorteio e análise socioeconômica
CP9	Estar matriculado no 3º ano do ensino médio ou ter o ensino médio completo e renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo	Sorteio, análise socioeconômica e entrevista coletiva
CP10	Estudantes de escolas públicas	Prova
CP11	Ser ou ter sido aluno de escola pública ou bolsista em escola particular; Apresentar todos os documentos corretamente no ato da inscrição; Anexar a Carta de Intenção, preencher o Termo de Consentimento presente no forms e apresentar Termo de Compromisso impresso e devidamente assinado no primeiro dia de aula.	Análise documental
CP12	não mencionou	Análise documental

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O quadro acima demonstrou os critérios para a seleção de estudantes, advindos de escola pública (6), escola pública ou particular com bolsa (1), cursando o último ano do ensino fundamental (2), cursando ou formado no ensino médio (6), renda familiar (5). O CP12 não mencionou requisito. O CP6 recebe estudantes a partir do 2º ano do ensino médio, mas os que já concluíram o Ensino Médio ou estão matriculados no 3º ano têm preferência sobre os demais candidatos. Em consonância com o presente estudo, Simão, Silva Neto e Torres (2020), afirmam que os CPs realizam uma seleção distinta ou específica para estudantes ou egressos do ensino médio público ou na rede privada com bolsa integral.

Quanto às etapas da seleção, a metade (6) dos CPs pesquisados realizou somente uma etapa, seguido de três etapas (4) e finalmente de duas etapas (2). Dentre essas etapas, foram observadas análise socioeconômica (6), prova (4), sorteio (3), entrevista (3), análise documental (2), ordem de inscrição (1), idade (1) e redação (1).

O CP7 destacou que a prioridade na avaliação socioeconômica é quem recebe bolsa família e/ou inscrito no CadÚnico. Os CPs que realizaram a análise documental estabeleceram ordem de prioridade para a seleção dos estudantes. Para o CP11, egressos do CP, renda, autodeclaração racial, escolaridade, ano de conclusão do ensino médio, diversidade de gênero, orientação sexual, trabalho, filhos. Já o CP12 idade, renda, cor/raça/etnia, endereço de residência. Os CPs voltados para a preparação do ensino técnico aplicam prova de português e matemática, selecionando os melhores classificados. Ainda para explanar sobre as etapas, segue trecho sobre a redação no CP8:

(...) envio de uma redação, com um tema e correção modelo ENEM, escrita pelo próprio aluno ao CPGR. As redações que forem aprovadas, não fugindo do tema, não infringindo os direitos humanos nem sendo escritas fora do escopo exigido pelo ENEM, que é o dissertativo-argumentativo, são sorteadas e os estudantes são selecionados na ordem do sorteio. Isso ocorre com o objetivo de colocar todos em um patamar de igualdade, diferente do que é pregado pelos valores meritocráticos contemporâneos (CP8).

Quanto à seleção pelo conhecimento prévio dos estudantes como mencionado acima, surge um questionamento, se representa um fator para exclusão de alguns estudantes que precisam do CP. Uma aproximação com esses CPs poderá esclarecer como acontece este processo.

Casaut e Bego (2021) discorrem a respeito do processo seletivo de estudantes nos CPs na UNESP, afirmando que se divide entre uma ou duas etapas, sem grande variedade dessas fases. A etapa única contemplava prova de conhecimentos gerais ou análise socioeconômica e

em duas etapas prova de conhecimentos gerais e análise socioeconômica. Nesse estudo a análise socioeconômica esteve presente na maior parte dos CPS. Conforme demonstrado acima, esta investigação apresentou variedade nas fases da seleção (8), e somente na metade dos CPs pesquisados destacaram a análise socioeconômica. O CP4 associou a não realização desta análise à falta de pessoal.

Quatro CPs reforçam o uso de listas de presença diárias como forma de acompanhar as/os estudantes. Neste cenário, evasão é um desafio vivenciado nos CPs como mencionado por Mozzer, Vieira e Boechat (2021) e relatado neste estudo. Somente três CPs não fizeram este mapeamento, um deles informou que a evasão é muito baixa pois o curso é muito concorrido e um outro que pretende começar em 2024.

Dentre aqueles que aferiram os evadidos (9), um informou que nem tudo é registrado e três realizaram um acompanhamento semanal (1), mensal (1) ou trimestral (1). Dois CPs informaram fazer contato com a/o estudante buscando apoiá-lo para que não desista. Um CP mencionou que faz novas chamadas em caso de desistência. O CP 11 informou que as indagações que envolvem a evasão:

movimentam a pesquisa de iniciação científica intitulada “Geografias da evasão: um estudo na Educação Popular”, na qual buscamos compreender os sentidos que o fenômeno da evasão escolar assume no interior de nosso curso pré-universitário popular, na perspectiva de fundamentar criticamente a adoção de estratégias possíveis para seu enfrentamento e superação. Esta pesquisa, que teve início em setembro de 2023 e tem término previsto para agosto de 2024, está sendo conduzida pelo grupo de pesquisa vinculado ao cursinho e realizada com financiamento institucional (CP1).

O CP 11 detalhou como este processo é realizado:

O Núcleo de Acompanhamento de Educandos é responsável pelo registro dos estudantes evadidos ao longo do ano. Para esta contagem consideramos todos aqueles educandos que foram matriculados no cursinho e que eventualmente se desligaram até o fim do ano letivo. Para organizar o registro, solicitamos ao educando que nos envie uma carta de desligamento, através da qual constatamos também a data e o motivo da saída. Todavia, cabe pontuar que nem todos os educandos evadidos enviam a carta de desligamento ou nos avisam sobre sua saída, ainda que de maneira informal. Nestes casos, o desligamento é efetivado quando não obtemos retorno após três tentativas de contato com o aluno (CP11).

O acompanhamento da aprovação foi realizado nos CPs a partir do contato com as/os estudantes (8), listas de chamadas (3), lista de chamadas ou contato com as/os estudantes (1). Vale dizer que dois CPs que registram pelo contato informaram dificuldades no contato com

as/os estudantes, um CP destacou ainda que da mesma forma que o acompanhamento da evasão o de aprovação que nem tudo é registrado. Além disso, um CP mencionou que durante o processo do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) auxilia na escolha de cursos similares. Segue o detalhamento desta etapa pelo CP8:

A contagem de aprovações é feita por meio de informações coletadas juntamente aos estudantes. O CP8 mantém contato com os alunos por meio de um grupo no WhatsApp que inclui a equipe pedagógica, professores e os alunos, grupo esse por onde coletamos informações sobre as aprovações. Além disso, alguns alunos optam por mandar mensagens privadas para membros da Assessoria Pedagógica ou para professores, monitores e tutores de maior afinidade (CP8).

No que diz respeito ao acompanhamento de egressos de anos anteriores, três CPs não realizam, três realizam de forma parcial e seis realizam. Mesmo entre aqueles que mantêm o registro é uma atividade que carece de pessoal e de melhorias. As respostas demonstram como foram as manifestações dos CPs sobre este acompanhamento:

Não oficialmente....mas temos os dados deles guardados (CP1).  
 Não, mas estamos querendo montar (CP2).  
 O projeto possui 21 anos e ao longo do tempo parte desses dados foram perdidos nas mudanças de diretores ou estão desorganizados no drive, outro trabalho que a atual gestão pretende resolver (CP5).  
 De forma incompleta (CP10).  
 (...) reconheçamos as dificuldades inerentes ao contato com egressos (CP11).  
 (...) não costumamos ter muitos retornos às mensagens por e-mail (CP4).

Essas respostas podem ser entendidas como indicativo para que pesquisas futuras se concentrem em ferramentas para auxiliá-los neste acompanhamento e de formas de conscientização para a participação das/os egressas/os neste processo.

#### **4.5 Proposta de produto educacional<sup>26</sup>**

A categoria produto educacional, é uma das exigências para a conclusão do mestrado profissional. De acordo com Teciene Souza, Vanilda Belizário e Helena Ferreira (2021), os produtos educacionais podem trazer soluções para as dificuldades vivenciadas por docentes e

---

<sup>26</sup> Foi produzido um resumo expandido desta subseção, disponível no link: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/113314>. Acesso em: 21 jan. 2025. O trabalho foi apresentado no X Congresso Nacional de Educação.

que dada a diversidade de formatos, podem ser voltados, também, para diversos públicos tais como: gestão, formação de professoras/es, família e alunos, dentre outros.

A justificativa para desenvolver esta proposta parte do levantamento com os CPs de MG, objetivando com isso, atender a demanda real dos CPs de MG. Nos contatos por e-mail com os CPs foram enviados questionários, em que após uma explicação acessível sobre o conceito e a definição dos produtos educacionais, foram sugeridos alguns produtos, tais como: curso de formação para as/os professora/es ou educadoras/es; pesquisa com egressos fornecendo *feedback* que oriente o processo educacional do cursinho; e outra opção, com uma pergunta aberta, em que o respondente poderia sugerir um produto educacional, aquele que julgasse mais adequado. Esta etapa corresponde à subcategoria tipo de produto educacional, demonstrada no quadro abaixo:

Quadro 8 - Levantamento Produto Educacional.

CP	1ª opção	2ª opção	3ª opção
CP 1	curso		
CP 2	pesquisa egresso	curso	
CP 3	pesquisa egresso		
CP 4	pesquisa egresso		
CP 5	curso		
CP 6	curso		
CP 7	pesquisa egressos	curso	outro - gestão para combater evasão
CP 8	curso		
CP 9	outro - material didático crítico desenvolvido com a mesma metodologia do CP		
CP 10	curso	pesquisa egresso	
CP 11	troca de experiências/curso		
CP 12	curso		

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O quadro 8 demonstra que dos doze CPs que responderam à sondagem de produtos, sete responderam assinalando “uma formação online com as/os professoras/es ou educadoras/es”, quatro marcaram como produto “uma pesquisa com egressos (fornecendo feedback que oriente o processo)”.

Apenas um marcou a opção “outro”, explicando que se referia a um “material didático crítico, desenvolvido com a mesma metodologia do CP”. Apesar de não ser previsto, e a fim de detalhar mais essa etapa da pesquisa, alguns CPs elencaram mais de uma opção de produto

educacional. Dois CPs marcaram na segunda opção “curso” e um registrou “pesquisa de egressos”, sendo que um desses acrescentou ainda a opção “outro”, com o seguinte assunto: “gestão para combater a evasão”.

Tais respostas simultâneas devem-se, provavelmente, à demanda reprimida que os CPs apresentam, necessitando de apoios em diversas áreas. Diante deste cenário, ainda foi possível identificar uma demanda predominante, aquela que estabelece que a formação das/os educadoras/es populares é uma contribuição pertinente, e por isso ela foi elaborada nesta proposta.

Em relação às outras demandas que surgiram, não é de se estranhar que seja de “pesquisa com egressos que oriente o processo”, pode-se inferir que esteja associada a uma atividade pouco sistematizada na maior parte dos CPs e pela dificuldade de contato com os egressos como visto na subseção 4.4. As demandas “material didático crítico desenvolvido com a mesma metodologia do CP” e “gestão para combater evasão” mesmo que pontuais merecem atenção, pois foram tratados nas subseções 4.2 e 4.4 e devem ser reforçadas. A demanda por material didático pode estar relacionada ao fato de a maioria dos CPs trabalharem com material pronto doado e também elaborado pelo/a professor/a. A demanda de “gestão para combater a evasão” trata-se de um dos desafios dos CPs e perpassa vários fatores, que carecem de esforços investigativos singulares para que seja reduzida a evasão.

Conforme detalhado na subseção 4.3 os questionamentos sobre seleção e formação docente nos CPs revelaram dados sobre quem são docentes nos CPS, de onde vieram, se experimentaram ou não a formação continuada, se aconteceu formação e como foram organizadas, a análise desses elementos foi essencial para se conhecer os sujeitos da proposta a ser delineada. Além de sinalizar a urgência que os CPs passam por formação de suas/seus professoras/es. É preciso considerar também, conforme constatado por Castro e Barreiro (2022) no levantamento sobre CPs e suas/seus educadoras/es que esses espaços se constituem das primeiras experiências profissionais de grande parte das/os discentes da graduação.

Direcionando para a elaboração da proposta, foram levantados ainda em outro questionário, os temas a serem abordados na proposta de formação. Com a mesma atitude de escuta ativa adotada no levantamento dos produtos mais demandados, foram apresentadas opções inspiradas nos temas do referencial teórico desta pesquisa. Portanto, foram elaborados títulos como: A) Cenário Atual: reflexões sobre questões socioambiental e o contexto educacional; B) Paulo Freire e Educação Popular; C) Juventudes; D) Práticas Pedagógicas para as Diversidades; E) Cidadania e sujeitos das classes populares; e F) Elaboração de Material Didático; ainda havia, como no questionário anterior sobre produto pedagógico, espaço para

sugestão de um tema diferente do apresentado. Cada CP poderia escolher até quatro temas, e os quatro mais selecionados seriam elencados na proposta inicial do curso. Esta fase equivale à subcategoria “temas de formação”, retratada no quadro abaixo:

Quadro 9 - Levantamento de Temas de Formação.

CP	Cenário Atual: reflexões sobre questões socioambiental e o contexto educacional	Paulo Freire e Educação Popular	Juventudes	Práticas Pedagógicas para as Diversidades	Cidadania e sujeitos das classes populares	Elaboração de Material Didático	Outro. Qual?
CP 1				X		x	
CP 2	x	x		X		x	
CP 3							
CP 4							
CP 5							
CP 6							
CP 7		x		X	x	x	
CP 8		x	x	X		x	
CP 9							
CP 10							
CP 11		x	x	X	x		
CP 12							

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O quadro 7 tratou dos cinco CPs que responderam ao questionário de informações adicionais, obtendo-se o seguinte resultado: cinco escolheram “Práticas Pedagógicas para a Diversidades”; quatro selecionaram “Paulo Freire e Educação Popular” e “Elaboração de Material Didático”; dois marcaram “Juventudes” e “Cidadania e Sujeitos das Classes populares” e um indicou “Cenário Atual: reflexões sobre questões socioambiental e o contexto educacional”. Nenhum CP assinalou outra opção. Os temas escolhidos demonstram a necessidade de preparação desses sujeitos para atuarem na diversidade e na singularidade que envolve o trabalho com camadas populares.

Na subseção seguinte segue o esboço da proposta do produto educacional.

#### **4.5.1 Apresentação do produto educacional**

Diante desse quadro, a decisão pelo produto pedagógico, fundamentada na demanda real apresentada pelos CPs, consolidou-se como o desenvolvimento desta proposta de um curso a distância, que tem como objetivo atender aos CPs de MG que são vinculados às instituições de ensino superior públicas, em especial aqueles que participaram do estudo. O curso será voltado as/os educadoras/es populares dos CPs de MG pesquisados, podendo, também, contemplar outros CPs de MG ou fora do estado, desde que haja vagas.

A coordenação do curso será realizada pela pesquisadora que realiza a presente investigação. Ressalta-se ainda que, durante a realização da pesquisa, foram identificadas/os estudosas/os sobre os CPs. Algumas dessas pessoas, acessíveis ao contato e convite, poderão ser convidadas a contribuir, voluntariamente, com o curso que será desenvolvido. Além disso, a proposta prevê um edital para seleção de tutores/as voluntários/as. Este edital será voltado para licenciadas/os, mestrandas/os ou doutorandas/os que tenham conhecimento e/ou experiência com as temáticas e disponibilidade para colaborar com o projeto.

#### **4.5.2 Descrição**

Inicialmente a proposta é de um curso a distância de quarenta horas, dividido em oito semanas, com dedicação de cinco horas semanais. O conteúdo trará os temas a partir de situações da realidade dos CPs, relacionando-os com o referencial teórico relevante para a reflexão e a ação. O conteúdo poderá ser tratado com estudos de caso, relatos de experiência, videoaulas, *podcast*, artigos, capítulos de livro e outros materiais que forem relevantes.

O cronograma sugerido, contendo as etapas para planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação desta proposta, são descritas no quadro abaixo:

Quadro 10 - Etapas da proposta do curso.

<b>Etapa</b>	<b>Prazo Previsto</b>
Convite às/aos profissionais/estudiosas/os de CPs	3 meses
Elaboração do Material pelas/os profissionais/estudiosas/os de CPs	1 mês
Revisão do Material no ambiente	1 mês
Elaboração do material de divulgação (arte, formulário de inscrições, formulário de avaliação de reação, e-mail divulgação e confirmação de inscrição)	1 mês
Revisão do material de divulgação/Seleção de tutoras/es voluntárias/os	1 mês
Prazo de inscrições no curso/Fechamento da lista de tutoras/es	1 mês
Fechamento da lista dos participantes e Inclusão no Moodle	1 mês
Execução e acompanhamento do curso	2 meses
Emissão e envio dos certificados participantes/especialistas e tutoras/es	1 mês
Análise dos relatos e retorno aos profissionais/estudiosas/os de CPs e tutoras/es	2 meses

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os participantes poderão interagir entre si e com a tutoria. Durante o curso poderão ser propostos: fórum de discussão, tarefa, glossário, mural, mapa mental e nuvem de palavras, dentre outros recursos e instrumentos didáticos, de acordo com o assunto a ser abordado. Sem desmerecer o resultado final da aplicação do produto, julga-se na proposta que ainda mais importante é o processo que o curso proporcionará. Logo, ao final do curso será solicitado um breve relato de como foi a experiência no processo formativo realizado. Este relato será pautado a partir de um roteiro, que prevê que se compartilhem as experiências e boas práticas que são peculiares aos CPs dos participantes. O participante que realizar 75% do curso receberá o certificado.

Haverá contatos entre a coordenação e as/os especialistas na temática, bem como com a equipe de tutoria para o planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do curso de acordo com a disponibilidade desses colaboradores. O mapa de atividades será finalizado com esses/as profissionais, segue um esboço inicial abaixo:

## MAPA DE ATIVIDADES

Tipo de Produto Proposto: Curso de formação docente a distância

Título: Formação com Educadoras e Educadores Populares

Carga horária: 40 horas

Período: a definir

Vagas: 50 vagas

Ementa: Práticas Pedagógicas para a Diversidades. Paulo Freire e Educação Popular. Elaboração de Material Didático. Juventudes ou Cidadania e Sujeitos das Classes populares.

Quadro 11 - Proposta de Mapa de atividades.

(Continua)

Semana	Carga horária	Conteúdo	Produção da/o Participante	Assíncrono - A ou Síncrono - S	Individual - I ou em Grupo - G	Ferramentas ou Recursos	% do curso	Crítérios de Avaliação
1	5 horas	Apresentação do ambiente virtual de aprendizagem, do curso e da/o estudante.	Leitura de conteúdo e/ ou visualização de vídeos sobre o ambiente e o curso. Atualização do perfil. Apresentação no fórum e interação com as/os colegas.	A	I	Textos e/ou vídeos para estudo. Atividade Perfil. Fórum de Discussão	12,5 %	não se aplica
2	5 horas	Tema 1	Leitura de conteúdo e/ou visualização de vídeos sobre o tema. Realização de glossário coletivo.	A	I	Textos e/ou vídeos para estudo. Glossário	12,5%	não se aplica

(Continuação)

<b>Semana</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Produção da/o Participante</b>	<b>Assíncrono - A ou Síncrono - S</b>	<b>Individual - I ou em Grupo - G</b>	<b>Ferramentas ou Recursos</b>	<b>% do curso</b>	<b>CrITÉrios de Avaliação</b>
3	5 horas	Tema 1	Leitura de conteúdo e/ou visualização de vídeos sobre o tema. Elaboração de uma nuvem de palavras da turma sobre o tema.	A	I	Textos e/ou vídeos para estudo. Link para elaboração da nuvem de palavras.	12,5%	não se aplica
4	5 horas	Tema 2	Leitura de conteúdo e/ou visualização de vídeos sobre o tema. Participação no fórum de discussão e interação com os colegas.	A	I	Textos e/ou vídeos para estudo. Fórum de Discussão.	12,5%	não se aplica
5	5 horas	Tema 2	Leitura de conteúdo e/ou visualização de vídeos sobre o tema. Elaboração de um mapa mental sobre o tema.	A	I	Textos e/ou vídeos para estudo. Link para elaboração de mapa mental.	12,5%	não se aplica
6	5 horas	Tema 3	Leitura de conteúdo e/ou visualização de vídeos sobre o tema. Elaboração de um mural sobre o tema.	A	I	Textos e/ou vídeos para estudo. Link para a elaboração do mural.	12,5%	não se aplica
7	5 horas	Tema 4	Leitura de conteúdo e/ou visualização de vídeos sobre o tema. Participação no fórum e interação com os colegas sobre as práticas em CP.	A	I	Textos e/ou vídeos para estudo. Fórum de Discussão.	12,5%	não se aplica

(Conclusão)

<b>Semana</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Produção da/o Participante</b>	<b>Assíncrono - A ou Síncrono - S</b>	<b>Individual - I ou em Grupo - G</b>	<b>Ferramentas ou Recursos</b>	<b>% do curso</b>	<b>Crítérios de Avaliação</b>
8	5 horas	Fechamento do curso	Leitura de conteúdo e/ou visualização de vídeo sobre relato de experiência. Elaboração do relato do curso conforme roteiro.	A	I	Tarefa	12,5%	não se aplica

Fonte: Fernanda Ferrari e Ronei Martins (2008), adaptado.

### 4.5.3 Resultados Esperados

Face ao exposto, a disseminação dos produtos educacionais é um retorno dos programas *stricto sensu* profissionais para a comunidade. Afinal, não somente o espaço e/ou profissionais pesquisados podem se valer da proposta, mas também quem não fez parte do processo. Neste sentido, espera-se que docentes de outros Cursinhos Populares possam participar desse curso. Além disso, esta ação se constitui como uma experiência formativa para a pesquisadora, pois a prepara para uma atuação “avançada e transformadora”, visando atender as demandas da sociedade (Brasil, 2017).

Após a execução da proposta do curso online, pretende-se avaliar o projeto piloto, para pertinência de novas ofertas e/ou adequações. Também se pretende elaborar um artigo ou outra forma de produção que permita publicizar a experiência das/dos educadoras/es com o curso e manter a memória das práticas realizadas por educadoras/es nos CPs.

Posto isso, a seção seguinte trará os apontamentos finais desta investigação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, procurou-se observar como são organizados os cursinhos populares promovidos por instituições de ensino superior públicas desenvolvidos como projetos de extensão em Minas Gerais. Em vista disso, esses CPs foram mapeados e caracterizados em termos de estrutura e organização. Para tanto, investigou-se a localização, o modo de trabalho e funcionamento, trazendo elementos sobre o funcionamento, as atividades pedagógicas extras às aulas e simulados, as atividades de caráter formativo/cultural/conscientização e o material didático.

Além disso, foram abordadas as equipes de trabalho e a estrutura administrativa, retratando os cargos e funções, o voluntariado, o processo seletivo de professoras/es, formação de professoras/es ou educadoras/es e a representação discente. Procurou-se conhecer, ainda, como se dá o ingresso e acompanhamento de estudantes, aspectos sobre o processo seletivo, a contagem de evasão, a contagem de aprovação e o acompanhamento de egressos. Ainda foi possível identificar a proposta de produto educacional apropriada a essa realidade.

Tratou-se de um estudo de natureza qualitativa com desenho descritivo/exploratório, em que foram utilizados questionários *online* enviados aos CPs para a coleta de dados. Considerou-se que a metodologia adotada foi adequada para levantar um total de vinte e sete cursinhos populares (superior e técnico), todos desenvolvidos como projetos de extensão; projetos esses que se relacionam a dezesseis IES públicas de MG. Esse contingente possibilitou, ao final, aprofundar-se em doze cursinhos populares. Eles foram caracterizados por meio de participação voluntária, e se referem a nove IES públicas de MG.

Entre os principais achados, identificou-se que os CPs compartilham de desafios comuns tais como: escassez de recursos, evasão, formação de educadoras/es, material didático. Por outro lado, promovem e incentivam as/os estudantes a participarem de atividades educativas diversas dentro e fora dos CPs. Neste sentido, esses espaços educativos e políticos atuam na preparação para o vestibular, mas também para uma formação crítica de suas/seus participantes.

Já no que se refere à proposta de produto, foi demandada pelos CPs um curso de formação docente *online* com temas em consonância com os princípios da educação popular. E foi retomada a discussão relacionada à formação de suas/seus professoras/professores, sendo vista como um desafio para os CPs pesquisados.

Os resultados apresentados oferecem contribuição teórica e prática. No que tange às contribuições teóricas, o levantamento de trabalhos sobre CPs fornece uma visão contextualizada acerca deste fenômeno para as/os pesquisadoras/es da área. O mapeamento dos CPs permite identificar esses locais para pesquisas futuras. Ademais, os resultados agrupados nesta pesquisa podem servir de base para futuros estudos.

Referente às contribuições práticas, espera-se que ao publicizar os resultados possam pautar possíveis ações extensionistas da universidade, os CPs poderão ter contato com as práticas adotadas nesses CPs, levando à reflexão da própria prática e a consideração de adoção de outras estratégias. Além disso, a relação acadêmica estreitada com os CPs e suas respectivas coordenações durante a pesquisa e a proposta do curso de formação tem, como um resultado indireto, produzir reflexões nos próprios Cursinhos Populares.

Acerca das limitações deste estudo, destaca-se que nem todas as IES retornaram ao levantamento de CPs, o que pode indicar um quantitativo maior de CPs do que foi mapeado nesta investigação. Outra limitação constatada foi que setores de extensão de algumas IES não tinham as informações sobre os CPs de outras unidades e não foi possível localizar a informação no site, por telefone ou e-mail. Isso pode ser uma fragilidade a ser verificada nas IES ou mesmo um indicativo do distanciamento dos CPs das estruturas oficiais da extensão.

Vale mencionar que esses resultados não são conclusivos. Sugere-se, portanto, que sejam utilizados outros métodos para que sejam levantados dados adicionais não previstos que também permitam caracterizar esses CPs. Estudos futuros podem ainda realizar o detalhamento de dados anteriormente não propostos neste estudo. Além disso, esforços investigativos posteriores podem se atentar aos CPs mapeados que não foram descritos nesta pesquisa.

A título de finalizar, é importante elaborar duas considerações. A primeira, é que os CPs são espaços construídos em torno da luta pela educação popular, pela garantia do direito à educação, pela democratização do ensino público e de qualidade. E essa é uma demanda, uma causa, essencial na contemporaneidade, onde convive-se

em um contexto nocivo de movimentos ultraliberais e de constantes ataques aos direitos humanos e sociais.

A segunda consideração, que tem especial relevância para a expressão "extensão universitária", é associada à tríade ensino-pesquisa-extensão. Como visto em seções anteriores, a extensão universitária, quando promovida na forma de ações extensionistas de fato democráticas, priorizará o diálogo e uma relação horizontalizada entre a universidade e as camadas populares.

Quando se consolidam na organização e operacionalização de CPs, as extensões universitárias tornam-se, de fato, extensões populares ao realizarem ações emancipatórias. Tais ações atendem uma falta, uma vulnerabilidade; buscam recompor um direito educativo que não se tornou realidade. No entanto, ao mesmo tempo, estabelecem o ato extensionista como uma comunicação, uma relação dialógica, rica em possibilidades de potencializar, para além da própria extensão, também o ensino e a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Izabella Rodrigues. **Jovens Voluntários(as) de um Cursinho Popular de uma Universidade Pública: Os Sentidos e Significados da Experiência**. Belo Horizonte, 2023. 198f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/70355>. Acesso em: 19 set. 2024.
- ALVES, Izabella Rodrigues; LEAL, Álida Angélica Alves. Projetos de Vida de Jovens Egressos de um Curso Pré-Técnico: Repercussões do Cursinho Popular Equalizar/UFGM. *In: 15ª Reunião Regional ANPEd Sudeste, 2022, Belo Horizonte - MG. Anais da 15ª Reunião Regional da ANPEd - Sudeste, 2022.* p. 1-4. Disponível: <https://anais.anped.org.br/regionais/>. Acesso em: 04 mar. 2024.
- ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2024. Disponível em: <https://anped.org.br/>. Acesso em: 04 mar. 2024.
- ARAGÃO, Rígle Costa; SILVA, Pablo Souza; NETO, Arleto Vilhena; ALENCAR, Diemison. Ladislau. Cursinho Popular Emancipa: movimento de educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 83–92, 2015. DOI: 10.14393/rep-v14n22015-art07. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/29589>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- ARROYO, Miguel. Os movimentos sociais reeducam a educação. *In: ALVARENGA, M. S. (Org.). Educação Popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 30-45.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 279 p.
- BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Tereza Micely. A gênese da Extensão Universitária brasileira no contexto de formação do Ensino Superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 916–930, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11178>. Acesso em: 06 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Brasília: DF, **Diário Oficial da União**, 24 mar. 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 dez. 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10)

[4251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 06 nov. 2019.

BONALDI, Eduardo Vilar. Tentando “chegar lá”: as experiências de jovens em um cursinho popular. **Tempo Social**, v. 30, n. 1, p. 259–282, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/YC4GdCFsvnvhdbTwzQPbBLK/?lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CAMARGO, Fernanda Furtado. **Cursinhos pré-vestibulares populares e o caso da UNESP**: alguns condicionantes à sua criação e transformação. 2009. 118 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/90263>. Acesso em: 19 set. 2024.

CARNEIRO, Kleber Tuxen; REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos; RIBEIRO, Jean Carlos Batista. O Programa Residência Pedagógica (2022/2023) sob a percepção de egressos(as) do curso de licenciatura em Educação Física de uma universidade sul-mineira: implicações e dilemas formativos. **Conexões**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e023018, 2023. DOI: 10.20396/conex.v21i00.8674659. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8674659>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CARVALHO, Vitor Hugo Costa. **Limites e possibilidades de uma proposta de gestão coletiva**: cursinho popular da UNESP-Franca. 2014. 216 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/122045>. Acesso em: 19 set. 2024.

CASAUT, Raul da Costa. **Cursinhos Populares da UNESP**: Histórico, Conquistas e Desafios. 2019. Dissertação (Mestrado em Química) – Instituto de Química, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019. 179 f. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181563/casaut\\_rc\\_me\\_araiq\\_int.pdf;jsessionid=D0CE0B7A58766A1845EB391C9CF19A72?sequence=5](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181563/casaut_rc_me_araiq_int.pdf;jsessionid=D0CE0B7A58766A1845EB391C9CF19A72?sequence=5). Acesso em: 01 ago. 2022.

CASAUT, Raul da Costa; BEGO, Amadeu Moura. Práticas Hegemônicas nos Cursinhos Populares Universitários e os objetivos institucionalizados: aproximações e afastamentos para o caso da UNESP. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 30, n. 1, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2021v30n1.54763. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/54763>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CASTRO, Clóves Alexandre. **Cursinhos alternativos e populares**: movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente - SP, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/89799>. Acesso em: 05 fev. 2024.

CASTRO, Claudia Regina. Elaboração de uma proposta de produto educacional: formação para educadores/as populares *In: X Congresso Nacional de Educação, 2024a, Anais do X Congresso Nacional de Educação*. Campina Grande: Realize Editora, 2024, p.1- 6. Disponível: [<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/113314>]. Acesso em 21 jan. 2025.

CASTRO, Claudia Regina. Um Estudo Preliminar de Cursinhos Populares de Extensão Universitária em Minas Gerais. *In: 16ª Reunião Científica Regional da ANPED - Sudeste, 2024, Vitória/ES. Anais das Reuniões Regionais da ANPED. 2024b, p.1- 3. Disponível em: <https://anais.anped.org.br/regionais/>. Acesso em: 21 jan. 2025.*

CASTRO, Claudia Regina; ASSIS, Eliasf Rodrigues. Cursinhos Populares: Um Breve Panorama das Publicações das Reuniões da ANPED. *In: Eliza Carminatti Wenceslau. (Org.). Educare: Políticas públicas em educação, iniciativas e modalidades de ensino. 1ed. São José do Rio Preto: Reconnecta Soluções Educacionais, 2024a, v. 3, p. 408-420. Ebook. disponível em: [https://www.reconnectasolucoes.com.br/files/ugd/db03c2\\_cd9d4c364bde415b9c76de6207f4670a.pdf](https://www.reconnectasolucoes.com.br/files/ugd/db03c2_cd9d4c364bde415b9c76de6207f4670a.pdf). Acesso em: 21 jan. 2025.*

CASTRO, Claudia Regina; ASSIS, Eliasf Rodrigues. Mapeamento de Cursinhos Populares Projetos de Extensão em Instituições de Ensino Superior Públicas de Minas Gerais *In: XXXIII Congresso da Pós-Graduação da UFLA, 2024b, Lavras. Anais do XXXIII Congresso da Pós-Graduação da UFLA. Even3, 2024, p.1 - 1. Disponível em: [<https://www.even3.com.br/anais/xxxiii-congresso-da-pos-graduacao-ufla/951427-MAPEAMENTODE-CURSINHOS-POPULARES-PROJETOS-DE-EXTENSAO-EM-INSTITUICOES-DE-ENSINOSUPERIOR-PUBLICAS-DE-MINAS-GERAI>]. Acesso em: 21 jan. 2025.*

CASTRO, Gabriela Oliveira; BARREIRO, Cristhianny Bento. Educação popular: as pesquisas sobre cursos pré-vestibulares populares e seus educadores. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 236–254, 2022. DOI: 10.14393/REP-2022-66619. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/66619>. Acesso em: 08 mar. 2024.

COSTA, Lucas de Sousa; ARAGÃO, Rigler Costa. Movimento social ou reprodução dos cursinhos pré-vestibulares convencionais?: Um estudo do Cursinho Popular Emancipa em Marabá, Pará. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 10–20, 2018. DOI: 10.14393/rep-v17n12018-art01. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/40961>. Acesso em: 08 mar. 2024.

COSTA, Alan Ricardo; GOMES, Tatiana Fernanda. Contribuições da obra de Paulo Freire nos encontros de cursos pré-universitários populares: redes de indignação e esperança. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 16, n. 2, p. 137–151, 2017. DOI: 10.14393/rep\_v16n22017\_rel01. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/37837>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã: da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2007.

DE CARVALHO, Márcio Francisco; DE FREITAS, Maria Célia. Perspectivas e desafios dos cursinhos populares da Zona da Mata Mineira. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, [S. l.], v. 2, n. 1, jul. 2013. DOI: 10.21284/elo.v2i1.17. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/996>. Acesso em: 08 mar. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FERRARI, Fernanda Barbosa; MARTINS, Ronei Ximenes. Processos de Produção de Material Didático para Cursos a Distância e Matriz de Design Instrucional. *In: VIII Congresso de Ensino Superior a Distância, 2011, Ouro Preto - MG. Anais do Congresso de Ensino Superior a Distância Edição ESUD 2011*. Ouro Preto - MG: Editora UFOP, 2011. v. 1. p. 1-12.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 56ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade** 42. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

FUMP. Fundação Universitária Mendes Pimentel, 2025. Disponível em <https://fump.ufmg.br/>. Acesso em 16 jan. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 04 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, jan/mar. 2006. p. 27-38. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, RJ. v. 16, n. 4, maio/ago. 2011. p. 333-361. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2024.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Andreza Barroso. Os Sentidos Construídos por Estudantes da Unidade Pré-Vestibular Popular EDUCAFRO Aimorés em Relação às Práticas de Letramentos Acadêmicos. *In: 14ª Reunião Regional ANPEd Sudeste, 2020*, Rio de Janeiro. **Anais da 14ª Reunião da ANPEd - Sudeste, 2020**. p. 1-3. Disponível: <https://anais.anped.org.br/regionais/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

GROPPO, Luís Antonio; OLIVEIRA, Ana Rosa Garcia; OLIVEIRA, Fabiana Mara. Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. e240031, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/WCL98kd9VJkHktFSTKwxcmP/>. Acesso em: 08 mar. 2024

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez; Universidade Federal do Ceará, 1986. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12082/1/1984\\_art\\_rmgrocha.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12082/1/1984_art_rmgrocha.pdf). Acesso em: 9 fev. 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD**. 2024. 16p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf). Acesso em: 16 jan. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**: Rio de Janeiro: 2022. 154 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 49). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>. Acesso em: 25 jan. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação: destaques do Education at a Glance 2020** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: 2020. 33p. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/pa](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/pa)

[norama\\_da\\_educacao\\_destaque\\_do\\_education\\_at\\_glance\\_2020.pdf](#). Acesso em: 17 set 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

**Panorama da Educação:** destaques do Education at a Glance 2021 [recurso eletrônico]. Brasília, DF: 2021. 32p. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/pa\\_norama\\_da\\_educacao\\_destaque\\_do\\_education\\_at\\_glance\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/pa_norama_da_educacao_destaque_do_education_at_glance_2021.pdf). Acesso em: 04 nov. 2023.

INGENIEROS, José. **La universidad del porvenir**. Ateneo: Buenos Aires, 1920.

Disponível em: [https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16656/1/LA\\_UNIVERSIDAD\\_DEL\\_PORVENIR.pdf](https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16656/1/LA_UNIVERSIDAD_DEL_PORVENIR.pdf). Acesso em: 05 fev. 2025.

IRELAND, Thimoty Denis. Educação de jovens e adultos e extensão universitária: primos pobres? Aproximações para um estudo sobre a educação de jovens e adultos na universidade. *In*: MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária:** diálogos populares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

JESUS, Victor Paiva; BÚRIGO, Elisabete Zardo. Os Cursos Pré-Vestibulares Populares de Porto Alegre Durante A Pandemia de Covid-19. *In*: 41ª Reunião Nacional da ANPEd, 2023, Manaus. **Anais da 41ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2023. p. 1-5. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

KATO, Danilo Seithi. O papel dos cursinhos populares nos acessos e mudanças de perspectivas de seus participantes. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 5-24, 2011. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/1430>. Acesso em: 01 fev. 2024.

LISBOA, Adrielle Karolyne Sousa. O Papel Político dos Pré-vestibulares populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública. *In*: 40ª Reunião Nacional da ANPEd, 2021, Pará. **Anais da 40ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2021. p.1-5. Disponível em <http://anais.anped.org.br/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

LISBOA, Adrielle Karolyne Sousa; TAVARES, Maria Tereza Goudard. Movimentos Sociais e a Educação Popular: O Pré-Vestibular Popular Pedro Pomar e a Educação Como Prática de Liberdade. *In*: 15ª Reunião Regional ANPEd Sudeste, 2022, Belo Horizonte - MG. **Anais da 15ª Reunião da ANPEd Sudeste**, 2022. p. 1-4. Disponível: <https://anais.anped.org.br/regionais/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

MAGALHÃES, Ana Thereza Reis. **Cursinhos Populares e o acesso ao ensino superior:** Contribuições para além do conteúdo. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo

Horizonte, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AZWKPQ/1/disserata\\_o\\_vers\\_o\\_final.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AZWKPQ/1/disserata_o_vers_o_final.pdf). Acesso em: 01 ago. 2022.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 287-298, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2023.

MENON, Gustavo. A Reforma de Córdoba, movimentos estudantis e seus impactos para o ensino superior na América Latina. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 25, p. e103376, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/103376> . Acesso em: 11 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Governo. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>. Acesso em: 11 dez 2024.

MOZZER, Geisa Nunes de Souza; VIEIRA, Alessandra Oliveira Machado; BOECHAT, Filipe Milagres. Cursinho popular Comunidade FazArte: uma experiência no campo da extensão popular. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, n. 27, 2021. DOI: 10.5216/revufg.v21.70428. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/70428>. Acesso em: 08 mar. 2024.

NASCIMENTO, Daniela. **Política de acesso ao ensino superior**: uma análise dos cursinhos pré-vestibulares da Unesp. 2013. 138 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: [acervodigital.unesp.br/handle/11449/96364](http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/96364). Acesso em: 19 set. 2024.

PAES NIERO, Leonardo; PEREIRA DA SILVA, André; NOGUEIRA LEROUX, João Pedro. Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus: a extensão universitária como um trabalho de educação popular. **Raízes e Rumos**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 112–123, 2022. DOI: 10.9789/2317-7705.2022.v10.i1.112-123. Disponível em: <https://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/11849>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PARO, Carlos Augusto; VENTURA, Mirian; SILVA, Neide Emy Kurokawa. Paulo Freire e o inédito viável: esperança, utopia e transformação na saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, p. e0022757, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/tQFP797gDF8Yc4fLX4fzk3c/#> . Acesso em: 05 fev. 2025.

PAIVA, Tawani Mara de Sousa. **Travessia**: as experiências de educandas e educadoras/es no cursinho popular quilombola - Córrego do Meio. Belo Horizonte, 2019. 163 f. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31935>. Acesso em: 19 set. 2024.

PAIVA, Tawani Mara de Sousa; EITERER, Carmem Lúcia. Movimentos sociais e formação: as experiências e aprendizados de educadores e educadoras do Cursinho Popular Quilombola – Córrego do Meio. **RELPE: Revista Leituras em Pedagogia e Educação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 19–34, 2022. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/relpe/article/view/14785>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PEREIRA, Larissa Fernandes. Mulheres negras e educação: diferenças na experiência no ensino médio e em pré-vestibular social. *In: 14ª Reunião Regional ANPEd Sudeste, 2020, Rio de Janeiro. Anais da 14ª Reunião da ANPEd Sudeste, 2020.* p. 1-3. Disponível: <https://anais.anped.org.br/regionais/>. Acesso em: 04 mar.2024.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2012. DOI: 10.5335/rep.2013.2029. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2029>. Acesso em: 05 fev. 2024.

RIMOLI, Josely; SPATTI, Ana Carolina; CAMPOS, Matheus Leite; LIMA, Flavia Tradi. Cursinhos comunitários e o direito à educação: a história do cursinho pré-vestibular Colmeia. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 56–75, 2020. DOI: 10.14393/REE-v18n22019-50253. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/50253>. Acesso em: 26 fev. 2024.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, p. 219-253, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125482>. Acesso em: 26 set. 2022.

SANTOS, Adevailton Bernando dos; GOMES, Gláucia Carvalho; FERREIRA, Sirlei Aparecida Martins. Ações Formativas Integradas (AFIN): resultados e desafios do curso preparatório para ingresso no ensino superior na Universidade Federal de Uberlândia. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 122–138, 2018. DOI: 10.14393/rep-v16n32017-art08. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/38047>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SANTOS, Angela Cristina da Silva. **Pensando estratégias para o enfrentamento da evasão em pré-vestibulares populares: um estudo de caso na Maré – Rio de Janeiro/RJ**?. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/21071>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SANTOS, Jeferson Reis. Os cursinhos para pessoas trans e travestis na trajetória dos pré-vestibulares sociais. *In: 14ª Reunião Regional Sudeste ANPEd, 2020, Rio de Janeiro. Anais da 14ª Reunião da ANPEd Sudeste, 2020.* p.1-4. Disponível: <https://anais.anped.org.br/regionais/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SILVEIRA, Paulo Henrique Fernandes. Os Cursos pré-vestibulares para negros e pobres: movimento social e educação popular. *In: 40ª Reunião Nacional da ANPEd, 2021, Pará. Anais da 40ª Reunião Nacional da ANPEd, 2021.* p.1. Disponível em <http://anais.anped.org.br/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SILVEIRA FRAGA, Lais. Extensão Universitária e Educação Popular: a perspectiva da extensão popular. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 33, n. 76, p. 156–173, 2024. DOI: 10.21879/faeaba2358-

0194.2024.v33.n76.p156-173. Disponível em:  
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/article/view/20551> . Acesso em: 24 jan. 2025.

SIMÃO, Felipe Pinto. **Pré-vestibulares populares em universidades públicas no estado de São Paulo**. 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2020. 158 f. Disponível:  
[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/simao\\_fp\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/simao_fp_me_mar.pdf). Acesso em: 25 set 2022.

SIMÃO, Felipe Pinto; PARDINHO, Amanda Santos. A Escola Preparatória da UFABC: política de extensão permanente para o ingresso de alunos da rede pública no ensino superior. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 12, n. 12. Julho de 2018. p.1-14. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/58681>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SIMÃO, Felipe Pinto; SILVA NETO, Nathanael da Cruz e; TORRES, Julio Cesar. Pré-vestibulares populares e a democratização do acesso ao ensino superior. **Org & Demo**, Marília, SP, v. 21, n. 1, p. 57–70, 2020. DOI: 10.36311/1519-0110.2020.v21n1.p57-70. Disponível em:  
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/9651>.. Acesso em: 08 mar. 2024.

SOARES, Máisa Stefani. **Cursinho Popular da Unesp de Franca: vivências e perspectivas de estudantes trabalhadores**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11364>. Acesso em: 02 out.2022.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas, Alínea, 2000.

SOUZA, Teciene Cássia; BELIZÁRIO, Vanilda Aparecida.; FERREIRA, Helena Maria. Caderno pedagógico como produto educacional do Mestrado Profissional em Educação: contribuições para a formação docente. **Devir Educação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 31–48, 2021. DOI: 10.30905/rde.v5i2.435. Disponível em:  
<http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/435>. Acesso em: 19 set. 2023.

TEIXEIRA, Rosa Helena; JESUS, Marta Lícia Teles Brito. Cursos Preparatórios para o Ingresso Na Educação Superior: O Caso do Programa Universidade para Todos (UPT). *In: XXV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN) – Reunião Científica Regional da ANPEd 2020, Salvador. Anais da XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da ANPEd*, 2020. p. 1-7. Disponível:  
<https://anais.anped.org.br/regionais/>. Acesso em: 04 mar. 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos: TCCs, monografias, dissertações e teses**. 5. ed. Lavras, 2024. Disponível em:  
<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/58933>. Acesso em: 24 set. 2024.

VIEIRA, Alex Luiz de Oliveira; ALVARENGA, Marcia Soares; SOUZA, Edilaine de Melo. Os Pré-Vestibulares Populares como Inéditos-Viáveis Para Egressos da EJA. *In: 15ª Reunião Regional da ANPEd Sudeste, 2022, Belo Horizonte - MG. Anais da 15ª Reunião da ANPEd Sudeste, 2022.* p. 1-4. Disponível: <https://anais.anped.org.br/regionais/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Da "invenção" do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para a Orientação Profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 289-297, dez. 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902010000200013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08 mar. 2024.

WHITAKER, Dulce; KATO, Danilo Seithi. Educação, sociologia e cursinhos populares: entrevista com Dulce Whitaker. **Cadernos CIMEAC**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 5-12, 2013. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/cimeac/article/view/1446>. Acesso em 08 mar. 2024

ZAGO, Nadir. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 149-174, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/2a00/ddc446c0e0f5463bdc098f2549d6c2e97123.pdf> Acesso em: 01 ago. 2022.

ZAGO, Nadir. Pré-vestibular popular e trabalho docente: caracterização social e mobilização. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 260-279. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1585/1433> . Acesso em: 05 set. 2022.

ZIONI, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 15–29, set. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902006000300003> . Acesso em: 23 jan.2025.

## APÊNDICE A - Questionário 1

### 1) Em relação a localização:

- a. O cursinho se localiza dentro de uma das unidades da instituição na cidade?  
Se não, em que tipo de estabelecimento as aulas são oferecidas?

### 2) Em relação ao modo de trabalho e funcionamento:

- a. Funcionamento: Qual o horário de funcionamento do cursinho? Qual o período letivo do cursinho (calendário da instituição ou outro)?
- b. Atividades pedagógicas extras às aulas e simulados: Existem atividades de caráter pedagógico fora desse horário (plantões de dúvidas, tutorias, cursos de outras disciplinas...)? São aplicados simulados durante o ano? Com que frequência? A adesão dos estudantes é obrigatória nos simulados? Eles ocorrem no período de aulas do cursinho?
- c. Atividades de caráter formativo/cultural/conscientização: Existem eventos e espaços com finalidades culturais e de formação de senso crítico e cidadão nos estudantes, sem preocupação direta com a preparação para o vestibular? Se sim, poderia citar alguns e como se dão?
- d. Material didático: É oferecido algum material didático aos estudantes? Os/As professores/as utilizam/seguem algum material didático em comum durante suas aulas, ou têm a liberdade de prepararem suas aulas como julgarem melhor?

### 3) Em relação à equipe de trabalho e estrutura administrativa:

- a. Cargos e funções: Quais cargos existem no cursinho (professor/a, educador/a, coordenador/a, auxiliar...) e quantos membros existem em cada cargo? No campo prático, existe alguma relação hierárquica? Diria que as relações seriam mais horizontais e colaborativas ou mais verticalizadas?
- b. Voluntariado: São aceitos membros voluntários, que não tenham a intenção ou possibilidade de receber a bolsa, seja por já receber outra bolsa pela instituição, por ser para um cargo não remunerado no cursinho, ou por

qualquer outro motivo? Vocês aceitam voluntários de fora do projeto, como estudantes da graduação ou mesmo profissionais, como um psicólogo ou professores/as da instituição, para trabalhos pontuais (aulas do livro, plantões de dúvidas, minicursos etc.)?

- c. Processo seletivo de professores/as ou educadores/as: Quais os critérios para ser professor/a do cursinho (aluno da graduação, pós-graduação, outro)? Quais as etapas do processo seletivo de professores/as: prova de conhecimentos da disciplina, aula teste, entrevista, análise de currículo, indicação, outras? Como é feita a decisão pelo/a professor/a selecionado/a?
- d. Formação de professores/as ou educadores/as: Os/as professores/as que atuam no CP participam de alguma formação inicial e/ou continuada? Caso aconteça formações como funcionam? O que contemplam? Há algum instrumento de acesso público (site, manual ou orientações pedagógicas)?
- e. Representação discente: Existem representantes discentes nas reuniões? Se sim, eles têm direito à voz e voto? Existe algum espaço para os estudantes darem opiniões, sugestões ou críticas quanto ao andamento e organização do cursinho? Se sim, como funciona?

#### 4) Em relação aos estudantes:

- a. Processo seletivo: Quais são as etapas do processo seletivo de estudantes? Se existe análise socioeconômica, poderia citar alguns critérios considerados?
- b. Contagem de Evasão: Como é feita a contagem final de estudantes evadidos ao longo do cursinho? (Vocês consideram todos os estudantes que entraram e todos que evadiram durante o ano? Desde que momento e até que momento do ano letivo vocês levam em conta para contabilização de estudantes evadidos?)
- c. Contagem de aprovações: Como é feita a contagem de estudantes aprovados ao final do ano (acompanhamento das listas de aprovação/informações coletadas juntamente aos estudantes/outros)?

#### 5) Em relação aos estudantes egressos:

- a. Vocês têm um cadastro com seus egressos de anos anteriores?
- b. Podem enviar uma pesquisa nossa para os e-mails deles?

6) No Mestrado Profissional, além da dissertação, é necessário desenvolver um produto educacional que traga possíveis soluções para as dificuldades vivenciadas por professores/as na sala de aula. Podem ser soluções em diversos formatos (tais como uma formação docente ou pesquisa que seja útil à gestão do cursinho, aos estudantes ou as suas famílias). Em relação ao produto educacional, qual proposta pode contribuir para seu CP:

- a) formação online com os/as professores/as ou educadores/as;
- b) pesquisa com egressos fornecendo *feedback* que oriente o processo;
- c) Ou há outra demanda? Qual?

Fonte: Casaut (2019). Adaptado.

## APÊNDICE B - Questionário 2

Informamos que vamos elaborar uma proposta de curso online para as/os educadoras/es como uma forma de atender os Cursinhos Populares de MG, vinculados às instituições públicas de ensino superior, que participaram da pesquisa.

1- Neste sentido, pretendemos levantar os possíveis temas a serem tratados. Para tanto, solicitamos que escolham 4 temas para serem abordados no curso online dos propostos abaixo:

- a) Cenário Atual: reflexões sobre questões socioambiental e o contexto educacional
- b) Paulo Freire e Educação Popular
- c) Juventudes
- d) Práticas Pedagógicas para as Diversidades
- e) Cidadania e sujeitos das classes populares
- f) Elaboração de Material Didático
- g) Outro. Qual?

2 - Retratando as juventudes nos Cursinhos Populares de MG:

- a) Qual a faixa etária que tem a maior concentração de estudantes?
- b) Qual o tempo médio para aprovação no processo seletivo?
- c) Quais as expectativas de jovens ingressantes?
- d) As/os jovens de seu cursinho estudam? Trabalham?
- e) Após o curso, as/os jovens egressas/os relatam como foi a experiência no cursinho popular? Caso relatem essa vivência para vocês, podem nos descrever?